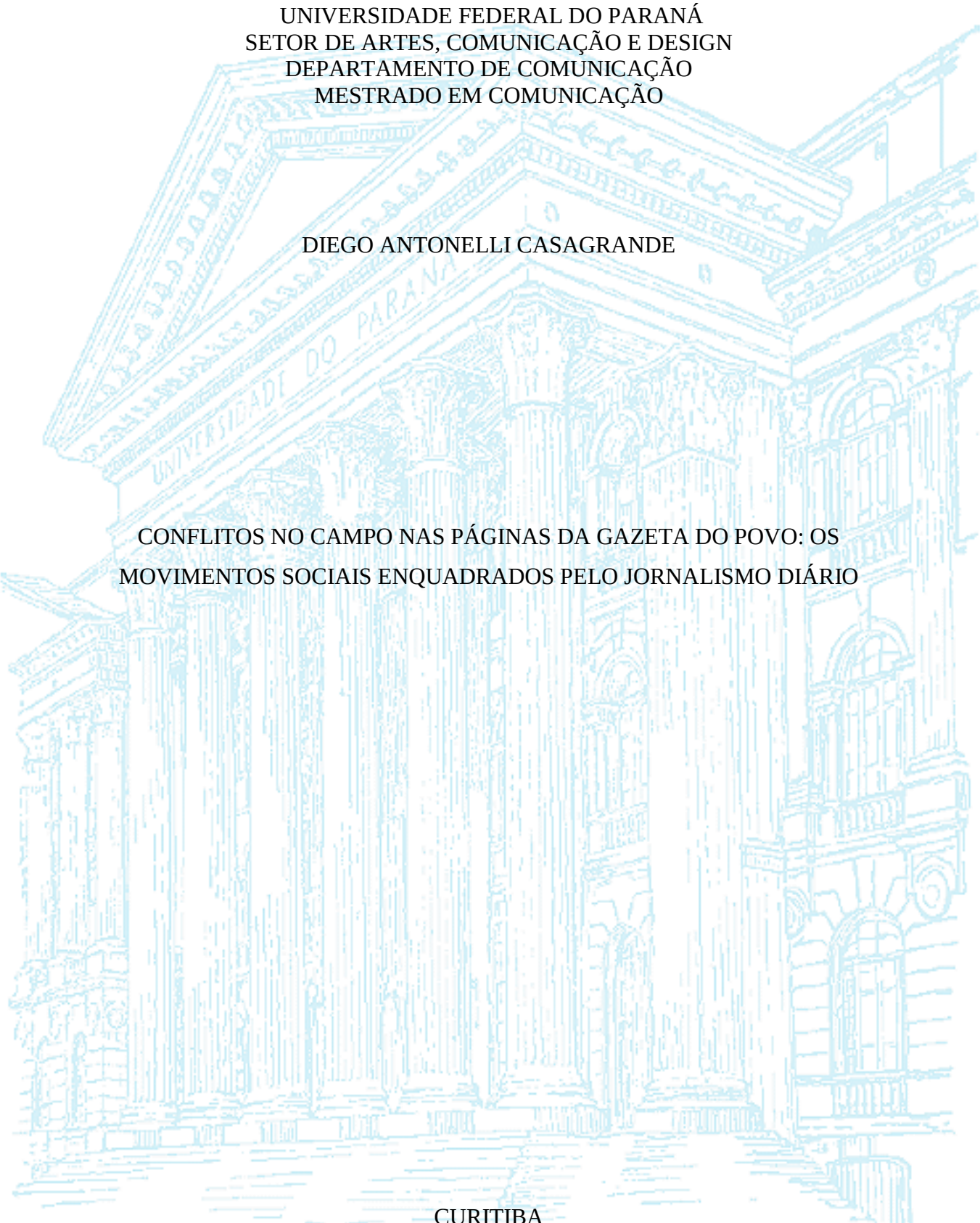




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

DIEGO ANTONELLI CASAGRANDE

CONFLITOS NO CAMPO NAS PÁGINAS DA GAZETA DO POVO: OS
MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUADRADOS PELO JORNALISMO DIÁRIO

CURITIBA
2017

DIEGO ANTONELLI CASAGRANDE

CONFLITOS NO CAMPO NAS PÁGINAS DA GAZETA DO POVO: OS
MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUADRADOS PELO JORNALISMO DIÁRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação e Sociedade, Linha de Pesquisa Comunicação, Política e Atores Coletivos, Departamento de Comunicação Social, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Dr^a. Carla Rizzotto

CURITIBA
2017

Catalogação na Publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Karolayne Costa Rodrigues de Lima - CRB 9/1638

Casagrande, Diego Antonelli

Conflitos no campo nas páginas da Gazeta do Povo: os movimentos sociais enquadrados pelo jornalismo diário / Diego Antonelli Casagrande – Curitiba, 2017.

136 f., il. color.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Candida Rizzotto.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná.

1. Movimentos sociais rurais - Paraná (PR) - Cobertura jornalística 2. Trabalhadores rurais - Conflito social 3. Gazeta do Povo (Jornal) I. Título.

CDD 302

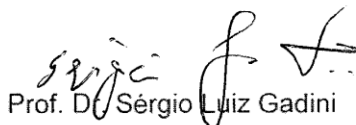


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

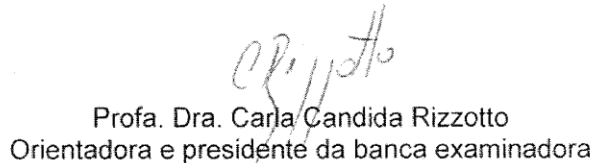
Diego Antonelli Casagrande

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir o candidato **Diego Antonelli Casagrande**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado **“Conflitos no campo nas páginas da Gazeta do Povo: os movimentos sociais enquadrados pelo jornalismo diário”** é de parecer favorável à APROVAÇÃO do acadêmico, habilitando-o ao título de Mestre em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Política e Atores Coletivos” da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 27 de março de 2017.


Prof. Dr. Sérgio Luiz Gadini


Profa. Dra. Kelly Cristina Souza Prudêncio


Profa. Dra. Carla Candida Rizzotto
Orientadora e presidente da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rosana, que me apoia a cada passo dado, que me inspira a cada momento pela garra, fibra e perseverança. Pelo amor incondicional e por me incentivar sempre a ter prazer em ler e escrever. Por me ensinar a nunca desistir e sempre lutar pelos meus ideais. Obrigado por ser minha mãe!

À Gabriela, minha namorada, companheira e esposa. Só você para ter tanta paciência e tanto amor para me aguentar nos momentos mais difíceis e estressantes. Você foi essencial desde que me inscrevi no Mestrado até o momento em que tive que aliar os trabalhos na redação com os estudos e outros projetos – passando pela monografia da especialização aliada ao início das aulas no Mestrado, lançamento de livro e aos intermináveis sábados na Biblioteca Pública fazendo pesquisas para a dissertação. Obrigado pelo infindável apoio e carinho.

À minha orientadora, Carla Rizzotto, que se tornou uma verdadeira amiga. Não imagino esse trabalho sem sua fundamental contribuição. Muito obrigado por ter me escolhido como orientando. Agradeço sua compreensão pelos meus horários malucos, pelo incentivo e, sobretudo, por ser a orientadora que é. Aprendi muito contigo, Carla. Agradeço, de coração, por tudo.

Aos membros da banca, Kelly Prudencio e Sergio Gadini. Ambos acompanharam meus primeiros passos na graduação na UEPG. O Gadini chegou a me orientar durante o TCC da faculdade. Devo muito a vocês ao que sou hoje. Agradeço pelo aprendizado, pelo companheirismo, pelas críticas e pela amizade.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná, que me auxiliaram imensamente a encontrar os microfilmes e a me ensinarem a mexer naqueles “futurísticos maquinários”.

Aos colegas da minha turma de mestrado. Escrevemos uma bela história. Aos colegas da Gazeta do Povo, jornal onde trabalhei durante boa parte do Mestrado, pela compreensão e apoio.

Aos amigos de coração que sempre me apoiaram e incentivaram até o fim.

Ao PPGCOM, aos professores e funcionários. Obrigado por fazerem parte dessa trajetória.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo comparar a cobertura e o enquadramento jornalístico da Gazeta do Povo nas questões e conflitos envolvendo a luta pela terra em três diferentes episódios da história do Paraná: Guerrilha de Porecatu (1947-1951), Levante dos Posseiros de 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (década de 1990). A análise pretende responder ao problema da pesquisa que assim se coloca: como a relação conflituosa entre os movimentos sociais que lutaram pelo direito à terra e o poder público paranaense foi representada na cobertura jornalística da Gazeta do Povo? A metodologia utilizada para alcançar o presente objetivo será a do enquadramento noticioso (*news framing*) a fim de observar e problematizar técnicas e estratégias adotados pelo referido meio de comunicação. A teoria construtivista, que entende – de uma forma geral – que a produção de notícias é uma das formas de “construção social da realidade”, ou seja, que a mídia possui condições de criar ou gerar uma realidade social mediante a prática jornalística (Tuchman, 1983; Alsina, 2009; Berger e Luckman, 2002) será utilizada como referencial teórico. Tal estudo visa contribuir para fornecer elementos que apontem como se deu a evolução histórica da cobertura jornalística sobre estes assuntos, demonstrando como esse tema foi “construído” pelo jornal no decorrer das décadas e, também, denotando de que maneira os movimentos sociais se inseriram nos enquadramentos midiáticos nos diferentes períodos estudados.

Palavras-chave: Gazeta do Povo, enquadramento noticioso, conflitos no campo.

ABSTRACT

This research aims to compare the coverage and journalistic framework of the *Gazeta do Povo* in the issues and conflicts involving the struggle for land in three different episodes of the history of Paraná: Porecatu Guerrilla (1947-1951), 1957 Pioneer Uprising, and Movement Of Landless Rural Workers (1990s). The analysis intends to respond to the research problem that arises: how the conflictive relationship between the social movements that fought for the right to the land and the public power of Paraná was represented in the journalistic coverage of the *Gazeta do Povo*? The methodology used to reach the present objective will be the news framing in order to observe and problematize techniques and strategies adopted by said communication medium. The constructivist theory, which understands - in a general way - that the production of news is one of the forms of "social construction of reality", that is, that the media can create or generate a social reality through journalistic practice (Tuchman, Alsina, 2009, Berger and Luckman, 2002) will be used as theoretical reference. This study aims to contribute to provide elements that point out how the historical evolution of journalistic coverage on these subjects has been, showing how this theme was "built" by the newspaper over the decades and also denoting how social movements have Mediatic contexts in the different periods studied.

Keywords: *Gazeta do Povo*, news framing, conflicts in the field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1– Ameaça à estrutura econômica nacional	70
FIGURA 2 – Levante Comunista no Norte do Estado	76
FIGURA 3 – Os conflitos armados em Porecatu	78
FIGURA 4 – Ação militar na Coréia brasileira.....	79
FIGURA 5 – Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas	85
FIGURA 6 – Clima de desordem se verificou em Santo Antônio	87
FIGURA 7 – Aspectos econômicos dos fatos ocorridos no Sudoeste.....	88
FIGURA 8 – Intenção oculta para subelevar o país	91
FIGURA 9 – Calma, tranquilidade e ordem.....	95
FIGURA 10 – Duas sem terra denunciam acampamento.....	100
FIGURA 11 – Sem terra usaram barulho para torturar namorados na fazenda..	101
FIGURA 12 – Tensão entre sem terra e UDR.....	103
FIGURA 13 – MST nega organização de saques a supermercados	105
FIGURA 14 – MST e CPT se unem contra a violência no campo.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Porecatu sob a análise dos enquadramentos genéricos	74
GRÁFICO 2 – Porecatu entre episódico e temático.....	81
GRÁFICO 3 – Levante sob a análise dos enquadramentos genéricos	84
GRÁFICO 4 – Levante entre episódico e temático	96
GRÁFICO 5 – MST sob a análise dos enquadramentos genéricos	99
GRÁFICO 6 – MST entre episódico e temático.....	111
GRÁFICO 7 – Comparação dos <i>Generic Frames</i>	114
GRÁFICO 8 – Comparação enquadramentos episódico e temático	116
GRÁFICO 9 – Episódios e temáticos na Guerrilha de Porecatu	117
GRÁFICO 10 – Episódios e temáticos no Levante de 1957	117
GRÁFICO 11 – Episódios e temáticos no MST	118

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – Movimentos sociais e a história da imprensa	16
1.1 Movimentos sociais e a luta pela terra	16
1.1.1. Guerrilha de Porecatu	16
1.1.2. Levante de 1957.....	19
1.1.3. Movimento Rural Sem Terra	22
1.2. Os passos da imprensa no Brasil	23
1.2.1. Nascimento colonial	23
1.2.2. Os primeiros anos republicanos.....	26
1.2.3. Vargas no poder.....	28
1.2.4. Regime de exceção	30
1.3. Breve trajetória da Gazeta do Povo	31
1.4. Criminalização dos movimentos sociais	34
Capítulo 2 - A construção social das notícias e da realidade	37
2.1. A realidade construída	37
2.2. Duas vertentes	43
2.3. Como os jornalistas constroem as notícias	45
2.3.1. Objetividade e a trama da facticidade.....	46
2.3.2. Fontes jornalísticas	49
2.3.3. Critérios de noticiabilidade	52
2.4. O contrato invisível e institucionalizado.....	53
Capítulo 3 - Enquadramentos que constroem uma realidade	57
3.1. O enquadramento e a construção da notícia.....	58
3.2. Enquadramento cotidiano	62
3.3. Enquadramento noticioso	63
3.3.1. Dois grandes grupos	64
3.3.2. A opção pelos generic <i>frames</i>	66
3.3.3. Corpus da pesquisa e descrição da metodologia	67
Capítulo 4 - Os conflitos vistos a partir dos enquadramentos.....	73
4.1. Guerrilha de Porecatu.....	73
4.2. Levante de 1957	84
4.3 MST versus Lerner e UDR	98

4.4. Diferenças e semelhanças entre os três movimentos	112
Considerações finais	120
Referências bibliográficas	126
Anexo - Lista das reportagens analisadas	131

INTRODUÇÃO

Em pelo menos três momentos ao longo da história do século XX o Paraná presenciou e conviveu com tensão, conflitos e mortes envolvendo a luta pela terra. Tais disputas envolveram três distintos movimentos sociais formados por posseiros e sem terras que, em alguns casos, chegaram a trocar tiros com forças policiais e jagunços e ainda tiveram entes familiares e amigos torturados e assassinados. Os episódios são: Guerrilha de Porecatu (1947-1951), Levante dos Posseiros de 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (década de 1990) – considerados os mais significativos da história do estado do Paraná.

Cabia aos meios de comunicação a missão de tornar público tais eventos que ocorriam, na maior parte dos casos, no interior do estado. Um desses veículos é o periódico *Gazeta do Povo*, em circulação no estado desde 1919. Diante deste cenário, a presente dissertação objetiva comparar a cobertura e o enquadramento jornalístico da *Gazeta do Povo* sobre esses distintos episódios da história paranaense. A escolha pela *Gazeta do Povo* se deve ao fato de o jornal ser considerado, segundo a Associação Nacional dos Jornais, o periódico de maior circulação do Paraná, com mais de 36,3 mil exemplares impressos em 2015¹. O periódico também possui sua relevância histórica, já que se mantém na ativa ininterruptamente durante quase um século.

Durante as duas primeiras situações, pairava o interesse do então governador Moisés Lupion, mandatário do Executivo estadual em ambas as situações, em agradar seus correligionários em troca de apoio político. O próprio governador era acusado de ser dono de companhia de terras que nos dois conflitos agrários fizeram uso de jagunços e grileiros para acuar os posseiros. Por fim, o terceiro conflito remete à luta do MST pela reforma agrária, que durante a maior parte de sua história sempre teve relações conturbadas como os poderes políticos vigentes, o que – não raramente – resultou em conflitos entre policiais e integrantes do MST. O movimento, que tomou corpo no final da década de 1980, ainda luta pela mesma bandeira.

Esses três acontecimentos têm em comum, além da luta pela terra, o fato de serem protagonizados por integrantes de movimentos sociais. Merece ressaltar, portanto, que o próprio termo “movimento social” apresenta significados distintos. O sociólogo francês Alain Touraine (2006, p.19) explica que movimentos sociais são condutas coletivas e que podem ser caracterizados como “combinação de um conflito com um adversário social organizado e da

¹ Dado mais recente disponibilizado pela Associação Nacional dos Jornais.

referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam”.

Como explicam Prudencio e Goss (2004, p.79) é possível compreender movimentos sociais como os que combinam “um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social”. Deste modo, pode-se compartilhar os apontamentos do filósofo Arim Soares do Bem (2006, p.1138). Para ele, os movimentos sociais traduzem um permanente movimento de forças sociais, que permite “identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses [...] expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades”. Para ele, em cada momento histórico, os movimentos sociais revelam focos de insatisfação e também anseios de um grupo da sociedade.

A partir dessas concepções, a pesquisa visa responder o problema da pesquisa que assim se coloca: como a relação conflituosa entre os movimentos sociais que lutaram pelo direito à terra e o poder público paranaense foi representada na cobertura jornalística da Gazeta do Povo? Também será analisado em que medida os poderes políticos vigentes em cada período exerceram influência na cobertura jornalística e, conseqüentemente, na construção das notícias. Afinal, como escreve Gomes (2004), é na esfera da comunicação que circula todo “o fluxo de mensagens da esfera política em direção à esfera civil, constituindo-se fundamentalmente na única janela para a realidade política para a maioria dos cidadãos” (p. 419).

Para atingir os objetivos propostos a teoria construtivista será utilizada como referencial teórico. Segundo essa corrente, de uma forma geral, a produção de notícias é uma das formas de “construção social da realidade”, ou seja, a mídia possui condições de criar ou gerar uma realidade social mediante a prática jornalística (Tuchman (1983), Alsina (2009), Berger e Luckman (2014)).

Primeiramente, é preciso compreender o contexto dos movimentos analisados. Por isso o primeiro capítulo irá fazer um resgate histórico não só dos três movimentos que são objetos da análise, mas de como a imprensa atuou ao longo da história. Ignorar o passado pode implicar em diversos erros interpretativos na tentativa de assimilar o que está ocorrendo neste momento e seus eventuais desdobramentos. Com a história da imprensa no Brasil a situação não é diferente.

Para entender o quão difícil e complicado foi e é o desenvolvimento dos meios de comunicação, sobretudo os impressos, torna-se imprescindível traçar um panorama histórico

de como os veículos, ao longo de séculos, sofreram com interferências do poder público, com ações que limitaram, em várias e distintas épocas, a liberdade de imprensa (SODRÉ, 2011). Posteriormente será abordada e contextualizada a história da Gazeta do Povo, fundada em 1919, explicitando como o jornal foi se consolidando e profissionalizando ao longo dos anos, bem como demonstrando como as relações políticas poderiam influenciar nas coberturas midiáticas. Como pode ser denotado no começo dos anos 1950, período em que o jornal se manifestava contrário ao então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, já que seu inimigo político era Moysés Lupion, que detinha 50% do capital da “Gazeta do Povo”.

O segundo capítulo da pesquisa foca justamente nas perspectivas desenvolvidas pelo pressuposto da construção social da realidade. Ressalta-se que são os fatos do dia a dia os principais objetos da prática jornalística, o que torna impossível que a produção de reportagens isole-se do ambiente humano. Portanto, é possível compreender a atividade jornalística como um dos pilares da construção deste cotidiano. A notícia, como expressa Alsina (2009), é uma representação da realidade, que é gerada institucionalmente e que se manifesta inserida na construção de um mundo possível. Dessa forma, como escrevem Peter Berger e Thomas Luckman (2014), todos os fenômenos sociais são construções historicamente produzidas pela atividade humana.

Dentro dessa perspectiva de construção da realidade, é possível compreender a atividade jornalística como um dos pilares da construção de tal cotidiano. Afinal, “os jornalistas são, como todo o mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia” (ALSINA, 2009, p. 11).

Miquel Alsina (2009) afirma ainda que o processo de construção social da realidade depende também diretamente da prática produtiva do jornalismo – afinal, a mídia também é responsável por criar e reproduzir a realidade social. Essa noção se situa justamente no processo de institucionalização de práticas e papéis dos jornalistas e dos meios de comunicação.

Gaye Tuchman (1983) aponta que a notícia é, por si, um método institucional para fazer com que a informação esteja disponível aos consumidores. Esse processo de recategorização e redefinição das diversas construções sociais da realidade promovida por diferentes grupos exige do processo jornalístico uma série de estratégias a serem adotadas pelo profissional e também pelos veículos de comunicação de massa. Tais estratégias passam a ser institucionalizadas e permitem que o jornalista selecione os acontecimentos o que, conseqüentemente, irá influenciar no processo de construção social da realidade.

A metodologia utilizada será a do enquadramento noticioso a fim de observar e problematizar técnicas e estratégias adotadas pelo referido meio de comunicação. O enquadramento abrange princípios de seleção, ênfase e exclusão e é usado na rotina jornalística como forma de organizar os discursos (ENTMAN, 1993). Os *frames* – que serão detalhados no terceiro capítulo – selecionam e destacam aspectos particulares da realidade e buscam analisar como a mídia pode criar e excluir determinados enquadramentos.

Os critérios metodológicos utilizados na presente dissertação serão embasados na proposta de Neuman et al (1992) e posteriormente complementada por Semetko e Valkenburg (2000). Os pesquisadores abordam cinco *frames*, a partir dos quais se busca realizar a análise: conflito (ênfase nos embates entre os indivíduos), interesse humano (cobertura que se baseia na apresentação de um lado emocional ou humano do tema), consequências econômicas (abordar um assunto sob a ótica dos seus efeitos econômicos sobre um grupo ou indivíduo), moralidade (foco no contexto religioso ou moral) e responsabilidade (apresentar o problema de maneira a atribuir sua causa a alguém). Também será adotada a classificação de Iyengar (1991), que divide os enquadramentos entre episódico, cujo foco recai em eventos pontuais, e o temático, que situa as questões de maneira mais contextualizada.

A perspectiva metodológica do enquadramento noticioso dialoga com o marco teórico da construção social da realidade. As rotinas produtivas e a escolha por uma angulação jornalística irão determinar como e com qual *frame* a realidade será transmitida à sociedade. A mídia corresponde a um local de luta sobre a definição e construção da realidade social. Além disso, os próprios *frames* também influenciam os jornalistas quando eles têm que noticiar determinado acontecimento.

Para a presente pesquisa será analisado um volume de reportagens que compreende a um ano de cobertura durante os três momentos que são considerados, por meio de registros históricos, como o ápice de cada conflito, por ter resultado em um maior número de mortes. Dessa forma, a análise a respeito do MST será em relação aos fatos ocorridos no ano de 1998, quando oito integrantes do movimento, segundo a Comissão da Pastoral da Terra, foram assassinados no estado – o maior número de homicídios resultantes de conflito agrário desde que o MST foi fundado. A análise do Levante de 1957 recairá sobre as reportagens veiculadas no referido ano, uma vez que só teve um ano de duração, e o estudo a respeito da Guerrilha de Porecatu abordará os conflitos registrados em 1951, quando, segundo historiadores, a localidade estava no auge do conflito.

Por fim, o quarto e último capítulo será dedicado à análise do material coletado, tensionando com o referencial teórico, metodológico e com a contextualização histórica,

buscando compreender como, ao longo da história, a construção da realidade e os enquadramentos midiáticos foram sendo realizados nos diferentes períodos analisados, apontando se e como houve uma evolução da cobertura jornalística em relação aos movimentos sociais, especificamente os que lutam pela terra.

Além do mais, será possível perceber de quais maneiras as perspectivas jornalísticas foram se alterando no decorrer das décadas e se a relação entre os poderes políticos vigentes influenciaram na construção das notícias. A pesquisa também poderá trazer contribuições no sentido de demonstrar o papel do jornalismo como contribuição para se entender a história local e/ou regional. Evidentemente que as linhas editoriais dos veículos regionais devem ser ponderadas, pesquisadas criteriosamente e explicitadas pelo pesquisador, mas isso não pode ser impeditivo para que, por meio de reportagens antigas, pesquise-se episódios que marcaram a história de uma localidade. Como escrevem Ribeiro e Brasiliense (2007, p.222), os meios de comunicação “são hoje os principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar”. Não se deve, portanto, negligenciar os papéis que os jornais desenvolveram no processo de construção social.

CAPÍTULO 1

Movimentos sociais e a história da imprensa

Para entender o quão difícil e complicado foi e é o desenvolvimento dos meios de comunicação, sobretudo os impressos, é imprescindível fazer um resgate histórico de como os veículos, ao longo de séculos, sofreram com interferências do poder público, com ações que limitaram, em várias e distintas épocas, a liberdade de imprensa.

Em um primeiro momento, este capítulo, com teor histórico, irá dedicar-se a mostrar, brevemente, a trajetória dos três movimentos de luta pela terra que atuaram e atuam no Paraná. Desta forma, contextualiza-se historicamente a Guerrilha de Porecatu, o Levante de 1957 e as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Posteriormente, o capítulo pretende traçar um panorama a fim de apontar como a censura e as limitações de liberdade de imprensa influenciaram a produção jornalística no país. Um dos objetivos deste trabalho é contextualizar como a construção das notícias teve interferência dos poderes políticos vigentes em cada período histórico. Também há uma contextualização de como o jornal Gazeta do Povo, objeto da presente pesquisa, se estruturou ao longo da história.

Por fim, se faz necessário discutir como, historicamente, os meios de comunicação retrataram e criminalizaram os movimentos sociais em suas coberturas jornalísticas. Como o alvo da pesquisa são os movimentos que lutaram e lutam pelo direito à terra é imprescindível compreender como essa relação foi construída ao longo dos anos e como a institucionalização da prática profissional influencia na cobertura midiática.

1.1. Movimentos sociais e a luta pela terra

1.1.1. Guerrilha de Porecatu

A Guerrilha do Porecatu começou com o desejo do então interventor do estado, Manoel Ribas, de povoar 120 mil hectares de terras devolutas na região de Porecatu, Jaguapitã e Centenário do Sul, no norte do Paraná. Através do Departamento de Terras, o governo determinou que iria ceder os lotes a quem derrubasse a mata, plantasse, pagasse impostos e vivesse no local por pelo menos seis anos. O resultado foi uma corrida desordenada ao quase desconhecido sertão paranaense no início da década de 1940, principalmente entre os anos de 1941 e 1943.

Aventureiros, agricultores, especuladores e até grandes proprietários foram para a região. Imigrantes, principalmente oriundos de São Paulo, tinham a perspectiva de conseguir melhores condições de trabalho e a posse de uma parcela de terra.

É dentro deste contexto histórico que posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos vindos, sobretudo, do Estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de se conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse de uma parcela de terra, vão se radicar naquele sertão quase que desconhecido do Norte do Paraná. (PRIORI, 2009, p.2)

O problema é que, como conta o historiador Priori (2009), muitos grileiros se aproveitaram da situação e também queriam seus pedaços de terra. Pelo menos 10 grandes grileiros forjavam documentos falsos e atestavam que os lotes já tinham donos.

A organização da propriedade da terra foi realizada com a presença de grandes grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram as suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associados com o trabalho assalariado. (PRIORI, 2009, p.2)

A valorização das terras desbravadas pelos posseiros despertou a cobiça de políticos e grandes fazendeiros. “Eles inventavam documentos em cartórios e solicitavam ao juiz, que também era grileiro², a reintegração de posse”, explica o autor durante entrevista concedida ao autor durante o processo de pesquisa. Segundo Priori (2012, p.130), a presença de grandes grileiros na região, que, por meio da polícia, de “jagunços e de pistoleiros, expulsavam e tomavam as terras dos posseiros, é que vai motivar a organização de uma resistência (...) com o objetivo de defender as suas posses e benfeitorias nelas existentes”.

A situação piorou com a posse de Moisés Lupion, em 1947, ao governo do Paraná. Ele distribuiu terras a empresários e parceiros políticos. Porém, muitas delas já estavam ocupadas pelos posseiros que aguardavam o sexto ano para ter o título da propriedade. Aliado dos latifundiários, Lupion não cumpriu o acordo com os posseiros e não concedeu nenhum título de terra a eles.

Com a saída de Manoel Ribas e a posse do novo governador, Moisés Lupion, ficou mais difícil a situação dos posseiros da região. A única garantia que eles tinham para permanecer nas terras eram “frágeis” requerimentos encaminhados ao Departamento de Terras e Colonização do Estado solicitando a posse dos lotes. (PRIORI, 2009, p.3).

² O próprio termo “grileiro” corresponde à pessoa que se apropria ilegalmente de terras e apresenta título falsificado de propriedade. Já o posseiro é o trabalhador rural que tem a posse da terra, mas não possui o documento legal de propriedade da terra.

O interesse de Lupion era, segundo Oikawa (2011), agradar seus correligionários em troca de apoio político. O próprio governador era acusado de ser dono de uma companhia de terras. A colonização na região virou um verdadeiro balcão de negócios. Grupos que estavam à sombra de Lupion chegaram ao ponto de falsificar mapas para ter o lote dos posseiros.

De um lado ficaram os posseiros que lutavam por suas terras e, do outro, grileiros que queriam alargar seus territórios. Com a anuência do poder público, segundo Oikawa (2011), os posseiros eram expulsos de suas terras. Muitos jagunços foram contratados pelos coronéis para ameaçar, espancar, incendiar casas, matar animais e destruir as colheitas das cerca de três mil famílias de posseiros.

Como explica Priori (2012), os conflitos armados tiveram início no final de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951, com a presença da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná. Com a anuência e também omissão do poder público, a situação se agravou.

O governo prometeu que iria ceder 10 alqueires a cada posseiro que decidisse abandonar a zona conflituosa. Quem aceitou o acordo, ficou com as mãos abanando. O governo, mais uma vez, não cumpriu o pacto. Em 1948, organizados em grupos armados, os posseiros tinham a vantagem de conhecer a região. Fizeram tocaias contra os jagunços, atacaram as grandes fazendas e tentaram manter jagunços, grileiros e os 100 policiais militares, que atuavam na região, distantes de suas terras. Apesar de grande parte de o armamento ser composto por espingardas velhas e carabinas desreguladas.

Diversos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de Londrina passaram a visitar a região com maior frequência e foram eles que ajudaram os posseiros no conflito armado. Priori (2012, p.133) aponta que “o PCB tratou de preparar o terreno para assentar operacionalmente os grupos armados, cujos embriões já existiam, graças ao Comitê Municipal do Partido [PCB] em Jaguapitã (...) e das Ligas Camponesas formadas em toda a região”.

Quando Bento Munhoz assumiu o governo em 1951, Porecatu estava no auge do conflito, que se intensificara um ano antes. Munhoz tentou ainda uma negociação pacífica com os posseiros. Uma das alternativas propostas era o reassentamento dos posseiros em outro local, que não foi aceito.

Diante do impasse, o governo decidiu organizar o ‘Cerco de Porecatu’, mobilizando a polícia do Paraná, São Paulo e até o batalhão de fronteira de Foz do Iguaçu. Na madrugada de 17 de julho de 1951, os policiais invadiram a região, fato que culminou em novo conflito e

com o fim da guerrilha. O saldo de mortos no combate é incerto. O historiador Ângelo Priori estima que pelo menos 20 pessoas morreram nos enfrentamentos, sendo 12 jagunços. A maior parte dos posseiros foram deslocados para outras regiões do Estado.

1.1.2. Levante de 1957

Ao longo da década de 50, os moradores do sudoeste estavam em uma encruzilhada. De um lado, companhias de terra os forçavam a comprar os lotes em que já residiam. De outro, havia a garantia do governo federal de que eles detinham a posse das terras. Assim como na guerrilha de Porecatu, jagunços contratados pelas companhias de terra transformaram a região em um palco de violência. O próprio governador Lupion, segundo Pegoraro (2007), era acusado de ser dono de uma companhia de terras, a Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla). Era a segunda vez que Lupion assumia o governo do estado – a primeira entre 1946 a 1950 e depois entre 1955 e 1959.

Segundo Pegoraro (2007), o grupo familiar e empresarial Lupion estava inserido em diversas atividades, como extração e industrialização de madeira; fabricação de papel, fósforo e caixas; exportação de produtos, como erva-mate, madeira e minérios; agricultura; pecuária e participação em empresas de comunicação, entre elas a Gazeta do Povo e o jornal O Dia.

A aquisição de grandes áreas com árvores era uma das estratégias de negócios do Grupo Lupion, entre 1949 e 1951. Assim, a expansão para as regiões Oeste e Sudoeste, onde se localizavam as principais reservas de pinheiros do Estado, era inevitável. Foi dessa forma que o grupo envolveu-se com companhias de terras, entre elas, a Citla (PEGORARO, 2007, p.55).

Segundo Gomes (1986), o governador anterior Bento Munhoz da Rocha havia publicado o decreto nº 419, de 02 de junho de 1952, que proibia o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade, ‘Sisas’, de qualquer transação imobiliária nas glebas Missões e Chopim, região que situa o Sudoeste paranaense.

No entanto, Priori (2012) explica que um dos primeiros atos do governador Lupion no seu novo mandato foi exatamente extinguir esse decreto. Dessa forma, em 1956, a Citla, juntamente com duas outras companhias, Comercial e Apucarana – que se tornaram suas concessionárias – teve o caminho livre para poder atuar no Sudoeste paranaense. Um dos primeiros atos foi iniciar as medições de vários lotes da região.

Os posseiros que se negassem a comprar a terra que, em tese, já pertencia a eles, sofriam diversos tipos de violência. Meninas e mulheres foram estupradas, crianças e jovens

apanharam de corrente, além de chacinas com dezenas de mortes. Lideranças políticas alertavam para não aceitarem as vendas dos lotes, mas os colonos estavam confusos.

Segundo Gomes (1986), a ordem dos jagunços era: “ou assina e compra a terra ou será expulso”. Os preços eram fora da realidade. Queriam que os colonos comprassem o lote que valia cerca de 12 mil cruzeiros por 80, 100 e até 120 mil. As companhias ainda não davam nem recibos e muitos foram feitos na parte de trás de maços de cigarros ou em papel de embrulho.

Cansados em viver em uma terra de ninguém, os posseiros se rebelaram. Era “um grupo de pessoas que vivenciou e partilhou experiências comuns e, a partir disso, sentiu e articulou a identidade de seus interesses entre si contra outros que tinham interesses contrários aos seus” (PEGORARO, 2007, p. 44).

Um dos casos emblemáticos foi o assassinato da família de João Saldanha entre os dias 4 e 6 de outubro de 1957, na cidade de Ampére. Como ele não queria comprar a terra das companhias, os jagunços cercaram sua casa. Ele conseguiu fugir com um dos filhos. Porém, sua mulher foi abusada sexualmente, teve um dos seios cortados e depois foi executada junto com outro filho de oito anos. Uma menina de cinco anos foi morta por uma adaga e a casa, incendiada.

Outro conflito entre colonos e jagunços que ganhou notoriedade aconteceu no dia dois de agosto de 1957, no distrito de Verê. Segundo Gomes (1986, p.71), um grupo significativo de colonos se armou e veio marchando pela avenida principal em direção aos escritórios das companhias: “Na frente da multidão vinha um colono forte, conhecido como alemão. Fora expedicionário e para mostrar o propósito pacífico da marcha, e assegurar-se de que não seria baleado, o alemão se enrolara numa bandeira do Brasil. Pois foi assim mesmo que morreu, atravessado pelas balas dos jagunços”.

Nenhuma das mortes era investigada pela polícia, já que as companhias exerciam influência sobre o aparato policial da época. Desde agosto os posseiros lutavam contra os jagunços, resultando em diversos conflitos armados e em emboscadas.

Pegoraro (2007) ressalta que a morte do vereador Pedro José da Silva, conhecido como “Pedrinho Barbeiro” também comoveu a sociedade na época. Ele tinha sido designado para ir ao Rio de Janeiro informar ao governo sobre os problemas registrados na região. No dia 21 de maio de 1957, contudo, foi assassinado em sua casa por jagunços. A população começou a se rebelar, com emboscadas, tocaias e violência contra a opressão dos jagunços.

O médico Walter Pecoits denunciava na rádio de Francisco Beltrão os crimes violentos cometidos contra os posseiros. Os colonos diziam que só iriam se entregar se o Exército

interviesse. Entre as tocaias armadas pelos posseiros teve uma em que um carro que transitava entre Santo Antônio do Sudoeste foi alvo de uma emboscada que culminou na morte de sete pessoas.

Dessas, duas eram funcionários da Citla e o restante morreu porque os posseiros supunham que também trabalhavam para a companhia. Mas os funcionários haviam dado carona para colonos na estrada. Um dos mortos, inclusive, era pai de um dos posseiros da tocaia. O episódio ficou conhecido como “Tocaia de Capanema”. (PEGORARO, 2007, p.45).

No dia 9 de outubro de 1957 iniciou, de fato, o que ficou conhecido como Levante dos Posseiros. Três crianças de 10 anos chegaram a Águas do Verê com sinais de terem apanhado de açoiteiras – instrumentos que eram usados para golpear cavalos. Os autores da barbárie: os jagunços. De acordo com Gomes (1986), as crianças apanharam por não revelarem o paradeiro dos pais. O estado das crianças provocou a revolta da comunidade.

A autora explica que através de um programa de rádio, em Pato Branco, Ivo Thomazoni convocou o povo para discutir o problema com as companhias. Ficou definida que uma comissão seria formada para ir até Curitiba buscar solução para o problema e retornaria dali a três dias. A esperança era de que as autoridades da capital pudessem ajudar nesse conflito desigual.

Os moradores de Pato Branco que ficaram na cidade organizaram ainda um movimento popular para expulsar as companhias de terra. Os posseiros tomaram a sede da prefeitura da cidade. Após a reunião do dia 9 de outubro, em Pato Branco, conforme aponta Pegoraro (2007), formou-se uma Comissão Deliberativa composta por 26 pessoas, mais cinco que constituíram a Junta Governativa Provisória, com o objetivo de assumir o comando das ações.

As notícias do levante espalharam-se rapidamente. Em Francisco Beltrão, o médico Walter Pecoits leu um manifesto na rádio e no dia seguinte, dia 10, os colonos também tomaram a cidade. Seis mil posseiros se dirigiram à sede do poder municipal rasgando documentos de quem havia comprado as terras da companhia.

Após esses fatos, houve um acordo com os líderes do levante de que não haveria violência e os jagunços – segundo aponta Pegoraro (2007) – foram levados para fora da região Sudoeste em viaturas do Exército.

A reação em cadeia estendeu-se a outras cidades, como Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Verê e Dois Vizinhos. Prefeitos e chefes de polícia chegaram a ser presos pelos posseiros, sendo que muitos ficaram em “prisões domiciliares”.

Diante da situação, o Exército interviu e obrigou que os jagunços saíssem imediatamente do local. A partir do dia 14 não havia sinal algum das companhias de terra. Somente aos poucos a situação foi se normalizando. Segundo Pegoraro (2007), instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar os acontecimentos. Foram abertos inquéritos em Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema para apurar culpados pelos levantes. Apenas em 1961 o governo federal desapropriou as terras e no ano seguinte titulou 56.917 lotes, concedendo aos posseiros a propriedade da terra.

1.1.3. Movimento Rural Sem Terra

Oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado em 1984 na cidade de Cascavel, na região oeste do Paraná, durante o 1.º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Contudo, a semente para o surgimento do MST já existia nos anos anteriores, durante os anos de opressão do regime militar.

No final da década de 1970, por exemplo, há registros de ocupações de terra no Rio Grande do Sul.

Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático (MST, site oficial do movimento).

No dia 25 de julho de 1981, segundo registros oficiais do MST, um ato público a favor da reforma agrária reuniu mais de 15 mil pessoas. Passados três anos o movimento dos trabalhadores rurais que não detinham posse de terra passou a ser institucionalizado. O MST nasceu com três objetivos principais: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Inicialmente integravam o MST posseiros, pessoas atingidas por barragens, migrantes, meeiros e pequenos agricultores.

O 1º Congresso do MST, organizado a partir do 1º Encontro Nacional em Cascavel, ocorrido em 1984, aconteceu durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985. Segundo o próprio MST, este congresso foi um marco para o movimento. Em maio do mesmo ano, em menos de três dias cerca de 2,5 mil famílias fizeram 12 ocupações no estado de Santa Catarina. Em outubro, houve ocupação no Rio Grande do Sul e, a partir de então, a prática das ocupações de terra ganhou corpo e se espalhou para outros estados.

Mas é na década de 90, já sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, que um dos episódios mais marcantes do movimento é registrado. Foi nessa época que Brasil testemunhou os dois maiores massacres da segunda metade do século XX envolvendo

integrantes do movimento: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará.

No dia 15 de julho de 1995, 514 famílias, lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara (RO), ocuparam a Fazenda Santa Elina, nesse município. No dia 19, por ordem do juiz substituto de Colorado d'Oeste, policiais militares tentaram despejar as famílias, que não aceitaram sair. As reassumir, o juiz titular expediu nova liminar para imediato despejo. A ação resultou na morte de dois policiais e nove sem-terra, incluindo uma menina de sete anos.

No ano seguinte ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Na ocasião, uma marcha de trabalhadores rurais ia para a capital quando a Polícia Militar chegou ao local e recorreu à força para desobstruir a rodovia. Ao todo, 21 pessoas morreram: 19 delas na hora e outras duas depois, em decorrência de ferimentos. Outras 51 ficaram feridas. Ao todo, 155 policiais participaram da ação. Os soldados não tinham identificação no uniforme e suas armas e munições não foram anotadas nas fichas que comprovam quem estava no local.

Desde 1997, o MST se mobiliza em um movimento que ficou conhecido como “Abril Vermelho” – a “Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária” tomou como símbolo o massacre do ano anterior e reivindica anualmente a reforma agrária. No Paraná, o cenário não foi diferente e o período em que mais foram registradas ações do movimento se deu quando Jaime Lerner era governador do Paraná. Durante o período em que ele governou o estado, entre 1995 a 2002, 16 trabalhadores sem terra foram assassinados – sendo oito no ano de 1998, segundo a Comissão da Pastoral da Terra. Atualmente, o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país e cerca de 350 mil famílias conquistaram terra devido à ação do movimento.

Os três movimentos sociais descritos têm em comum que todos, cada um em seu período, foram assuntos de diversas reportagens jornalísticas. Antes de analisar como os movimentos são tratados pelos meios de comunicação, contudo, é fundamental compreender como os jornais determinam suas diretrizes editoriais. Para isso, se faz necessário realizar um resgate histórico de como a imprensa se formou e se consolidou no país.

1.2. Os passos da imprensa no Brasil

1.2.1. Nascimento colonial

Durante três séculos o Brasil permaneceu como colônia portuguesa marcada pela exploração de matérias-primas e por tornar-se um vasto território escravocrata. Com a vinda da Coroa Portuguesa em 1808 a realidade, aos poucos, começou a mudar. Um exemplo disso

foi o nascimento da Imprensa Régia, que surgiu mediante decreto de Dom João VI, em 13 de maio de 1808, como órgão oficial de divulgação da Corte.

Desde o início, portanto, a imprensa brasileira mostrou-se ligada, influenciada ou atingida, de alguma maneira, pelas forças do governo. No dia 10 de setembro daquele ano foi publicado pela Imprensa Régia o primeiro jornal em território brasileiro: a Gazeta do Rio de Janeiro, que nas palavras de Sodré (2011, p.41-42), “era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas”. “Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público”, completa o autor.

Dessa maneira, como ressalta o pesquisador Bahia (1960, p.13), “foi sob o signo do oficialismo que se inaugurou a imprensa no Brasil”. Cabe, contudo, destacar que no mesmo ano Hipólito da Costa fazia circular no país o periódico Correio Brasiliense, que era editado em Londres. “Noticioso, político, vigoroso, independente, o jornal composto e impresso em Londres tinha características profundamente diversas das da Gazeta do Rio de Janeiro (...). Dedicava-se aos problemas do Brasil, analisando-os de modo atual”. (BAHIA, 1960, p.18).

O problema era ter acesso a esse jornal, já que chegava ao país clandestinamente. Isso porque a censura acompanhava o nascimento da imprensa nacional em pleno período colonial. “Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais”, ressalta Sodré (2011, p. 41). Segundo Bahia (1960) em outros países da América Latina a realidade era outra. No México foi implantada em 1540 a primeira tipografia da América Latina. O Peru, em 1584, já teve sua primeira tipografia.

Em relação à censura no período do Brasil Colônia, uma série de medidas governamentais restringia a publicação e a circulação de outros jornais. O “monopólio” da imprensa tinha fortes razões políticas. Afinal, nas primeiras décadas do século XIX o jornal tornara-se o único meio que se fazia circular perante uma parcela da população. Como escreve Barbosa (2013), a imprensa, por ter o poder de difundir ideias de maneira extensiva, poderia fazer com que diferentes ideais – que não fossem ao encontro do que pensava e propagava a Coroa – se espalhassem pela população.

“A perniciosa novidade do século XVIII eram os impressos que podiam brotar os borbotões dos prelos, o que fazia aumentar ainda mais os rigores da censura” (BARBOSA, p.34). Tardou quase 13 anos para que Dom João VI assinasse, em 2 de março de 1821, um decreto que suspenderia provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral. Mas, na prática, nada mudou. “Apesar dos ventos de relativa liberdade de imprensa soprarem no

território brasileiro, a censura se manteria, já que durante muito tempo ainda dominaria a ideia do Antigo Regime”, explica Barbosa (2013, p.63).

Todavia, houve uma proliferação neste período da veiculação de novos periódicos – apenas no Rio de Janeiro foram seis novas publicações. Isso foi determinante para que meses antes da proclamação oficial da Independência brasileira, em janeiro de 1822, Dom Pedro I determinasse que passaria a ser proibido o anonimato em qualquer veiculação – ou seja, temerosa com os efeitos dos novos jornais, a Coroa determinou que o responsável pelo conteúdo tinha que assumir o que escreveu. Em junho do mesmo ano houve uma convocação da Assembleia Constituinte e Legislativa em que foi elaborado um decreto contra os abusos da imprensa. “Era preciso evitar que ‘ou pela imprensa ou verbalmente ou de qualquer outra maneira propaguem e publiquem os inimigos da ordem, da tranquilidade e da união, doutrinas incendiárias e subversivas’” (Barbosa, 2013, p.64).

Apenas com a independência do Brasil, o decreto parou de vigorar. Na Assembleia Constituinte de 1823 chegou a ser promulgado um projeto de lei que versava sobre a liberdade de imprensa. Nele se afirmava que “nenhum escrito, de qualquer qualidade, volume ou denominação (estará sujeito) à censura, nem antes nem depois de impresso”. Mas, em novembro do mesmo ano a votação do projeto foi interrompida e ainda por cima houve a dissolução da Assembleia Constituinte.

Tão somente no ano seguinte, portanto, dois anos após o decreto que afirmara que o Brasil não era mais colônia portuguesa, é que o país viu nascer uma Constituição própria. Apesar de o texto constitucional procurar dar um ponto final na censura no período, deixou margem para que os profissionais da imprensa respondessem “pelo abuso que cometerem no exercício deste direito”, segundo o texto da Constituição da época.

Já nos primeiros anos do Império brasileiro a lei de imprensa chegou a figurar na Constituição de 1824, mas ela ainda mantinha certo controle e repreensão aos periódicos e aos jornalistas. Nos anos seguintes, o descontentamento com essa situação e com as políticas da Corte resultaram em uma proliferação de jornais alternativos, os chamados “pasquins”, que vociferavam violentamente contra o Império. Com característica panfletária e linguagem violenta, o conteúdo desses jornais, em geral de vida efêmera, era pautado pelo cenário político da época. Como afirma Sodré, os pasquins eram “jornais de circunstância, de combate, de linguagem virulenta” (2011, p.131).

Para o autor, nunca a imprensa havia vivido tão de perto os acontecimentos políticos e era justamente essa a grande virtude do pasquim. O período foi marcado pelo aparecimento e

desaparecimento de diversos periódicos que influenciaram diretamente nas lutas políticas. Jornalistas foram perseguidos, presos e até mortos.

Logo após a independência de Portugal, parte da imprensa procurou intensificar a luta pela normalização da vida política no Império, pregando ordem, liberdade e respeito à Constituição, influenciando no curso dos acontecimentos. Isso porque, segundo Lopes (2008), após o fim da Gazeta do Rio de Janeiro, em 1822, foram criados outros jornais da imprensa áulica. Era uma parte da imprensa que estava alinhava às políticas da corte imperial.

Segundo aponta Sodré, formalmente, a censura só foi interrompida pelo governo imperial por um decreto de 28 de agosto de 1827 e a partir desta data a imprensa recebeu um impulso e começou a alastrar-se pelas províncias. Enquanto o Ceará conheceu a imprensa em 1824, outros estados tardaram mais: em 1831 chegou a Santa Catarina e no ano seguinte no Rio Grande do Norte. No Paraná, por exemplo, a imprensa surgiu apenas na segunda metade do século com o Dezenove de Dezembro, que teve a primeira edição impressa em 1854 – um ano após a emancipação do Paraná da província de São Paulo – em que eram publicados os atos do recém-empossado governo provincial. “Lento desenvolvimento, portanto, geralmente iniciado com jornais oficiais, oficiosos ou ligados aos governos provinciais”, constata Sodré (2011, p.166).

Todavia, mesmo com um decreto em vigor, a liberdade constitucional da imprensa ainda era limitada e poderia implicar em discriminação penal para alguns crimes, entre os quais a ofensa ao imperador e a propagação de ideias contrárias à ordem vigente. Destaca-se que pregar o sistema federativo ou ideais republicanos era também considerados subversivos. Sodré afirma que mesmo assim haviam periódicos que criticavam o governo conservador e defendiam um novo sistema político. De 1870 a 1872, surgiram mais de 20 jornais republicanos, como o “O Antonina”, no estado do Paraná.

1.2.2. Os primeiros anos republicanos

A mudança para o regime republicano, que se concretizou em 1889, não trouxe, de imediato, grandes mudanças no rumo da imprensa brasileira. Os que defendiam a República ficaram com mais força; já os meios que defendiam a permanência de Dom Pedro II como imperador do país tornaram-se mais combativos.

O problema é que a relação entre forças políticas e imprensa também não havia sido totalmente pacificada. Ser combativo ao regime ou crítico ao presidente do Brasil poderia significar fortes retaliações e violência. O decreto 85, de 23 de dezembro de 1889, determinava que “os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu governo: que

aconselharem ou promoverem por palavras escritos ou atos a revolta civil ou a indisciplina militar (...) serão julgados por uma comissão militar (...) e punidos com as penas militares de sedição”.

A perseguição não se limitava à lei; ocorria na prática. O jornal A Tribuna, por exemplo, que publicou textos afirmando que Marechal Deodoro da Fonseca “era uma nulidade, ambicioso e prepotente” (SODRÉ, 2011, p.375), foi depredado em sinal de retaliação. O sucessor de Deodoro, o também militar Floriano Peixoto, conhecido como “marechal de ferro”, inibiu publicações que fossem contrárias ao seu mandato. Um exemplo é o Jornal do Brasil, que “sofreu violência por parte de Floriano e teve sua publicação suspensa, de 1893 a 94” (BAHIA, 1960, p. 49). Segundo Barbosa (2007), antes da circulação ser suspensa o Jornal do Brasil já tinha tido sua oficina depredada em 16 de dezembro de 1891.

Era sob a égide deste momento agitado que a imprensa brasileira passava a assumir ares mais industriais e menos artesanais, como explica Sodré (2011, p.405). A de caráter artesanal permanecia nas pequenas cidades. Mas nas capitais e em locais mais desenvolvidos, o jornal assumia uma estrutura mais comercial. A passagem do século assinalou a transição da pequena à grande imprensa. Esse processo era indício da ascensão capitalista em uma nação que há poucas décadas ainda sobrevivía à base da mão-de-obra escravocrata.

Barbosa (2013, p.195) destaca que a drástica transformação por que passou o jornalismo incluiu tanto inovações técnicas quanto alterações do ponto de vista editorial. Não que as opiniões fossem relegadas ao segundo plano. Pelo contrário, elas continuaram existindo e até norteando os veículos. Contudo, os meios passaram gradativamente a tentarem valorizar o caráter imparcial das matérias. “Isso levou à criação de colunas fixas para a informação e para a opinião, ao mesmo tempo em que se privilegiava a edição de notícias informativas em detrimento da opinião. O artigo de fundo passou a ter lugar determinado, não se confundindo com as colunas informativas”.

De acordo com a mesma autora (2007), é nesse período que a chamada objetividade jornalística ganha espaço no Brasil. Ela relata que a separação entre o mundo da opinião e o mundo da informação foi construindo o ideal de objetividade como valor imprescindível para a notícia. Foi a partir disso que começou a ser instaurada a mítica da imparcialidade jornalística.

Além da repressão, não foram poucos os casos em que recursos públicos foram utilizados para corromper jornais e jornalistas, em especial sob o governo Campos Salles, que presidiu o país de 1898 a 1902.

Nos anos 1920, com o advento da Revolução de 1924 a perseguição aos jornais por parte do poder público volta a se fazer presente. Neste período, o chamado “movimento tenentista” reunia um grupo de militares que lutava pela moralização política e fim da corrupção eleitoral. Os tenentes estavam indignados com as precariedades das corporações e com a crise que penalizava a classe média, de onde eles eram originados. A ordem era mudar essa lógica e tirar Arthur Bernardes da Presidência do Brasil. “Com a imprensa amordaçada, a inquietação política prosseguia: a República oligárquica aproximava-se inexoravelmente do fim”, afirma Sodré (2011, p.532).

Barbosa (2007) relata que o então presidente Arthur Bernardes decretou o estado de sítio em 5 de julho de 1924, estabelecendo censura à imprensa. Sodré (2011) destaca que, nesta época, o Correio da Manhã chegou a ficar impedido de circular de 31 de agosto de 1924 até 20 de maio de 1925.

Barbosa (2007, p.75) escreve também que, passado esse período de turbulência, no final dos anos 1920 parte dos jornais continuaram a ser, como nos primeiros anos da década 1900, dependentes de subsídios oficiais do governo federal. É nessa época que se estruturam os primeiros conglomerados de imprensa no Rio de Janeiro, como o império midiático de Assis Chateaubriand.

1.2.3. Vargas no poder

A chegada da década de 1930 consolidou a estrutura empresarial da imprensa, com a formação dos grandes conglomerados midiáticos. Todavia, foi uma década marcada por um novo período de censura e repressão. Com Getúlio Vargas no poder, poucos eram os veículos que conseguiam manter certa autonomia para vigiar o poder público. Vargas assumiu a presidência em um Governo Provisório, mas acabou ficando 15 anos ininterruptos no cargo, entre 1930 e 1945, e que se dividiu em três fases.

De 1930 a 1934, como chefe do Governo Provisório estabelecido pela Revolução de 30; de 1934 até 1937, como presidente da República do Governo Constitucional (tendo sido eleito presidente pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934); e de 1937 a 1945, como presidente-ditador, enquanto durou o Estado Novo implantado após o golpe de Estado. Sodré (2011) destaca que toda a luta política eleitoral que culminou com a revolução de 30 era travada, até então, à base da imprensa. Os jornais acompanharam todos os passos até Vargas assumir o posto máximo do Executivo nacional.

No entanto, logo após a chamada “Revolução de 1930”, meios de comunicação que chegaram a apoiar o movimento romperam com o governo recém-instalado, como foi o caso

do Diário Carioca, do Rio de Janeiro. O rompimento com o governo e sua consequência foi um alerta do que estaria por vir: a sede do jornal foi alvo de violência. “Em fevereiro de 1932, um grupo de oficiais do Exército depredou sua redação (...). A repulsa da imprensa foi significativa: todos os jornais paralisaram suas atividades por 24 horas” (SODRÉ, 2011, p.552).

O receio de intervenções do governo fez os demais jornais se autocensurarem. Mas foi com o golpe de estado de 1937 que o chamado “Estado Novo” instaurou medidas drásticas contra a liberdade de imprensa. A polícia política vigiava de perto os profissionais de imprensa e os jornais eram submetidos à censura. Era obrigatória a reprodução da propaganda estatal, já que os meios eram completamente pressionados por verbas publicitárias do governo, por financiamentos e subsídios ou obstáculos ao fornecimento de insumos para a imprensa, que na época eram quase todos importados. “Com a ditadura surgiu, inevitavelmente, implacável censura à imprensa e, mais do que isso, a proibição de novos jornais, o fechamento de outros”, resume Sodré (2011, p.557).

Faz-se necessário um adendo: além da repressão, houve alguns empresários proprietários de jornais que se alinharam a Vargas:

Há também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidade, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa que divergências (BARBOSA, 2007, p. 103).

Segundo Barbosa, não se pode desconsiderar toda a ação de censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 pelo governo Vargas, mas também não se deve negar que para alguns donos de jornais acabou sendo, em termos financeiros, vantajoso aderir ao novo governo. Resumidamente, de um lado havia perseguição e censura e de outro quase uma imposição financeira para aderir espontaneamente ao regime.

Cabia ao DIP controlar as publicações da imprensa e do rádio e ainda publicava uma lista de assuntos proibidos de serem tratados nos meios de comunicação. O objetivo era difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Foi por meio do DIP que o culto à personalidade e a construção de imagens idealizadas de Getúlio Vargas – como, por exemplo, a de “pai dos pobres” – ajudaram a consolidá-lo no poder. “O DIP procura, portanto, divulgar, propagar e criar o mito Vargas” (BARBOSA, 2007, p. 119).

Em 1945 registra-se o fim da primeira Era Vargas e, conseqüentemente do Estado Novo. O período 1945-1964 foi um tempo de transição do Brasil e de sua imprensa. Nesta

época as redações adotaram as técnicas jornalísticas inspiradas no modelo dos Estados Unidos, com a adoção do lead e da pirâmide invertida. A imprensa, em geral, passou a se consolidar com o um negócio de grandes proporções. Há uma crescente participação da publicidade privada no faturamento das empresas jornalísticas, decorrente justamente dessa modernização econômica.

1.2.4. Regime de exceção

O golpe militar que depôs o então presidente João Goulart veio acompanhado de um regime ditatorial que perdurou de 1964 até 1985. Antes da implantação do regime, contudo, a maior parte dos meios de comunicação uniu-se quase em um uníssono junto aos grandes empresários, proprietários rurais, líderes políticos e religiosos que temiam a ameaça de um governo mais ligado à esquerda política. Com a implantação da ditadura militar, porém, o que se viu foram veículos de imprensa sofrerem censura prévia e alguns foram obrigados a se autocensurarem para preservar o veículo e os profissionais que lá trabalhavam. Outros ainda, se autocensuravam por interesses financeiros.

Toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. Os editoriais do Correio da Manhã, nos últimos dias de março – aqui à guisa de exemplo – foram esclarecedores até nos títulos: ‘Basta!’ e ‘Fora!’, indicando ao presidente João Goulart a saída como se fora ele, não o mandatário do povo, mas empregado relapso (SODRÉ, 2011, p.599-600).

A censura foi fundamental na consolidação da ditadura, silenciando uns e servindo a outros. Houve veículos que optaram por se silenciar espontaneamente e que se beneficiaram desta prática. Como destacam os próprios pesquisadores Reis e Rollemberg (s/data), “houve abençoados pela censura que construíram impérios de comunicações”, que se beneficiaram e tiveram, por exemplo, mais recursos financeiros via financiamentos ou empréstimos do governo.

Barbosa também ressalta que apesar de terem sido inúmeros os

famosos bilhetinhos encaminhados aos jornais com ordens expressas para que não se publicasse determinadas notícias, os telefonemas recebidos e que se transformaram em memorandos dos chefes de redação e reportagem aos seus subordinados. (...) Havia ainda os processos de autocensura (2013, p.298).

Destaca-se, contudo, que algumas dessas situações de autocensura não significavam necessariamente que existiria automaticamente um benefício por agir assim. A aceitação das ordens emitidas pelo Estado na construção da notícia, algumas vezes, eram tomadas por receio aliado a falta de coragem. Segundo Soares (1989, s/ p.), a autocensura era “derivada de

receios vários, como o da prisão, ou o fechamento do jornal, ou o fim dos empréstimos e financiamentos”.

No entanto, de qualquer forma, ao adotar a autocensura os meios transformam-se em “executoras e cúmplices da censura, das quais as principais vítimas eram elas próprias. A autocensura transformou-se em prática tão arraigada e institucionalizada que decorria de acordos e conversações” (SOARES, 1989). Segundo ele, autocensura afetou de maneira indelével os meios de comunicação. Isso porque as regras não eram claras e o sistema era completamente incoerente. “Nunca se sabia com exatidão o que era permitido ou não. A área cinza, duvidosa, era muito grande, gerando uma devastadora incerteza” (ibid).

A autocensura, porém, não camufla a existência da censura prévia e, como Reis e Rollemberg (s/data) enfatizam, a ação dos censores foi muito séria, não restando dúvidas também de que houve resistência à ditadura. Para eles, “entender a resistência de jornais e jornalistas é antes de tudo compreender a complexidade e as evoluções da época, nas quais a imprensa teve lugar relevante, intermediando as relações entre opinião e regime”.

Até o estabelecimento da redemocratização no Brasil, a imprensa viveu sob a égide e a incerteza da censura. Como se percebe, desde a criação de periódicos no país ainda na época colonial, grande parte desta trajetória é marcada por relações tumultuosas com os mandatários do governo. Somente após os anos 1980 é que a liberdade de imprensa ganhou um fôlego maior que perdura até hoje. Assim como escreve Bahia (1960), os jornais assumem um duplo papel na sociedade – como órgão de informação e veículo de opinião. Por isso “a imprensa, particularmente, e o jornalismo, de modo geral, não podem prescindir das obrigações éticas, dos deveres morais básicos que estão implícitos na natureza das comunicações sociais, da função informativa e formativa” (BAHIA, 1960, p.70). Com a liberdade estabelecida pela Constituição de 1988 estes ensinamentos devem ser seguidos à risca, afinal, a imprensa – independente em qual plataforma tecnológica – continua sendo um palco privilegiado e imprescindível das disputas políticas na democracia contemporânea.

1.3. Breve trajetória da Gazeta do Povo

Apenas com a emancipação do estado da então Província de São Paulo, é que a população paranaense ganhou um jornal próprio, o “Dezenove de Dezembro”³, que começou a circular em 1º de abril de 1854. O meio de comunicação foi criado com o objetivo de tornar

³ O nome refere-se à data de instalação da Província do Paraná, em 1853.

público os diários e atos oficiais do governo recém-empossado. Segundo Oliveira Filha (2004), o proprietário do periódico, Cândido Martins Lopes, chegou a contar com o apoio financeiro do primeiro presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, para instalar a primeira tipografia na cidade de Curitiba.

Somente após 65 anos, em 3 de fevereiro de 1919, surgiu a Gazeta do Povo, que, em 2015, segundo a Associação Nacional dos Jornais, figura como o periódico de maior circulação do Paraná com mais de 36,3 mil exemplares impressos. O surgimento do jornal pode ser encaixado no segundo período da história da imprensa, conforme qualifica Sodré (2011) em que existia o predomínio de uma imprensa comercial. “Este jornalismo cumpriria duplo papel, mas que, a rigor, era decorrente de uma autoimagem construída pelos próprios periódicos: de um lado, vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes; de outro, fornecer informações necessárias aos anseios do público”, explica Santos (2011, p.23), em estudo sobre a Gazeta do Povo.

Se esse formato de imprensa tomou corpo nos grandes centros a partir do final do século XIX, no Paraná este caminho começou mais tarde. “Os rastros indicam que também o jornal Gazeta do Povo, desde as primeiras décadas, procurava destacar essas características: se intitulava apolítico e independente, ainda que, na prática, veiculasse artigos marcadamente facciosos” (SANTOS, 2011, p.24). Essa situação ficou clara em um manifesto lançado no dia 20 de janeiro de 1919 a poucos dias da primeira edição do jornal em que o advogado Benjamin Lins, um dos fundadores da Gazeta do Povo ao lado de Plácido e Silva, afirmou:

Não pertenco, não quero pertencer, a nenhum dos grupos políticos que militam no Estado. A política pessoal, circunscrita a adoração fetichista de qualquer individualidade, como tem ocorrido nos últimos tempos da República, não só não me cativa, como é de tal forma contrária a minha índole que mal entendo que haja alguém capaz de se circunscrever a atividade tão inferior (...) Não tem, pois, nenhum fundamento notícia propalada de que o jornal que redigirei se destina ao lançamento ou defesa de qualquer candidato à Presidência do Estado. Será escoimado de vícios políticos, viverá por si, do povo, para o povo. (GAZETA DO POVO, 1999, p.3)

O texto fala também que a linha do jornal será de “independência e imparcialidade”, segundo ressalta Oliveira Filha (2004). No entanto, segundo a pesquisadora, apesar do manifesto de lançamento, a primeira edição da Gazeta do Povo incluiu um texto de primeira página que defendia a candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República: “Ninguém o iguala em merecimentos; ninguém é tão querido pelo povo, ninguém é tão venerado pelas multidões; ninguém tem prestado a este país tão elevados serviços, ninguém quer o Brasil com tanta intensidade e tanto carinho...”. “A epígrafe ‘Diário independente’, colocada logo abaixo do título do jornal parece desmentida já na edição de lançamento”, opina Oliveira

Filha (2004, p.2). O primeiro número da “Gazeta do Povo” circulou com seis páginas e, segundo a autora, com quase 40% do espaço ocupado por publicidade.

Destaca-se que na época de lançamento da Gazeta do Povo o Paraná possuía outros jornais em circulação, como “A Tribuna” e o “Diário da Tarde”, além de uma imprensa operária, com títulos como “O Proletário”, “União e Trabalho” ou “O Trabalho”. Oliveira Filha (ibid, p.2) escreve que, em pronunciamento feito em 1949, Plácido e Silva citou que “uma dezena de nomes de importantes e ricas famílias locais que compraram cotas de uma sociedade limitada para montar a gráfica. No primeiro número os interesses desses setores também parecem contemplados com um vasto editorial que critica os altos impostos cobrados da indústria e do comércio”.

Vale ressaltar que, nos anos 1950, década de ápice da Guerrilha de Porecatu, o então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, sofria oposição dos periódicos que circulavam na capital do estado, inclusive da Gazeta do Povo. “‘O Dia’ era propriedade de seu inimigo político Moysés Lupion, que detinha também 50% do capital da “Gazeta do Povo” enquanto o ‘Dário da Tarde’ era controlado por outro grupo rival”, revela Oliveira Filha (2004, p.5). Essa relação empresarial com a Gazeta do Povo interferiu também na cobertura do Levante de 1957, quando Lupion voltou ao cargo de governador e permanecia como acionista do jornal. Haja vista que a cobertura tendeu a criminalizar o movimento dos posseiros em detrimento das ações governamentais. Pode-se assinalar, portanto, que a isenção propagada no lançamento da Gazeta do Povo não se concretizava na prática.

Já na década de 1960, uma crise financeira atingiu o jornal. Em 1962, ainda dirigido pelo Plácido e Silva, o jornal estava com dívidas e não pagava salários em dia (Oliveira Filha, 2004). Silva então passou o controle do jornal a Francisco da Cunha Pereira Filho, que juntamente com o sócio Edmundo Lemanski, assumiu o periódico. “A mudança no comando do periódico é marcada pela modernização editorial e do parque gráfico do jornal. Podemos dizer que a mítica da modernização da imprensa do Paraná começa exatamente nos anos 1960” (SANTOS, 2011, p.30). Segundo o autor, essa modernização começou com uma década de atraso em relação aos grandes centros urbanos do Brasil.

Foram realizados, a partir daí, grandes investimentos de infraestrutura no jornal.

Em 1969, por exemplo, começou a operar uma nova rotativa, a primeira off set de grande porte instalada no sul do país. Em junho de 1973 a “Gazeta do Povo” instalou os primeiros computadores para fotocomposição e em agosto o jornal estampou, na primeira página, uma foto colorida, novidade na imprensa paranaense (Oliveira Filha, 2004, p. 7).

Nesse mesmo ano, Cunha Pereira e Lemanski compraram a TV Paranaense, que tinha participação acionária do empresário Roberto Marinho, da Rede Globo – a sociedade foi desfeita apenas em 2002. Esse episódio tem relação direta com o desenvolvimento da Gazeta do Povo, pois “a supremacia da Globo em termos de audiência ajudou a alavancar as vendas do jornal, que continuou investindo na modernização de equipamentos. Em 1995 foi o segundo jornal brasileiro a disponibilizar seu noticiário na internet” (ibid, p.7).

Atualmente, embora permaneça no posto como o maior diário do Paraná, a Gazeta do Povo, reduziu sua circulação: em 2000 eram impressos 80 mil exemplares nos dias de semana e, quatorze anos depois, é inferior a 40 mil.

1.4. Criminalização dos movimentos sociais

Os meios de comunicação social desempenham um papel crucial na repercussão dos movimentos sociais. Ao decidir transmitir as notícias por determinada angulação ou priorizando determinadas fontes jornalísticas, os veículos podem passar diferentes mensagens para o público. Este estudo, que trata da abordagem da Gazeta do Povo em relação à luta do MST, ao Levante de 1957 e à Guerrilha de Porecatu está intrinsecamente ligado aos riscos de criminalização de tais movimentos pelo referido veículo de comunicação.

Em geral, como apontam as autoras Ashley e Olson (1998), os movimentos sociais marginais ficam fora da chamada ‘rede de notícias’. Muitas vezes entram em cena, pela mídia, se realizam algum ato público. Durante o processo de construção de notícias, os meios de comunicação utilizam, segundo elas, dispositivos de enquadramentos sobre os movimentos. *“News media can frame a protest group in several ways: by ignoring it; burying the article in the back section; by the description given to the protester; reporting the events rather than the group's goals and interest; trivializing the protest”*⁴ (1998, p.264).

Essas artimanhas refletem um viés sobre os acontecimentos e sobre os movimentos sociais que podem configurar um processo de criminalização dos movimentos perante a sociedade. Wilson Gomes, por exemplo, reconhece que existem assimetrias no processo jornalístico, já que cabe somente a alguns falantes ocuparem o espaço midiático (2008). Isso pode levar ao público informações distorcidas. O autor chega a ressaltar que o sistema midiático consegue dinheiro não apenas com publicidade, “mas o consegue também na forma mais viciada das interações, trocando vantagens editoriais por ajuda econômica na forma de

⁴ Os meios de comunicação podem enquadrar um grupo de protesto de várias maneiras: ignorando-o; enterrando o artigo na parte de trás da seção; pela descrição dada ao manifestante, relatando os acontecimentos ao invés dos objetivos e interesses do grupo, banalizando o protesto.

antecipação de recursos, de empréstimos ou de favorecimentos” (p.132). Isso significa que os meios de comunicação podem trocar favores e se beneficiar a partir dessas interações viciadas, conforme o autor. Essas práticas irão privilegiar aqueles que detêm o capital financeiro, já que são capazes de oferecer subsídios para parte desses veículos. Sabe-se ainda que os governos – seja estadual, federal ou municipal – e a classe política são detentores de grande parte do capital, e a partir da publicação de editais (no caso dos governos), por exemplo, podem contribuir financeiramente para os veículos em troca de favores editoriais. Isso pode resultar em uma cobertura deturpada dos fatos

Essa realidade faz com quem não seja do meio hegemônico e detentor de capital, como os movimentos sociais, fiquem relegados no sistema midiático. Há, portanto, assimetrias no acesso aos *media* que impedem a participação igualitária. Na medida em que os agentes políticos possuem estrutura, dinheiro e acesso facilitado, a sociedade civil precisa se organizar e gerar fatos noticiosos Como ressalta Maia (2008, p.180),

mesmo a cobertura jornalística diária está, como rotina, estreitamente relacionada ao centro do sistema político, e aos grupos de interesses políticos ou econômicos e representantes do aparato estatal administrativo têm maiores oportunidades de propor uma ‘agenda política governamental’.

Sendo assim, o acesso privilegiado das fontes detentoras de poder faz com que os movimentos sociais, não só tenham um acesso restrito aos meios de comunicação, mas também pode interferir em como será a abordagem e a angulação da notícia a respeito dos atos realizados por esses movimentos. Isso porque geralmente as mobilizações sociais estão em relação conflituosa com aqueles que detêm o poder. Essa realidade ocorre nos três movimentos que são alvos da pesquisa. Tanto em relação ao MST, quanto ao Levante de 1957 e à Guerrilha de Porecatu, os manifestantes cobravam ações do governo para resolver o impasse da luta pela terra.

Os veículos de comunicação são elementos com destaque na hierarquia social contemporânea e, diante, disso, não se pode ignorá-los. Por isso mesmo eventos, fatos e situações realizadas por membros da sociedade civil e de movimentos sociais são recursos utilizados pelos próprios movimentos para tentar fazer com que as brechas nos meios de comunicação sejam abertas. Mesmo que exista uma dificuldade de que todos os atores tenham acesso igualitário aos meios, a comunicação massiva permite a inserção de diferentes e novos pontos de vista, argumentos ou preocupações para o debate público. “Por meio dos *media*, as questões e causas de atores cívicos podem alcançar uma audiência muito mais ampla do que seria possível mediante ações diretas”, escreve Maia (2008, p. 214).

Todavia, Peruzzo (2015, p.7-8) vê essas artimanhas como exceções, já que em regra os veículos de comunicação “quando falam sobre alguns movimentos populares tendem a representá-los segundo visões ideologizadas e com o uso de estereótipos que os desqualificam, criminalizam ou ridicularizam”. Os veículos também tendem, segundo a autora, omitir informações e abordar determinados temas de forma superficial. “Há os condicionamentos do próprio sistema de meios de comunicação, movido por interesses de mercado e políticoideológicos, que movem a estrutura e a “máquina” cotidiana dos meios e que modelam suas práticas e estratégias” (p.8).

A abordagem jornalística em relação aos movimentos sociais é afetada pelo processo de construção da notícia, que conseqüentemente, irá gerar um enquadramento do fato narrado. A construção noticiosa tem, como será visto no capítulo a seguir, relação direta com a institucionalização dos procedimentos adotados pelos meios de comunicação, que – por sua vez – irão influenciar no recorte e na construção social da realidade dos movimentos abordados.

CAPÍTULO 2

A construção social das notícias e da realidade

Para compreender como as notícias abordam as relações conflituosas entre poder político e movimentos sociais torna-se imprescindível discutir não só os passos de produção, mas também as suas consequências e seus impactos sociais. Para tanto, este capítulo irá abordar como a produção jornalística influencia na construção social da realidade.

Esse processo, por sua vez, recai em analisar como a engrenagem das estruturas e hierarquias dos meios de comunicação implicam nas rotinas produtivas e como, ao final do processo de apuração, uma notícia irá retratar um fragmento do real. Para tanto, são debatidos os critérios de noticiabilidade, fontes jornalísticas e o mito da objetividade.

Valendo-se de tais fundamentações, busca-se compreender como a cobertura jornalística da Gazeta do Povo construiu, por meio do processo jornalístico, a percepção a respeito dos três distintos movimentos que visavam a luta pela terra (Guerrilha de Porecatu, Levante de 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

2.1. A realidade construída

A realidade é socialmente construída e, dia após dia, modificada. O que é ‘real’ para um pode não ser para outro. Essa relatividade social que pode gerar múltiplas realidades está sujeita e submetida a uma realidade que se sobressai. Essa realidade, considerada por excelência, é a realidade da vida cotidiana que “impõe-se à consciência de maneira mais maciça, urgente e intensa” (BERGER; LUCKMAN, 2014, p. 38) e que, sendo assim, é impossível ignorar.

É essa realidade do dia a dia, passível de transformações, o principal objeto da prática jornalística e, conseqüentemente, da construção das notícias. “É impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza um ambiente humano” (BERGER; LUCKMAN, 2014, p. 73). Da mesma forma, é impossível que a produção de reportagens isole-se do ambiente humano. Afinal, como escrevem Berger e Luckman (2014), todos os fenômenos sociais são construções historicamente produzidas pela atividade humana.

Nessa perspectiva, é possível compreender a atividade jornalística como um dos pilares da construção de tal cotidiano, como é explicitado pela teoria construtivista. Afinal, “os jornalistas são, como todo o mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, tornam-na uma realidade pública

sobre o dia-a-dia” (ALSINA, 2009, p. 11). A notícia, como expressa Alsina, é uma representação da realidade, que é gerada institucionalmente e que se manifesta inserida na construção de um mundo possível.

É preciso que se compreenda que a construção social da realidade remete a um processo de institucionalização de práticas e papéis da vida cotidiana. Berger e Luckman (2014, p.77) explicam que essa institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais executadas por diferentes tipos de atores: “A própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. Instituição pressupõe que ações do tipo X serão executadas por atores do tipo Y”. As instituições conseguem, desta forma, promover ações habituais que serão realizadas pelos atores sociais. Para os atores, a institucionalização pode ser entendida como modelos simbólicos a serem seguidos e expectativas recíprocas de comportamento em uma sociedade, como costumes, práticas, relações, organizações ou comportamentos. São essas instituições que formam uma espécie de códigos de signos que regulam a imagem da realidade. As interpretações geradas a partir dessa institucionalização, por sua vez, tipificam atores e distintas ações sociais.

Os processos para esse percurso são, ao mesmo tempo, socialmente determinados e intersubjetivamente construídos e compreendidos dentro de todo um processo histórico. Segundo os autores, é dessa maneira que o processo de institucionalização controla a conduta humana em uma realidade cotidiana impondo papéis e modos de agir que se tornam habituais aos membros da sociedade, o que consequentemente orienta a conduta e a vida humana. Ser institucionalizado passa a ser sinônimo de estar submetido a um controle social; afinal, uma estrutura construída socialmente passa a condicionar o comportamento e programar a existência social. Portanto, a institucionalização torna-se uma espécie de padrão que enfrenta um processo seguido de reprodução e que, por consequência, “é incipiente em toda situação social que prossegue no tempo” (BERGER; LUCKMAN, 2014, p. 78).

A partir destas definições, Alsina (2009) afirma que o processo de construção social da realidade depende também diretamente da prática produtiva do jornalismo – afinal, a mídia também é responsável por criar e reproduzir a realidade social. Essa noção se situa justamente no processo de institucionalização de práticas e papéis dos jornalistas e dos meios de comunicação. “Isso faz caracterizarmos a atividade jornalística como um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes” (ALSINA, 2009, p.45-46). Tais construções são realizadas no interior de aparatos específicos, que são os meios de comunicação de massa. Da mesma maneira, Tuchman (1983, p.16) aponta que a notícia é,

por si, um método institucional para fazer com que a informação esteja disponível aos consumidores.

La noticia es localizada, recogida y diseminada por profesionales que trabajan en organizaciones (...), um produto de los informadores que actúan dentro de procesos institucionales y de conformidad con prácticas institucionales. Esas prácticas incluyen necesariamente la asociación con instituciones cuyas noticias son informadas de manera rutinaria.

De acordo com a autora, a notícia é associada a instituições legitimadas e permanece como um processo historicamente constituído. “No sólo define y redefine, constituye y reconstituye significados sociales; también define y redefine, constituye y reconstituye maneras de hacer cosas: los procesos existentes en las instituciones existentes” (TUCHMAN, 1983, p.210). Ou seja, dessa maneira é possível apontar que os métodos institucionalizados estão embutidos nas próprias instituições comunicacionais legitimadas perante uma parcela da sociedade.

Essa abordagem refuta ainda, por completo, a teoria do espelho – uma das mais tradicionais e também controversas teorias que visam explicar a produção noticiosa. Tal pressuposto teórico entende que as notícias funcionariam como um espelho da sociedade, refletindo seus interesses e a própria realidade. Seria um reflexo fiel dessa realidade.

Neste sentido, Traquina (2004, p.168-169) explica que a teoria do espelho é negada pela perspectiva teórica construtivista pelo fato de ser impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os meios de comunicação noticiosos que devem ‘refletir’ essa realidade, justamente “porque as notícias ajudam a construir a própria realidade”. Além disso, a “própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos porque a linguagem neutral é impossível”. Isso significa que não há como refletir a realidade nua e crua com as palavras, já que os *media* estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos.

A perspectiva do espelho não leva em consideração as atividades dos jornalistas e das empresas jornalísticas. Interpreta a ação do jornalista como se ele fosse mero instrumento de transmissão dos fatos cotidianos. Quando na verdade, segundo Tuchman (2002, p.92), os jornalistas invocam as normas sociais, mas ao mesmo tempo definem essas normas.

Como enfatiza Sousa (2006, p. 228), as notícias podem indiciar aspectos da realidade, mas “nunca podem espelhar a realidade porque isto é impossível”. Salienta-se também o fato de que, mesmo que cada política editorial dos meios de comunicação provoque uma visão diferenciada de determinados acontecimentos, esses assuntos são, na maior parte dos casos, os

mesmos. Cria-se, assim, uma imagem de realidade quase única de temas que deverão ser debatidos pela sociedade (ALSINA, 2009).

A mídia, dessa forma, localiza, qualifica e classifica os acontecimentos de acordo com um mapa da realidade social e “cabe aos meios de comunicação, e consequentemente aos jornalistas, determinarem quais são as realidades aceitáveis e quais não são” (ALSINA, 2009, p.72).

Evidente que se deve levar em conta que esse processo não é unilateral, como apregoaria a teoria comunicacional da agulha hipodérmica, em que o emissor iria atingir uniforme e igualmente os mais distintos receptores. Pelo contrário, é gerado, como apregoa Alsina (2009, p.95), um reconhecimento da informação por parte do próprio receptor do discurso jornalístico. “As notícias ajudam a construir a sociedade como se fosse um fenômeno social compartilhado, já que no processo de descrição de um fato relevante, a notícia o define como tal e lhe dá a forma necessária”.

Dessa forma, também se pode afirmar que a construção da realidade se dá a partir do que existe na própria realidade cotidiana e no conhecimento produzido pela sociedade – este, por sinal, é elaborado, não somente, mas também pelos jornalistas que selecionam os fatos a virarem notícias. Como escreve Alsina (2009, p.113), o sujeito observador é outro elemento que confere sentido ao acontecimento: “Os acontecimentos estariam formados por aqueles elementos externos ao sujeito, a partir dos quais, ele mesmo reconhecerá e construirá o acontecimento”.

Outro ponto de extrema importância para esta perspectiva construtivista, que se consolidou nos anos 1970, deve-se ao papel central exercido pelos meios de comunicação perante o meio social. É a mídia que torna os fatos visíveis e aproxima os cidadãos dos acontecimentos: “O que não aparece na mídia não existe para muita gente” (ALSINA, 2009, p.129).

Conforme reitera Alsina, os acontecimentos transmitem o imaginário coletivo, que por sua vez, irão definir e moldar pontos de vistas e até atitudes de uma sociedade. Ou seja, a transmissão de determinados acontecimentos e assuntos tem a capacidade de fazer com que os consumidores de notícias exerçam um sistema valorativo, seja positivo ou negativo, sobre esses mesmos fatos. Para tanto, é fundamental que as organizações informativas, segundo Tuchman (1983), exijam que os repórteres encontrem os fatos que possam ser noticiados, para que, aí sim, sejam transmitidos ao público.

Esse processo só é possível, de acordo com a autora, pela formação de uma rede de informação, formada por um sistema hierárquico dentro das organizações comunicacionais.

Tuchman também destaca que ao longo deste procedimento há processos interativos dentro da própria hierarquia burocrática dos meios de comunicação. Após essas interações entre os diversos profissionais que atuam nos veículos, os repórteres partem para identificar e, posteriormente, publicar o fato como notícia.

Evidentemente que mesmo tendo uma hierarquia definida é impossível que a rede de informação como um todo consiga antecipar todos os problemas que possam estar relacionados com a produção jornalística. Sendo assim, é fundamental que ocorram negociações com certa margem de flexibilidade entre os profissionais envolvidos. “Las negociaciones flexibles son, así, una necesidad organizacional (...). Los conflictivos métodos de diseminar la red informativa crean una burocracia compleja, cuyas negociaciones internas dan forma a los sucesos como acontecimientos informativos”, destaca Tuchman (1983, p.44).

Isso porque a produção noticiosa é constituída por acordos mútuos entre chefes/editores e repórteres a fim de se manter um equilíbrio dentro desta rede noticiosa. Como resume Traquina (2004, p.139), “os jornalistas têm de ser capazes de identificar os ‘fatos’”, mesmo em algumas situações em que a “verdade”, que deve ser almejada pelos jornalistas, não seja facilmente verificável.

Neste sentido, vale abrir espaço para ressaltar que a própria seleção do fato que se tornará notícia representa um recorte temático que redesenha o mundo social a partir de determinado enfoque. “Assim, o discurso jornalístico é compreendido como mais um dos inúmeros produtos que circula no espaço social em que se situa a noção de construção social da realidade” (GADINI, 2007, p.80).

Construção que passa inevitavelmente pelas mãos, pelo crivo e pelo olhar do jornalista – ou como salientam Berger e Luckman (2014), daqueles que assumem o papel de jornalista, bem como dos meios de comunicação que também exercem esse papel institucional. Essa construção da tipologia dos papéis é essencial para a institucionalização da conduta – outro passo de extrema importância para a construção da realidade.

Dessa maneira, as

instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. Estes, linguisticamente objetivados, são um ingrediente essencial do mundo objetivamente acessível de qualquer sociedade. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele (BERGER; LUCKMAN, 2014, p. 99-100).

O papel assumido cotidianamente dá vida ao processo de institucionalização. Os mesmos autores expressam que a multiplicação das tarefas específicas produzidas pela divisão

do trabalho, processo intrínseco do sistema capitalista, requer a adoção de padrões que possam ser facilmente aprendidos e transmitidos (BERGER; LUCKMAN, 2014).

Esta realidade pode muito bem se associar ao caso específico da função ‘jornalista’, já que há uma série de procedimentos que são específicos deste profissional, como a própria seleção dos fatos a serem noticiados, a produção textual e a realização de entrevistas. A partir desses *modus operandi* o jornalista consegue selecionar aquilo que ajudará a compor a construção social da realidade. Como Berger e Luckman (2014, p. 107) alertam “essa ordem institucional abrange a totalidade da vida social, que se assemelha à execução contínua de uma complexa e altamente estilizada liturgia”.

Deste modo, denota-se que a perspectiva construtivista pensa a vida social como processos de instituição que orientam as ações e percepções da sociedade. “Tal concepção implica em compreender que a realidade é sempre resultante de uma ação social e, portanto, histórica e cultural” (GADINI, 2007, p. 79) – mesmo que os indivíduos tenham a tendência em apreender a realidade como algo exterior e anterior à própria experiência.

Evidente que essa abordagem teórica não entende e muito menos autoriza um processo de coisificação ou reificação da realidade, “uma vez que a relação dialética entre institucionalização e legitimação – os dois principais graus de objetivação – evidenciam, em definitivo, a realidade como construção” (GADINI, 2007, p.79). A reificação, ao contrário, implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano. “O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado” (BERGER; LUCKMAN, 2014, p.118). Como visto anteriormente, todos os fenômenos sociais são construções historicamente produzidas pela atividade humana, inclusive a produção jornalística.

Sendo produtos históricos da atividade humana, todos os universos socialmente construídos modificam-se, e a transformação é realizada pelas ações concretas dos seres humanos. (...) A realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade (ibid, p.151).

Cabe aos profissionais dos meios de comunicação compilar as diversas ‘construções sociais’ estabelecidas por certos grupos, e, diante de tais acontecimentos, os recategorizar para que se tornem, efetivamente, um fato noticioso, passando a ser uma realidade socialmente construída em que o grande público poderá ter ciência deste cotidiano selecionado de determinada sociedade. Em resumo,

as teorias construtivistas veem os jornalistas como observadores activos da realidade, que alteram os fenômenos observados. Ou seja, veem o jornalista como

um participante activo na construção da realidade, acção que desenvolve dentro de uma determinada esfera de autonomia (SOUSA, 2006, p. 230).

Dentro dessa perspectiva, o jornalista é visto como um indivíduo que desempenha determinado papel integrado a uma cultura profissional e organizacional legitimados institucionalmente.

2.2. Duas vertentes

Há duas vertentes da chamada teoria construtivista da notícia – que começou a ser formatada nos anos 1960 e se consolidou na década seguinte. As duas vertentes, que são denominadas de estruturalista e interacionista, partem evidentemente do paradigma das notícias como construção social da realidade e rejeitam a teoria do espelho. Ambas situam os jornalistas no seu local de trabalho, reconhecendo a importância da organização e da rotina do trabalho do profissional. Estas vertentes partem de princípios muito semelhantes entre si e ambas “sublinham a importância da cultura jornalística, nomeadamente a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo seu trabalho” (TRAQUINA, 2004, p.173).

Segundo Traquina (ibid, p.174), estes dois flancos dentro do prisma da teoria construtivista contestam a ideia retrógrada de que os jornalistas são observadores passivos e inativos na construção da realidade social. Pelo contrário, elas “reconhecem que as notícias são narrativas, estórias, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um saber de narração”.

Vale enfatizar que tanto uma quanto a outra entendem que o estabelecimento de uma rotina dentro de uma rede noticiosa, como afirmam Tuchman e também Alsina, que é definida dentro de um determinado tempo e espaço, impede algumas ocorrências de serem noticiadas. Os fatos noticiosos, como já visto, são selecionados pelos veículos comunicacionais e jornalistas.

Traquina ressalta ainda que a conexão entre jornalistas e fontes faz das notícias uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas e as notícias tendem a apoiar as interpretações mais de carácter oficial. “O trabalho jornalístico é condicionado pelo fator tempo, então, podemos compreender por que as fontes estáveis, regulares, institucionais acabam por ser preferidas pelos membros da comunidade jornalística” (TRAQUINA, 2004, p.193).

Geralmente, ocorre que os grupos sociais que atuam fora do consenso são vistos como

marginais o que os levam a se afastar de instâncias socialmente legitimadas, como é o jornalismo. No entanto, é justamente a partir dos acessos que as fontes possuem aos meios de comunicação que o autor português traça uma diferença entre as visões estruturalista e interacionista.

O papel político do jornalismo é muito importante para os prismas interacionista e estruturalista. A visão estruturalista aponta que as fontes conseguem comandar a ação de produção da notícia, fazendo com as notícias sirvam para reproduzir uma ideologia tida como dominante. “Na teoria estruturalista as fontes são encaradas como um bloco unido e uniforme” (TRAQUINA, 2004. p.180).

Ao contrário da estruturalista, a visão interacionista aponta que esse papel dominante das fontes não ocorre de forma automática, mas é fruto de uma ação estratégica das próprias fontes de informação. Como explica Traquina (2004, p.199-200), a teoria interacionista defende que o papel dominante das fontes oficiais é “resultado de uma busca ativa duma vantagem, ou seja, é o resultado de uma ação estratégica”. Para a teoria interacionista, a posição dominante das fontes oficiais corresponde a uma conquista dessas fontes.

Neste processo é importante identificar os recursos que se configuram como determinantes para que as fontes possam impor os seus acontecimentos, interesses e problemáticas na agenda dos jornalistas, fazendo com que se consiga espaço em uma espécie de luta simbólica dentro do campo midiático. Traquina identifica quatro recursos primordiais que podem contribuir para o acesso das fontes aos meios de comunicação: o capital econômico da fonte, o capital institucional, o sociocultural e as estratégias de comunicação das próprias fontes.

Apesar de que grande parte desses atributos esteja correlacionada às fontes oficiais que ocupem algum cargo institucional dentro de um centro de poder político ou econômico, também é possível vislumbrar que agentes sociais com menos recursos consigam, de certa maneira, acesso aos veículos de comunicação – sobretudo através das estratégias de comunicação. Ao se debruçar sobre os objetos da presente análise – Guerrilha de Porecatu, Levante de 1957 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – percebe-se que, na maioria das situações, a fonte oficial, representada pelos poderes constituídos, se sobressai, como poderá ser visto no último capítulo. Nos dois primeiros casos, por exemplo, os posseiros não tiveram espaço para expressar seus pontos de vista. No caso do MST, as chamadas brechas no campo midiático parecem surgir em alguns momentos, sendo que a maior parte da cobertura dá voz às fontes oficiais do movimento: são eles que aparecem frequentemente para contrapor a visão fornecida pelo governo estadual.

2.3. Como os jornalistas constroem as notícias

O processo das diversas construções sociais da realidade promovidas por diferentes grupos exige do processo jornalístico uma série de estratégias a serem adotadas pelo profissional e também pelos veículos de comunicação de massa. Somente munidos de algumas táticas institucionalizadas é que o jornalista consegue selecionar os acontecimentos, tornando-os noticiáveis e influenciando no processo de construção social da realidade.

Algumas dessas estratégias, como salientam Alsina (2009) e Tuchman (1983), recaem na própria apresentação da notícia. Para exemplificar é possível apontar o fato de que a fonte jornalística deve ser devidamente citada, as aspas devem ser utilizadas para denotar a afirmação de determinada pessoa, torna-se necessário utilizar e publicar os dados e documentos para comprovar o que está sendo redigido, isolar o espaço opinativo do informativo, entre outros. Todas essas técnicas adotadas e institucionalizadas pelos meios de comunicação de massa e pelos jornalistas são realizadas dentro de um processo rotineiro de produção.

A própria lógica do chamado *dead line* contribui para adoção de rotinas para que o jornal fique pronto a tempo hábil. No entanto, também impede, em determinada medida, a realização de coberturas aprofundadas e contextualizadas sobre determinados fatos. Com os prazos vencendo em curto período de tempo, os veículos de comunicação optam, geralmente, por publicação de reportagens mais rasas e descontextualizadas. Muitas vezes, não se tem tempo de reflexão e apuração. Enquanto os ponteiros do relógio correm, o tempo para que o material jornalístico fique concluído torna-se cada vez mais exíguo.

Diante dessa lógica, os profissionais, mesmo que almejem, não conseguem estar imunes às lógicas de rotinização das redações jornalísticas. Neste sentido, Alsina (2009, p.181) compara a realidade vivida pelos jornalistas a uma produção industrial, em que o objetivo é introduzir a rotina dentro da organização jornalística. Dessa maneira, segundo Sponholz (2009, p.123), inserem-se na esfera das rotinas produtivas adotadas pelos meios de comunicação os horários de fechamento dos jornais, a jornada de trabalho dos jornalistas, a infraestrutura de uma redação, entre outros.

Segundo ela, essas rotinas são praticamente repetições inconscientes, aprendidas e socializadas na redação. As rotinas contribuem, dessa maneira, justamente para que o jornalista consiga tomar decisões rápidas e que seja capaz de otimizar o tempo durante a apuração de informações. “As organizações noticiosas precisam assim impor a ordem no tempo e no espaço; os jornalistas precisam de rotinas para processar regularmente a sua

matéria-prima e corresponderem ao imperativo de produzir antes do prazo-limite”, corrobora Traquina (2008, p.120).

Para que se torne viável o domínio dos acontecimentos, o trabalho informativo necessita ser organizado, como se fosse uma instituição que tivesse normas próprias de produção. Ao mesmo tempo, as rotinas acarretam uma maior burocratização do processo jornalístico, diminuem a profundidade do discurso e restringem a contrastação entre fontes. “É justamente na construção social da realidade, onde as rotinas da informação desempenham uma função-chave” (ALSINA, 2009, p.181).

Essa burocratização do processo jornalístico ocorre devido ao fato de que as rotinas estendem-se desde a obtenção de informação (cedência aos canais rotineiros de obtenção de informação, privilégio à informação agendada e previsível, etc.) ao tratamento técnico (convenções jornalísticas que regulam os gêneros jornalísticos) (SOUSA, 2006, p. 226).

Uma das autoras que mais se debruçaram para entender e explicar esse processo rotineiro foi Tuchman (1983). Adotando um método etnográfico, a pesquisadora acompanhou a produção jornalística de diversas redações nos anos 1970. Para ela, toda notícia é localizada e disseminada por profissionais que trabalham em organizações rotineiras que atuam de forma institucionalizada. Como Tuchman também salienta, os jornalistas invocam os procedimentos rituais tanto para neutralizar potenciais críticas quanto para seguirem rotinas confinadas pelos limites da racionalidade.

Como visto, a própria rotina interfere nas formas de notícias que serão veiculadas pelos meios de comunicação. Segundo a pesquisadora, o fator tempo aliado ao processo rotineiro de produção faz com que o próprio processamento das notícias não deixe

tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva. Todavia, os jornalistas necessitam de uma noção operativa de objectividade para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores. (1993, p. 76)

Além das rotinas no *modus operandi* de uma redação jornalística, são adotadas técnicas textuais para manter a produção mais padronizada e tentando se aproximar do mito da objetividade.

2.3.1. Objetividade e a trama da facticidade

Um elemento que está ligado diretamente à produção jornalística e consequentemente se encaixa nas lógicas rotineiras de produção é o chamado discurso da

objetividade. Há de se ter claro que não é possível conceber “a objetividade como enunciação da verdade absoluta, e sim como o esforço para permitir que a notícia recebida possa ser decodificada”, explica Alsina (2009, p.55). Com o intuito de que as notícias possam cumprir o papel de propor efetivamente uma chave de leitura e também de interpretação dos fatos do cotidiano, os profissionais da mídia “estabelecem uma série de estratégias para garantir a objetividade de sua narração” (ibid, p.249). Faz parte deste discurso de objetividade jornalístico uma série de características já previamente citadas, como a de nomear as fontes, fazer uso de aspas e apresentar provas adicionais sobre o assunto mencionado – para citar apenas alguns exemplos.

Dessa forma, é estabelecida, de acordo com Tuchman, uma série de critérios que constituem uma espécie de “trama de fatos” dos episódios que devem ou não ser publicados, que ela denomina de “trama da facticidade”: “cuando se ordenó la trama de la facticidad, se instituyeron las rutinas conocidas” (1983, p. 116). Ou seja, esta trama está diretamente ligada ao processo rotineiro e também ao discurso e a busca pela objetividade.

Pode-se apontar, assim, que o mote de objetividade é invocado pelos jornalistas como uma espécie de arma nas quais o profissional se agarra diariamente contra as pressões do fechamento do material noticioso.

Os jornalistas lutam contra estas pressões ao realçar a ‘objectividade’, argumentando que os perigos podem ser minimizados se eles seguirem as estratégias de trabalho que eles identificam com as notícias objectiva. Eles defendem que, se todos os repórteres reunirem e estruturarem os ‘factos’ de um modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados (TUCHMAN,1993, p. 78).

Adotando uma linha parecida de raciocínio, Sponholz (2009) entende que a objetividade deve ser compreendida mais como uma aspiração do profissional que visa a maior aproximação possível da realidade. Evidentemente que, segundo a autora, “o conhecimento total da realidade continua sendo uma utopia, a busca deste, no entanto, o que nos leva a ir adiante” (ibid, p.13). Significa, portanto, que ao adotar certas normas e regras institucionalizadas, o jornalista observa a realidade e é ciente de que “é impossível conhecer a realidade como um todo. Por isso, a seleção é uma estratégia humana de conhecimento” (ibid, p.45).

Neste contexto, Alsina (2009) explica que o discurso informativo precisa ser constituído de tal maneira que apareça como um discurso verídico. A estratégia, de acordo com ele, consiste em construir um discurso no qual se possa acreditar. Afinal, como já foi

citado, é a mídia quem cria os acontecimentos jornalísticos. Isso acontece, conforme explica Alsina, quando os meios conferem publicidade aos fatos. “O acontecimento-notícia é a condição de existência da mídia, e, portanto, se não existem acontecimentos possíveis de serem transformados em notícias, surgirão outros acontecimentos que se tornarão notícia” (ALSINA, 2009, p.144).

Esses acontecimentos surgem e, posteriormente, são instituídos e transformados em notícias através de uma rede social estabelecida que apreende os fatos justamente mediante a estrutura da teia da facticidade – citada anteriormente. Essa “trama da facticidade”, segundo Tuchman (1983), expressa que há uma relativa interdependência estrutural entre os fatos apurados pelo jornalista e a sua efetiva realidade histórica. A totalidade de uma prática social válida, assim, o conhecimento particular que é alvo do trabalho jornalístico. Como explica a pesquisadora,

para dar sustancia a cualquier hecho supuesto, uno acumula una cantidad de hechos supuestos que, cuando son considerados en su conjunto, se presentan autovalidándose tanto individual como colectivamente. Conjuntamente constituyen una trama de facticidad, al establecerse unos a otros como referentes mutuos: um hecho justifica al conjunto y el conjunto valida a este hecho (ibid, p.99).

Sendo assim, a notícia, segundo ela, pode ser compreendida como uma trama de fatos que se validam a si mesmo, confirmando uma facticidade intermesclada dos acontecimentos cotidianos que podem ou não proporcionar distintas produções noticiosas. Tuchman procura deixar claro que a trama da facticidade está diretamente ligada às rotinas produtivas e dessa maneira os profissionais da informação conseguem revelar a realidade social, ou fragmentos dela, ao consumidor de notícias. Em resumo, a trama da facticidade são todos os procedimentos e táticas utilizados durante produção de uma notícia que consiste em observar os diferentes acontecimentos para defini-los e avaliá-los como fatos noticiosos ou não. É um processo de seleção e de exclusão do jornalista que também estará colaborando para a construção social da realidade.

De acordo com a autora, a trama da facticidade – ligada diretamente, como já explicitado, ao discurso de objetividade – só estará completa e madura quando todos os métodos institucionalizados pelo jornalista forem enfatizados. Esses métodos recaem na produção da notícia enquanto construção social da realidade: “reunión de pruebas suplementarias, la presentación de pretensiones de verdad que entre sí están en conflicto, la inclusión de hechos mediante la familiaridad con los procedimientos policíacos y la utilización de las comillas, para citar sólo algunas” (TUCHMAN, 1983, p.174).

Charaudeau (2006, p.131) ressalta ainda que “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real”. Pode-se atestar, portanto, que essas fragmentações praticadas pela atividade jornalísticas influenciam – tanto positivamente quanto negativamente – para que a realidade seja socialmente construída. Isso porque o processo de construção social da realidade a partir do jornalismo é algo que acontece institucionalmente, mesmo que estratégias sejam utilizadas de forma a alegar que a notícia produzida é um simples relato da realidade.

2.3.2. Fontes jornalísticas

Um dos processos utilizados na construção das notícias é a utilização das fontes jornalísticas. Tuchman (1983) ressalta que conhecer fontes chega a trazer status profissional e elas são de extrema importância para construir relatos do cotidiano. Dessa maneira, os jornalistas são impelidos a identificar os fatos e interpretações produzidas por determinadas fontes. Alsina (2009, p.52) também compartilha esta visão e ressalta que “a relação entre acontecimento-fonte-notícia é essencial para a compreensão da construção social da realidade da informação”.

O autor salienta, além disso, que as fontes que aparecem no discurso informativo devem ser consideradas importantes já que são elas que se institucionalizam socialmente. “A determinação do acontecimento, as fontes, o trabalho jornalístico em si são elementos de um processo de produção institucionalizado. A mudança radical de alguns desses elementos traria como consequência a alteração do tipo de imprensa” (ALSINA, 2009, p.178).

Usar fontes é rotineiro e corriqueiro dentro do processo jornalístico. Lage (2005) ressalta, todavia, que essa prática faz com que o noticiário seja editado com base em relatos fragmentados de diferentes entrevistados, que, por sua vez, podem ter pontos de vistas e opiniões diferentes e até mesmo controversas. A cobertura jornalística acaba combinando dados parciais de diferentes fontes. “Escrever sobre incoerência é a rotina do trabalho jornalístico” (LAGE, 2005, p.48-49). Seria preciso, segundo ele, citar a incoerência das fontes ouvidas, mesmo que na prática profissional isso nem sempre ocorra.

Um fator de extrema relevância para compreender porque há omissões sobre as incoerências dos discursos dos entrevistados, que inevitavelmente reflete na produção jornalística, deve-se à disposição hierárquica das fontes. Sponholz (2009) destaca, neste sentido, que o “simples” fato de selecionar e priorizar determinadas fontes acarreta em uma escolha de um aspecto da realidade.

Essa seleção de fontes recai, na maior parte das vezes, no fato de o jornalista priorizar as fontes legitimadas institucionalmente e que na maioria das vezes representam determinado interesse. Jorge Pedro Sousa (2007, p.22) chega a ressaltar que várias investigações empíricas demonstram que o “campo jornalístico é particularmente permeável às fontes organizadas e sofisticadas de informação, em particular às fontes detentoras de poder”.

Essa mesma questão é levantada também por Charaudeau (2006, p.76), que entende que essa tendência provoca uma descontextualização dos fatos, que, por sua vez, pode levar a uma desinformação:

O acesso às mídias não é uma coisa simples (...). Trata-se de pôr em cena personalidades cuja palavra, por sua função institucional, tem poder de decisão, pondo em evidência o jogo de um espaço político no qual regras e convenções constituem atos destinados a atingir, idealmente, um objetivo ético: o bem-estar coletivo (ibid, p.196).

Neste sentido, Traquina (2008) alerta que os contatos constantes entre as fontes e os jornalistas podem, inclusive, influenciar a percepção do jornalista quanto ao valor de notícia que poder estar inserido nos acontecimentos e nos assuntos relatados.

Dessa maneira, é plausível constatar que durante o processo jornalístico alguns grupos de interesse têm ingresso facilitado aos meios de comunicação:

Aquellos que llevan las riendas reconocidas del poder legitimado tienen claramente más acceso a los medios que aquellos que no las llevan. En particular, los grupos pertenecientes a las clases más bajas están aislados de los medios como recursos, a menos que logren reclutar apoyos em miembros de la clase media que hayan hecho una rutina de sus contatos con los medios (TUCHMAN, 1983, p.147).

Para Charaudeau (2006, p.194), o cidadão comum “só se torna interessante se sofre, vítima de uma injustiça social ou de uma desgraça do destino, ou se chama por reparação e chega a brigar para obtê-la”.

As fontes geralmente são citadas pelo jornalista do meio impresso e digital através de aspas, cujo uso pode ser considerado uma das formas para justificar o processo jornalístico como sendo “objetivo”.

A institucionalização do uso das aspas é considerada por Tuchman (1983) uma forma de tentar mostrar que o jornalista está distante e neutro em relação ao fato relatado, “repassando” a outros o direito de expressar as opiniões. No entanto, elas podem muito bem ser utilizadas e selecionadas de forma com que os jornalistas insiram no texto o que eles próprios pensam sobre determinado acontecimento. “Las comillas hacen más que quitar la voz del reportero de un relato y señalar que ‘esta declaración’ pertenece a una persona distinta que

el reportero” (TUCHMAN, 1983, p.109).

Esse processo pode ser interpretado, de acordo com a pesquisadora, como uma forma de o repórter poder “tirar as suas opiniões da notícia conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa” (TUCHMAN, 1993, p.82). Lage (2005, p.16) é outro que compartilha deste ponto de vista e, embora lembre que a essência do jornalismo é a informação, afirma que “quem cita escolhe o que cita e, às vezes, de maneira mais ou menos sutil, assume posições em face da citação”.

O fato de que o acesso habitual à mídia “está aberto para grupos ou pessoas que tem uma posição social alta” (SPONHOLZ, 2009, p.139) fica claro na análise da cobertura midiática da Gazeta do Povo em relação aos movimentos sociais registrados na Guerrilha de Porecatu, Levante de 1957 e MST. Vale destacar que nos dois primeiros episódios o jornal utilizava-se pouco da artimanha das aspas, ao contrário da cobertura do MST, que prioriza um jornalismo baseado em declarações. Nos fatos anteriores, a cobertura baseia-se, sobretudo, em discursos indiretos e quando faz uso das aspas, muitas vezes, refere-se à transcrição de trechos de discursos de políticos no Congresso Federal ou Assembleia Legislativa.

Outra técnica jornalística para transmitir credibilidade ao discurso é a apresentação de provas suplementares ao fato narrado, como documentos que demonstrem determinados fatos, gravações, imagens, entre outros. Essa busca pelo “efeito de verdade”, como salienta Charaudeau (2006, p.55), está relacionada às provas objetivas apresentadas na produção da reportagem. Essas provas, de acordo com ele, devem ser também reconhecidas por outros. “Nesse sentido, os meios discursivos empregados devem tender a provar a autenticidade ou a verossimilhança dos fatos. [...]. ‘O que é verdadeiro eu mostro a vocês’. Daí os documentos e objetos que são exibidos e que funcionam como provas concretas”. Como o autor consta, o efeito da verdade baseia-se na convicção e essa é outra forma para convencer o público da realidade transmitida e construída pelos veículos de comunicação.

É importante, neste contexto de produção de notícia, ter ciência de que o acontecimento em estado bruto sofre uma série de transformações – há construções, como escreve Charaudeau (2006, p.242), desde seu surgimento. Segundo ele, esse processo ocorre tanto diretamente por jornalistas ou relatados por intermediários, uma vez que os fatos a serem relatados são objetos de interpretações. “Depois, ao entrar na máquina de informar, passa por uma série de filtros construtores de sentidos, e o relato resultante, assim como seu comentário, escapam à intencionalidade de seu autor”.

2.3.3. Critérios de noticiabilidade

Dessa maneira, entram em cena os critérios de noticiabilidade dos fatos que também estão inseridos e são formatados em um processo rotineiro dentro da produção noticiosa. Ressalta-se que é a seletividade da informação que representa o mais importante ponto de poder dos meios de comunicação de massa na influência da opinião pública. Como explica Alsina (2009), toda produção informativa pode ser reduzida, basicamente, a dois processos: o de seleção e o de hierarquização dos fatos.

“Trata-se de selecionar a informação e de determinar a importância de cada uma das informações, estabelecendo assim, sua hierarquização” (ALSINA, 2009, p.185). É evidente que a seleção das notícias é subjetiva e depende de vários fatores, como experiência do profissional e expectativas e pontos de vista do próprio selecionador, no caso o jornalista.

Além disso, a própria direção da organização jornalística ou os seus donos podem influenciar o peso dos “valores-notícia com a sua política editorial, às vezes por razões pessoais, dando prioridade a certos assuntos ou temas” (TRAQUINA, 2008, p.94).

Portanto, como visto no capítulo anterior, o fato de Moisés Lupion – governador do Paraná por duas vezes – ter participação societária na Gazeta do Povo durante as ocorrências do Levante de 1957 e da Guerrilha de Porecatu influenciou nas diretrizes editoriais do periódico durante a cobertura. Os interesses políticos e econômicos se sobrepunham aos demais. Como atesta Pegoraro (2007, p.138), em nenhum momento colonos ou posseiros foram personagens centrais das reportagens. “A Gazeta do Povo acompanhou a revolta de longe, da capital estadual (...). Assim, seu discurso acerca de colonos e posseiros foi superficial e pautou-se, sobretudo, pelo olhar daqueles que não defendiam a posse de terras a esse grupo”.

Os critérios de noticiabilidade implicam diretamente na seleção da informação. Essa seleção se opera em conjunto de fatos que parecem impossíveis de transmitir a totalidade dos acontecimentos. O resultado desse processo, segundo Charaudeau (2006, p.137), é de que a seleção dos fatos “impõe um certo recorte do espaço público e uma certa configuração do acontecimento”. Situação que pode ser observada na cobertura midiática da Gazeta em relação aos episódios históricos analisados conforme apontará o último capítulo da presente pesquisa.

Ou seja, o acontecimento jamais é transmitido em seu estado bruto e puro. Antes, ele se torna objeto de racionalizações dentro de um processo rotineiro de construção jornalística. “Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo” (ibid, p.151).

Essa visão proporcionada pelos meios de comunicação é questionada por Tuchman (1983). Segundo a pesquisadora, as reportagens informativas ajudam a dar forma a definição pública dos acontecimentos, atribuindo de maneira seletiva certos detalhes ou omitindo outros fatos dentro do mesmo acontecimento. Como “los informadores son un grupo con más poder que la mayoría para construir la realidad social” (ibid, p.222), a produção jornalística pode fazer com que algumas visões distorcidas da realidade sejam consideradas verdade. Ao priorizar o ingresso de determinadas fontes mais poderosas nas notícias os jornalistas assumem o risco de fazer, como escreve Tuchman, com que as notícias ceguem a realidade social (ibid, p. 224). Segundo ela, “los métodos de identificar a las fuentes apropiadas, objetivan a la vida social y, a veces, reifican a los fenómenos sociales” (TUCHMAN, 1983, p.227).

Um dos resultados dessa prática é uma seleção artificiosa da realidade que pode legitimar o *status quo* e os grupos hegemônicos: “La noticia como una realización artificiosa afinada según modos específicos de comprender la realidad social. Esos modos de comprender , constituídos como procesos y prácticas de trabajo específicos, legitiman el status quo” (TUCHMAN, 1983, p.230).

Como ressalta Alsina (2009, p.269), “o jornalista possui um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano e age como tradutor do saber dos especialistas para o grande público”. É ele o intérprete dos acontecimentos sociais para a sociedade.

A seleção noticiosa, portanto, não é somente uma escolha pessoal do jornalista, mas faz parte de um processo complexo desenvolvido de maneira institucionalizada ao longo de todo um ciclo de trabalho. É dessa maneira que os *mass media*, como assinala Lima (2012), tornam-se uma ferramenta de extrema importância para a construção da significação social dos fatos: “A maioria das sociedades contemporâneas pode ser considerada centrada na mídia, vale dizer, são sociedades que dependem da mídia (...) para a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões”. (LIMA, 2012, p.117). Toda essa rede informativa utilizada pelos jornalistas, de acordo com Tuchman (1983, p.112), é compreendida devido à legitimação e institucionalização da produção jornalística.

2.4. O contrato invisível e institucionalizado

A atividade jornalística configura-se como um papel socialmente legitimado para contribuir diretamente com construções de realidades consideradas publicamente relevantes.

O profissional que institucionaliza uma série de táticas para selecionar o evento noticioso precisa, dessa forma, ter respaldo e credibilidade perante a sociedade.

Alsina (2009) explica que os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido. Para isso, são estabelecidos ‘contratos invisíveis’ entre leitor e jornalista, ao qual o autor denomina de contrato pragmático fiduciário, que é social e historicamente definido. Ou seja, esse contrato é uma espécie de confiança depositada ao trabalho jornalístico ao longo de toda uma trajetória histórica e social. Segundo Alsina (2009, p.47),

em qualquer relação comunicativa são estabelecidos uma série de contratos pragmáticos com os destinatários para que eles façam o uso adequado do discurso, do ponto de vista do comunicador. O destinatário saberá qual o intuito da mensagem, como pode ser usada e também os efeitos que pode gerar

O autor ainda explica que quem propõe tal contrato são os próprios meios de comunicação, que possuem a intenção de que a sociedade acredite no que é propagado por eles e ao mesmo tempo “pedem que confiemos no seu discurso informativo” (ibid, p.48). Afinal, como lembra o pesquisador, se a sociedade não acreditar nas notícias, então elas “não servem para nada”.

O contrato é um “produto histórico da institucionalização e da legitimação do papel do jornalista” (ALSINA, 2009, p.48), que mesmo sendo fruto de um processo histórico, entre o meio de comunicação e a sociedade, pode cair por terra em qualquer deslize. Por isso, “a mídia precisa lutar dia após dia para ter sua credibilidade renovada” (ibid). Uma das formas de manter a credibilidade recai justamente na forma como é constituído o discurso informativo. “A estratégia consiste em construir um discurso no qual se possa acreditar” (ALSINA, 2009, p.48).

Alsina (2009, p.199) destaca também que é a credibilidade o mecanismo específico regulador que irá determinar o que é publicável. “Se o discurso informativo não é algo no que se possa acreditar, ele perderá sua virtualidade. É por isso que se faz necessário estabelecer um contrato pragmático fiduciário”. Para tanto, é indispensável que fique constatado e provado que os jornalistas estão preparados e legitimados para produzir notícias, informar e, conseqüentemente, construir e moldar a realidade.

Isso só se torna viável na prática “graças à institucionalização do papel do jornalista” (ibid, p.231). O processo de institucionalização da figura do jornalista e dos meios de comunicação é preponderante para que estes veículos e profissionais possam participar

diretamente da construção social da realidade. Os relatos, neste cenário, são constantemente produzidos e processados:

Las personas dan sentidos a las expresiones de sus interlocutores; cómo las personas dan sentido a lo que dicen las noticias como relatos del mundo cotidiano; cómo los reporteros dan sentido a los sucesos; o cómo las personas extrapolan desde cualquier ítem particular hasta una caracterización del mundo cotidiano (TUCHMAN, 1983, p.202).

Ao atuar dessa forma, não há dúvidas de que o processo de produção jornalística está umbilicalmente ligado à construção da realidade. É o mundo social que fará com que jornalistas deem forma ao mundo por meio de um papel institucionalizado. Claro que a sociedade ajuda a dar forma a esta realidade – afinal são dos fatos ocorridos na própria sociedade que se originam as notícias.

Dessa forma, vale rememorar que esse processo de institucionalização, como ressaltam Berger e Luckman (2014, p.75), é corporificado essencialmente e justamente nas rotinas produtivas. Assim como toda atividade humana, aquela desempenhada por jornalistas também está sujeita ao hábito. “Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão”.

Segundo eles, é o hábito que implica também que a ação realizada repetida e rotineiramente pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico. Significa dizer que independentemente de qual for a redação jornalística ou o profissional em questão, as ações e táticas desempenhadas tendem a se repetir. Acrescenta-se ainda que “a realidade da vida cotidiana é continuamente reafirmada na interação do indivíduo com os outros” (BERGER; LUCKMAN, 2014, p.191-192) – outra prática indispensável na tarefa jornalística.

Esse processo de institucionalização, portanto, irá determinar a conduta adotada por determinados indivíduos da sociedade. “Os significados objetivados da atividade institucional são concebidos como ‘conhecimento’ e transmitidos como tais” (BERGER; LUCKMAN, 2014, p.96), fazendo com que toda uma prática e um método de trabalho se perpetuem. Dentro deste prisma, e levando em conta que o “homem é biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros”, o jornalista também “produz a realidade e com isso se produz a si mesmo” (BERGER; LUCKMAN, 2014, p.233).

O resultado deste processo é um eterno círculo vicioso em que as rotinas e modos de operação dos profissionais de mídia são institucionalizados, repassados a próximas gerações, e tendo um papel legitimamente aceito perante a sociedade, têm respaldo – por meio do

contrato pragmático fiduciário – para continuar selecionado os fatos e os enquadramentos que, de uma maneira consequente, irão influenciar e interferir, das mais diversas formas, no processo de construção da realidade.

A fundamentação proposta pela teoria construtivista se mostra pertinente para entender como três diferentes episódios da história do Paraná – Guerrilha de Porecatu (1947-1951), Levante dos Posseiros de 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (década de 1990 – foram “construídos” pelo jornalismo da Gazeta do Povo no decorrer das décadas e como o poder político vigente pode ter influenciado na cobertura jornalística, bem como traçar um quadro comparativo de como se deu a cobertura jornalística nessas questões envolvendo a luta pela terra. Por esses aspectos institucionalizados que moldam a construção da notícia, é inevitável algum enquadramento midiático. É pelo enquadramento que se percebe como a organização da realidade desses conflitos foram construídos pela Gazeta do Povo e é por onde o viés da cobertura pode ser revelada.

CAPÍTULO 3

Enquadramentos que constroem uma realidade

A partir de distintos *frames* ou quadros a percepção sobre determinado fato pode se alterar. Essa premissa vale tanto para assuntos e cenas do cotidiano quanto para a publicação de notícias – que é alvo de estudo desta dissertação.

Por meio das técnicas metodológicas do enquadramento a pesquisa compara a cobertura jornalística no jornal Gazeta do Povo em três conflitos envolvendo a luta pela terra: Guerrilha de Porecatu, Levante de 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST). O objetivo é aferir como esses conflitos foram enquadrados, ou seja, perceber como tais temas foram tratados pelo referido periódico, e também identificar se houve ou não um padrão de enquadramento noticioso nos três diferentes eventos históricos.

É fundamental tensionar a proposta metodológica com parte do embasamento teórico que sustenta a análise, que é a teoria construtivista. Isso porque a forma como se dá a estrutura de um texto jornalístico, que é reflexo de toda uma rotina de produção já abordada anteriormente, não só irá influenciar no processo de construção social da realidade, mas também incute em como determinado fato noticiado será enquadrado pelos meios de comunicação.

Dessa maneira, as práticas institucionais adotadas nas redações influenciam e interferem nos enquadramentos e angulações adotadas e priorizadas pela Gazeta do Povo em relação à cobertura dos três movimentos acima citados. Privilegiar determinadas fontes oficiais em detrimento das não oficiais ou de uma angulação noticiosa, por exemplo, reflete diretamente na construção social do fato narrado. Em situações em que o foco da reportagem são conflitos no campo, que é o caso dos alvos de análise da pesquisa, a dicotomia entre “heróis e bandidos” pode aparecer justamente na seleção das fontes e dos critérios de noticiabilidade adotados pelo veículo de comunicação.

A metodologia de enquadramento foi testada em pesquisa realizada em coautoria com Rizzotto e Ferracioli (RIZZOTTO, FERRACIOLI, ANTONELLI, 2016), na qual se realizou análise de enquadramento das notícias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo, entre os dias 3 e 9 de dezembro de 2015, referentes ao impeachment de Dilma Rousseff. A pesquisa, de cunho comparativo, aplicou dois modelos de análise de enquadramento – os *issue-specific frames* utilizando Robert Entman (1993) como base metodológica e os *generic frames* a partir das categorias de Semetko e Valkenburg (2000) e de Iyengar (1991) – com o objetivo de compreender as diferenças das duas abordagens e assim poder verificar qual a opção mais

adequada para as diferentes problemáticas que podem ser estudadas a partir dos estudos de enquadramento. Vale salientar que diferentes pesquisas realizadas a respeito de enquadramento noticioso possibilita que os estilos de análise a respeito dos *frames* sejam agrupados nesses dois grandes grupos.

Para a produção de tal artigo foram analisadas as reportagens utilizando os critérios de Entman (1993), que se enquadra nos *issue-specific frames*, e sistematiza a necessidade de definir o problema, diagnosticar as causas do problema, analisar a presença de julgamentos morais e também de eventuais soluções ou recomendações para o problema para mapear o enquadramento noticioso. As mesmas reportagens foram analisadas a partir do prisma dos *generic frames*. Esse procedimento foi realizado em duas etapas diferentes.

Na primeira, as notícias foram analisadas a partir dos cinco enquadramentos genéricos definidos por Neumann et al (1992) e Semetko e Valkenburg (2000): conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Também foi utilizada a classificação de Iyengar (1991), que divide os enquadramentos entre episódicos e temáticos.

A partir dessas análises entre os dois modelos de enquadramentos noticiosos, constatou-se que os *generic frames* permitem estabelecer comparações entre as estratégias midiáticas de diferentes períodos e localidades. Esse método dedutivo, que parte de categorias previamente estabelecidas, torna-se mais útil para pesquisas de cunho comparativo, como é o presente caso. Isso porque se utiliza o mesmo critério e, conseqüentemente, os mesmos enquadramentos para analisar as coberturas jornalísticas dos três movimentos sociais que ocorreram em períodos distintos da história paranaense. Já o método dos *issue-specific frames* pressupõe a necessidade de um contato prévio do pesquisador com o objeto para a partir dele criar as categorias de análise, o que tornaria inviável a aplicação do método quando o foco da pesquisa é justamente a análise comparativa de diferentes períodos e eventos.

Para compreender como o sistema metodológico de enquadramento desenvolveu-se no decorrer do tempo é imprescindível fazer um levantamento sobre as origens e definições que sustentam o método de enquadramento midiático, bem como apontar como essa proposta metodológica se estrutura e se formata sob a perspectiva de diferentes pesquisadores.

3.1. O enquadramento e a construção da notícia

A perspectiva metodológica do enquadramento noticioso pode dialogar⁵ com o marco teórico da construção social da realidade, que embasa parte da análise da presente dissertação.

⁵ Mesmo que os estudos de enquadramento noticioso estejam inseridos no marco das teorias sobre os efeitos da mídia (media effects) e que o estudo do enquadramento interpretativo esteja situado no marco das teorias

As rotinas produtivas e a escolha por uma angulação jornalística irão determinar como e com qual *frame* tal realidade será transmitida à sociedade. Como afirmam Gamson et al (1992, p.385), a natureza do discurso da mídia permite espaço para que sejam oferecidas diversas construções de realidade. “*With this conception, a frame is more like a storyline or unfolding narrative about an issue*”⁶.

Para eles, a mídia é, sobretudo, um local de luta sobre a definição e construção da realidade social: “*The media, in this view, provide a series of arenas in which symbolic contests are carried out among competing sponsors of meaning*”⁷ (ibid, p.385). Gamson et al (1992) exemplificam que um interessante processo de transformações dos enquadramentos se dá justamente na existência de uma espécie de disputa de discursos entre diferentes atores sociais que se desloca para o campo dos *media*.

Nesse sentido, as práticas institucionais adotadas nas redações e explicitadas na teoria construtivista exercem papel fundamental. Assim, acontecimentos e/ou atores sociais como a Guerrilha de Porecatu, o Levante de 1957 e o MST, enfrentam a seleção noticiosa dos veículos jornalísticos, disputando espaços de visibilidade na mídia.

Selecionando e identificando os fatos noticiosos, que cabem na teia da facticidade, o jornalismo acaba tanto mediando informações sobre a realidade quanto fornecendo matéria-prima para discussão pública, que por sua vez também contribui para a construção da realidade (Gamson et al, 1992). É dessa maneira que a realidade midiática é seletiva. “Só alguns aspectos do mundo exterior são absorvidos” (ALSINA, 2009, p.105). Dentre as práticas adotadas nas redações estão a seleção das fontes, que privilegiam geralmente aquelas representativas do poder hegemônico, o que tende a fazer com que as notícias transformem-se em uma ferramenta importante para os poderes constituídos.

Além do mais, o jornalista assume uma conduta institucionalizada, apreendida como um papel a ser desempenhado na própria sociedade. Esse processo funciona como uma “canalização social da atividade”, que é a essência da institucionalização, considerado um dos principais fundamentos da construção social da realidade. Como visto no capítulo anterior, Berger e Luckman (2014) esclarecem que a institucionalidade ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações que, por sua vez, se tornam habituais e são incorporadas pelos

contrutucionistas, uma corrente de autores entende ser viável e fundamental identificar como as fundamentações apreoadas pela teoria da construção social da realidade influenciam no enquadramento noticioso dos fatos que serão transmitidos à sociedade.

⁶ Com esta concepção, um *frame* é mais parecido com um enredo ou desdobramento narrativo sobre um assunto (tradução livre).

⁷ A mídia, neste ponto de vista, fornece uma série de arenas em que disputas simbólicas são realizadas entre os patrocinadores concorrentes de significado (tradução livre).

atores sociais.

Assim, Carlos Alberto Carvalho (2009, p.3) ressalta que o jornalismo coloca em ação a saliência de aspectos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados: “Os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso”, salienta.

É fundamental, explica o pesquisador, compreender que os enquadramentos podem variar, especialmente no sentido de reconhecer que os acontecimentos retratados através do jornalismo estão sujeitos a essa dinâmica. Ainda de acordo com Carvalho (2009) a noção de enquadramentos é esclarecedora para compreender que durante o processo de construção das narrativas jornalísticas, são acionados diferentes quadros de referência utilizados para dar inteligibilidade ao que é noticiado.

Sob este mesmo prisma Antunes (2009, p.96) ressalta que existe uma clara proposição de que “a construção jornalística da notícia se dá no escopo de enquadramentos, que se fazem presentes na matéria e ajudam a compor seu processo de significação e instigam o leitor a perceber a realidade de maneira similar”. Assim, o *frame* torna-se um objeto que oferece ao leitor elementos para a compreensão da notícia e irá influenciar no processo de construção social da realidade.

Van Gorp (2007) também parte de uma abordagem construcionista para definir que o enquadramento enfatiza o processo interativo com que a realidade social é construída, já que o conteúdo midiático é resultado das rotinas jornalísticas e pressões externas à mídia. O autor destaca que é possível perceber que o enquadramento apresenta uma abordagem muito mais completa para se compreender o fenômeno midiático e se propõe a entender como a realidade é construída pela mídia. “*Whereas a text inevitably contains elements that are incongruent with the dominant frame, the frame does have the effect of making elements that are congruent more salient. (...) In other words, selection and construction are basic procedures in the framing of a message*”⁸ (VAN GORP, 2007, p.67).

Segundo o autor, o caráter interativo da abordagem construtivista sugere que os produtores de mídia não só fazem uso de quadros, mas os próprios *frames* também podem influenciar o esquema dos jornalistas quando eles têm que noticiar determinado acontecimento: “*Media makers not only make use of frames but frames also influence the*

⁸ Considerando que um texto inevitavelmente contém elementos que são incongruentes com o *frame* dominante, o enquadramento tem o efeito de fazer com que os elementos estejam congruentes e mais salientes (...). Em outras palavras, a seleção e construção são os procedimentos básicos na elaboração de uma mensagem (tradução livre).

*schema of the journalists when they have to represent an issue or an occurrence as a newsworthy event*⁹” (ibid, 2007, p.67).

O construtivismo social está, para Van Gorp (2007, p.62), relacionado aos quadros persistentes, e como tal, os *frames* podem controlar o número de alternativas que estão disponíveis para os receptores quando eles estão construindo a realidade social “*because frames contribute to the interpretation and evaluative definition of the social world*”¹⁰. Segundo ele, as molduras produzidas pelos enquadramentos são ferramentas das quais mídia e indivíduos dependem para transmitir, interpretar e avaliar informações.

Van Gorp salienta ainda que os processos rotineiros existentes ao longo da produção das notícias refletem na forma como a mensagem será enquadrada e podem influenciar em como certas informações serão enfatizadas:

It is assumed in framing theory that media makers deliberately or unwittingly make use of *frames*. In this sense, the “selection” of a *frame* is a significant decision on the part of the journalist. (...). The task of the journalist could then consist in representing this correct or appropriate *frame* as accurately as possible¹¹. (2007, p.67).

O autor também destaca três aspectos que ligam a construção da realidade e os enquadramentos proporcionados pelos meios de comunicação. Em primeiro lugar, ele enfatiza a influência de rotinas de comunicação social; segundo, o nível de organização dos veículos comunicacionais; e em terceiro lugar, o nível “extra-mídia”, que seria o poder de forças externas em influenciar a produção jornalística.

Pan e Kosicki (2010), também adeptos de uma concepção construtivista de enquadramento, completam esta linha de raciocínio e ressaltam que os elementos que norteiam uma pauta funcionam como dispositivos de enquadramento e são ferramentas para os produtores de notícias.

Deste modo, aliar os processos metodológicos do enquadramento com a teoria construtivista permite ter em mente o pano de fundo sociocultural que envolve um processo constante de construção da realidade e, conseqüentemente, dos *frames* adotados (MENDONÇA, SIMÕES, 2011). Além disso, ao optar por uma angulação a outra ou por uma

⁹ Os produtores de mídia não só fazem uso de quadros, mas os quadros influenciam também o esquema dos jornalistas quando eles têm de representar um problema ou de um acontecimento como um evento interessante (tradução livre).

¹⁰ Porque os quadros contribuem para a definição de interpretação e avaliação do mundo social (tradução livre)

¹¹ Assume-se na elaboração da teoria que produtores de mídia de forma deliberada ou inadvertidamente fazem uso de *frames*. Neste sentido, a “seleção” de um quadro é uma decisão significativa por parte do jornalista. (...) A tarefa do jornalista poderia, então, consistir em representar este quadro correto ou adequado a maior precisão possível. (tradução livre)

fonte em detrimento da outra, por exemplo, o jornalismo estará influenciando tanto no processo de construção da realidade quanto na forma com que ela será enquadrada cotidianamente perante a sociedade por meio de narrativas jornalísticas.

3.2. Enquadramento cotidiano

O conceito de enquadramento foi originalmente proposto pelo pesquisador em psicologia e psiquiatria Gregory Bateson na década de 1950. Voltado primeiramente para estudos psiquiátricos, mais especificamente sobre o fenômeno da esquizofrenia, o autor buscava explicar como as interações sociais estão situadas em “quadros” de sentidos que, por sua vez, moldam as ações e interpretações – essa foi a primeira vez que o termo enquadramento ganhou força na literatura científica. Para isso, o pesquisador se valeu de diferentes níveis da comunicação humana.

Bateson ressalta que mais do que conteúdos, há mensagens incluídas ou excluídas que ganham sentido e variam conforme o tipo e a natureza da interação constituída entre os interlocutores. Para ele, é o enquadramento que permite distinguir uma simulação da realidade de um fato concretamente real, por exemplo. Há um conjunto de regras e normas que guiam as ações dos atores sociais, organizando e definindo a percepção da realidade.

A teoria desenvolvida por Bateson inspirou o sociólogo Erving Goffman que partiu da definição do enquadramento para estudar como esses quadros atuam nas interações cotidianas. Para o autor, *frame* (ou quadro) pressupõe “princípios de organização que governam os acontecimentos” do dia-a-dia (GOFFMAN, 2012, p.34). Goffman aponta que os *frames* são uma espécie de estrutura que é processada e delineada por meio de um encontro entre sujeitos em determinadas e distintas situações. Com estudo focado nas relações e nas experiências sociais, o autor defende que os seres humanos estão o tempo todo atuando, em uma metáfora de que a vida em sociedade se equipara a um palco de teatro. Dessa forma, Goffman define que o enquadramento deve ser utilizado para apontar como os indivíduos se utilizam de distintos quadros para se relacionar e interagir em determinada situação social (GOFFMAN, 2012).

O autor explica que os enquadramentos podem ser constituídos em diferentes profundidades, podendo passar das chamadas “estruturas primárias” (que correspondem ao “mundo real” e mais rotineiro) a distintas faixas que podem fazer com que uma mesma situação tenha diferentes laminações, ou seja, que passe a ter diferentes significados aos olhos

dos membros da sociedade. “Os esquemas primários de um determinado grupo social constituem um elemento central da sua cultura”, alerta Goffman (2012, p.51).

Como escreve Goffman (2012, p.33), “enquanto uma coisa pode momentaneamente aparentar ser aquilo que está realmente ocorrendo, de fato o que está acontecendo na realidade é simplesmente uma brincadeira ou um sonho”. Há, portanto, a partir dessas estruturas primárias o risco da vulnerabilidade de ocorrer diversas releituras sobre um mesmo acontecimento. Segundo Nunes (2004, p.258) a respeito das definições de Goffman, “existe sempre uma ação subjacente ao quadro e que não é definida ou estruturada apenas pelo seu objeto, mas também por técnicas que são socialmente reconhecidas, ou seja, por um contexto de uso”.

3.3. Enquadramento noticioso

Partindo das análises e pesquisas acerca de como o enquadramento atua no cotidiano, o conceito foi apropriado para se tornar uma ferramenta metodológica utilizada em pesquisas que tratam das produções midiáticas e estudo das notícias. Neste campo, Robert Entman (1993) assume um papel precursor na sistematização das análises dos *frames* jornalísticos. A já clássica citação do autor diz que

framing essentially involves selection and salience. To *frame* is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described¹². (ENTMAN, 1993, p.52).

Isso significa que os “textos podem fazer algumas informações mais salientes pela colocação ou repetição” de palavras (VIMIEIRO e DANTAS, 2009, p.4). Dessa maneira, o enquadramento da mídia muitas vezes se manifesta pela escolha de algumas palavras-chave e imagens que reforçam uma representação particular da realidade, além da omissão de outros elementos que possam sugerir uma perspectiva diferente ou desencadear um sentimento diferente. Os estudos que partem da premissa do enquadramento são identificados, portanto, “pela análise da seleção, localização, estrutura de palavras e sentenças específicas do texto”, como resumem Maia e Vimieiro (2011, p. 238).

¹² Enquadramento envolve essencialmente seleção e relevância. Para tanto é preciso selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicando, de forma a promover uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. (Tradução livre)

Pode-se afirmar que os *frames* selecionam e chamam a atenção para aspectos particulares e relevantes da realidade descrita e as pesquisas acerca dos enquadramentos midiáticos buscam, exatamente, analisar como a mídia cria e exclui determinados tipos de *frames*:

The word salience itself needs to be defined: It means making a piece of information more noticeable, meaningful, or memorable to audiences. An increase in salience enhances the probability that receivers will perceive the information, discern meaning and thus process it, and store it in memory¹³ (ENTMAN, 1993, p.53).

Vários fatores influenciam o enquadramento, desde as rotinas produtivas, a posição editorial dos meios de comunicação até o clima político e econômico que interferem no fazer jornalístico. Assim, como escreve Motta (2010, p.143), cada uma das partes envolvidas procuram certa estabilidade para estarem inseridas no campo da mídia e as “verdades podem ser reciprocamente negociadas”.

3.3.1. Dois grandes grupos

Há uma diversidade de concepções teóricas sobre enquadramento midiático que dificultam encontrar uma consistência única e singular na sua operacionalização. Essas diferenças podem resultar em uma indefinição conceitual e também em uma falta de sistematização metodológica nos estudos que tratam do tema (VIMIEIRO e DANTAS, 2009, p.2). Uma proposta formulada pelos pesquisadores De Vreese, Peter, Semetko (2001) para sistematizar as análises a respeito do assunto é o da divisão das análises sobre enquadramento noticioso entre dois grandes grupos denominados de *generic news frames* e *issue-specific news frames*.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica (RIZZOTTO, ANTONELLI, FERRACIOLI, 2016) que objetivou comparar as diferenças entre os dois grupos. Foi constatado que os *generic news frames* podem ser aplicados em coberturas de temas diversos, em tempos diferentes e até mesmo em países diferentes: “*Issue-specific frames pertain to specific topics or news events, whereas generic frames are broadly applicable to a range of different news*

¹³ A própria palavra relevância precisa ser definida. Isso significa tornar um elemento de informação mais visível e significativo ou memorável para o público. Um aumento na saliência aumenta a probabilidade de que os receptores vão perceber a informação, discernir significado e, assim, processá-lo e armazená-lo. (Tradução livre)

*topics, some even over time and, potentially, in different cultural contexts*¹⁴” (De Vreese, Peter, Semetko, 2001, p.108).

Dessa maneira, os *issue-specific frames* possibilitam que o assunto narrado nas matérias jornalísticas analisadas tenha uma abordagem mais detalhada, pois foca nos aspectos de seleção e relevância dos temas tratados em tais matérias. Uma das propostas mais conhecidas que se adequam a essa definição é a de Entman (1993), em que o pesquisador cria tipologias específicas sobre o caso narrado pelas reportagens. Segundo os pesquisadores,

It may capture specific aspects of selection, organization, and elaboration that are present in news coverage and pertain specifically to a well-defined issue. However, the high degree of detail and issue-sensitivity renders issue specific analyses difficult to generalize, compare, and use as a base for general hypothesis and theory building¹⁵ (De Vreese, Peter, Semetko, 2001, p.108).

Entman explica que a presença de algumas ou todas essas funções ajudam a mapear o enquadramento noticioso: definição do problema, diagnóstico das causas do problema, presença de julgamentos morais e soluções para o problema. Como alerta o autor, uma oração do texto pode trazer mais do que uma dessas funções do framing, ainda que muitas frases possam não conter nenhuma: “*a single sentence may perform more than one of these four framing functions, although many sentences in a text may perform none of them*¹⁶” (1993, p.52).

Segundo ele, ao diagnosticar essas funções é possível desvendar quais são os aspectos salientados pela notícia e que, conseqüentemente, se tornam responsáveis por construir os *frames*. Sublinha-se ainda que as formas de enquadramento “estão subordinadas a questões que transpassam a rotina jornalística, sendo subordinadas por questões ideológicas do grupo que controla a mídia” (PRUDENCIO, RIZZOTTO E SILVA, 2015, p.5).

Os diferentes *frames* adotados pelos meios de comunicação de massa podem chamar a atenção para alguns aspectos da realidade e obscurecer outros, levando o público a ter reações diferentes (ENTMAN, 1993, p.55). Isso provoca, por exemplo, uma luta no espaço de

¹⁴ Os *issue-specific frames* dizem respeito a temas específicos ou eventos de notícias, enquanto quadros genéricos são amplamente aplicável a uma gama de diferentes tópicos de notícias, alguns até mesmo ao longo do tempo e, potencialmente, em diferentes contextos culturais (Tradução livre).

¹⁵ Pode capturar aspectos específicos de seleção, organização e elaboração que estão presentes na cobertura de notícias e referem-se especificamente a um problema bem definido. No entanto, o elevado grau de detalhe e sensibilidade torna difícil a análise para generalizar, comparar e usar como base para a hipótese geral e construção de teoria questão específica (Tradução livre).

¹⁶ Uma única frase pode executar mais de uma destas quatro funções de enquadramento, embora muitas frases de um texto possa realizar nenhum deles. (Tradução livre).

visibilidade midiática entre atores políticos e sociais: “*Politicians seeking support are thus compelled to compete with each other and with journalists over news frames*¹⁷”.

Com os *generic frames* não é possível captar enquadramentos peculiares do acontecimento descrito nas reportagens analisadas (DE VREESE, PETER, SEMETKO, 2001). Por outro lado, há uma possibilidade mais eficiente para a análise comparativa. De acordo com os pesquisadores, os *generic frames* “*allow comparisons between frames, topics, and, potentially, framing practices in different countries*¹⁸” (p.109).

Dentre as propostas de análises que se enquadram como *generic news frames*, é possível citar as de Neuman et al (1992), complementadas por Semetko e Valkenburg (2000), além da proposta de Iyengar (1990 e 1991). Este último autor propõe dois enquadramentos midiáticos: o episódico, cujo foco recai em eventos pontuais, e o temático, que situa as questões políticas de maneira mais contextualizada. Os próprios autores que propõem essa divisão entre *generic* e *issue-specific frames* apontam que as pesquisas de Iyengar são exemplos de uma concepção mais genérica que tem a capacidade de transcender a questão de tempo e limites de espaço.

Já a proposta de Neuman et al (1992) e Semetko e Valkenburg (2000) parte de uma proposta de trabalho dedutiva, ou seja, a partir de categorias pré-definidas para analisar como a imprensa cobre determinado assunto escolhido. A proposta metodológica aborda cinco *frames*: conflito (ênfase nos embates entre os indivíduos), interesse humano (cobertura que se baseia na apresentação emocional do tema), consequências econômicas (abordar um assunto sob a ótica dos seus efeitos econômicos sobre um grupo ou indivíduo), moralidade (foco no contexto religioso ou moral) e responsabilidade (apresentar o problema de maneira a atribuir sua causa a alguém) (SEMETKO, VALKENBURG, 2000).

3.3.2. A opção pelos *generic frames*

Para a presente pesquisa em que propõe comparar a cobertura jornalística da Gazeta do Povo em três diferentes episódios envolvendo o conflito pela posse da terra, será adotado o método de *generic news frames*, em que há um risco inferior de cair em critérios subjetivos – diferentemente da proposta dos métodos do *issue-specific* em que, haja vista que a partir dos

¹⁷ Os políticos em busca de apoio são, assim, obrigados a competir uns com os outros e com os jornalistas sobre os quadros de notícias. (Tradução livre)

¹⁸ Permitem comparações entre enquadramentos, tópicos e, potencialmente, enquadramentos de práticas em diferentes países. (tradução livre)

conceitos de Entman cabe ao próprio pesquisador criar categorias de análise dentro de quatro perspectivas: julgamento moral, definição de um problema, causas do problema e soluções¹⁹.

Na pesquisa bibliográfica citada no início deste capítulo (RIZZOTTO, ANTONELLI, FERRACIOLI, 2016) percebeu-se que o método dos *generic frames* permite estabelecer comparações entre as estratégias midiáticas de diferentes períodos e localidades.

Durante o desenvolvimento da pesquisa se realizou análise de enquadramento das notícias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo, entre os dias 3 e 9 de dezembro de 2015, referentes ao processo de impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Foram aplicados os dois modelos de análise de enquadramento – os *issue-specific frames* utilizando Robert Entman (1993) como base metodológica e os *generic frames* a partir das categorias de Semetko e Valkenburg (2000) e de Iyengar (1991) – com o objetivo de compreender as diferenças das duas abordagens e assim verificar qual a opção mais adequada para as diferentes problemáticas que podem ser estudadas a partir dos estudos de enquadramento.

Chegou-se a conclusão, também, de que esse método dedutivo, que parte de categorias previamente estabelecidas, torna-se mais útil para pesquisas – com destaque para as de cunho comparativo – que têm seu problema pautado nas questões comunicacionais do que para aquelas que possuem seu foco no conteúdo da cobertura, ou seja, nas questões políticas.

Os critérios metodológicos adotados, portanto, serão embasados na proposta de Neuman et al (1992) e Semetko e Valkenburg (2000), que se inserem na proposta de enquadramento genérico. A proposta metodológica aborda, como mencionado, cinco *frames*: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Esses enquadramentos são definidos a partir de um roteiro de perguntas formulado pelas autoras. Também será adotada a classificação de Iyengar (1990 e 1991), que divide os enquadramentos entre episódicos e temáticos.

3.3.3. Corpus da pesquisa e descrição da metodologia

Para a presente pesquisa será analisado um volume de reportagens que compreende a um ano de cobertura jornalística da Gazeta do Povo durante três momentos que são considerados, do ponto de vista histórico, os mais significativos conflitos agrários registrados

¹⁹ Caso o alvo da pesquisa fosse apenas um dos movimentos analisados a proposta de Entman se encaixaria como método de análise. Mas, mesmo levando em conta que os *generic frames* possam engessar a análise pelo fato de partirem de critérios pré-estabelecidos, entende-se que é o modelo que mais se adequa para uma análise comparativa entre diferentes movimentos ocorridos em distintos momentos da história justamente por permitir a adoção dos mesmos critérios metodológicos no estudo dessas coberturas jornalísticas e por reduzir o grau de subjetividade na análise.

no Paraná: Guerrilha de Porecatu (1947-1951), Levante dos Posseiros de 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (década de 1990).

Como recorte de análise, nas situações em que o conflito envolve mais de um ano – caso de Porecatu e também do MST – serão selecionados o ápice de cada um desses conflitos, considerando como ápice o ano em que o conflito foi mais violento, resultando assim em um maior número de mortes. Dessa forma, a análise a respeito do MST será em relação aos fatos ocorridos no ano de 1998, quando oito integrantes do movimento, segundo a Comissão da Pastoral da Terra, foram assassinados no estado – o maior número de homicídios resultantes de conflito agrário desde que o MST foi fundado. O recorte proposto resultou em 29 reportagens sobre a Guerrilha de Porecatu, 52 envolvendo o Levante dos Posseiros de 1957 e 213 sobre o MST.

Já o estudo a respeito da Guerrilha de Porecatu abordará os conflitos registrados em 1951, quando, segundo historiadores, a localidade estava no auge do conflito – conforme visto no segundo capítulo. A análise do Levante de 1957 recairá naturalmente sobre o referido ano.

A partir deste corpus de pesquisa, serão aplicadas as técnicas metodológicas de Neuman et al (1992) e Semetko e Valkenburg (2000), que se inserem na proposta de enquadramento genérico e parte da definição dos cinco *frames*: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade.

De acordo com Semetko e Valkenburg (2000), o enquadramento “conflito” enfatiza uma situação conflituosa entre indivíduos, grupos ou instituições. “*Because of the emphasis on conflict, the news media have been criticized for inducing public cynicism and mistrust of political leaders*”²⁰, ressaltam as autoras. (2000, p.95). Já o *frame* “interesse humano” traz, segundo elas, um ângulo humanizado e emocional de apresentação de determinado fato relatado pelo meio de comunicação. O enquadramento de “consequência econômica” corresponde a fatos ou reflexos econômicos.

O *frame* de “moralidade” aborda questões em que o fato está narrado sob um contexto de princípios religiosos ou prescrições morais: “*the professional norm of objectivity, journalists often make reference to moral frames indirectly – through quotation or inference, for instance – by having someone else raise the question*”²¹ (2000.p.96).

Elas exemplificam que um grupo de interesses ou o próprio jornal pode se utilizar de uma pauta para levantar ou, até mesmo, prescrever questões acerca da moralidade. Por fim, o

²⁰ Por causa da ênfase no conflito, os meios de comunicação têm sido criticados por induzir o cinismo público e desconfiança dos líderes políticos. (tradução livre)

²¹ Por causa da norma profissional de objetividade, os jornalistas muitas vezes fazem referência a quadros morais indiretamente através de inferências, por exemplo, por ter alguém que levante a questão. (tradução livre)

enquadramento “responsabilidade” ocorre quando a reportagem atribui a responsabilidade por determinado fato para qualquer indivíduo ou grupo.

Para se chegar à definição de tais *frames* foi utilizado um roteiro de perguntas formuladas pelas autoras. Segundo elas, o enquadramento *responsabilidade* precisa responder positivamente a essas questões: Será que a história sugere alguma maneira de aliviar o problema? Será que a história sugere que algum nível de governo é responsável pelo problema? Será que a história sugere solução para o problema? Será que a história sugere que um indivíduo ou grupo de as pessoas na sociedade é responsável pelo problema? Será que a história sugere que o problema requer uma ação urgente? A matéria “Fazenda Esperança novamente ocupada pelo MST”²², de 7 de janeiro de 1998, por exemplo, apresenta um enquadramento de responsabilidade uma vez que abordava a necessidade de que o Poder Judiciário intervisse na ocupação do MST para fins de reintegração de posse.

Já para os enquadramentos de *interesse humano* as perguntas que norteiam a análise são: Será que a história fornece um exemplo humano ou “rosto humano” sobre a questão? Será que a história emprega adjetivos que geram sentimentos de indignação, empatia, carinho, simpatia ou compaixão? Será que a história enfatiza como indivíduos e grupos são afetados pelo problema? Será que a história foca o aspecto privado ou pessoal da vida dos atores? Será que a história contém informações visuais que pode gerar sentimentos de indignação, falta de empatia, simpatia, ou compaixão? A reportagem “Clima de desordem se verificou em Santo Antônio”, publicada no dia 20 de outubro de 1957²³, é uma das que se encaixam neste *frame*, já que toda a matéria foca em como o médico Flávio Cini reagiu diante do Levante dos Posseiros naquela cidade.

Para determinar o enquadramento *conflito* as questões formuladas pelas pesquisadoras são: Será que a história reflete desacordo entre partidos, indivíduos ou grupos? Será que um partido censura o outro? Será que a história se refere a dois lados ou a mais de dois lados do problema ou questão? Será que a história se refere a vencedores e perdedores? Neste ponto, vale destacar que mesmo que os objetos de análise tratem primordialmente de situações conflituosas nem toda reportagem recairá sobre este enquadramento, haja vista que a matéria precisa trazer textualmente elementos que respondam positivamente às perguntas formuladas pelas autoras. Um exemplo é a matéria do dia 9 de dezembro de 1998 intitulada “MST e CPT se unem contra a violência no campo”²⁴. Embora a primeira vista o foco do texto sejam atos

²² Fazenda Esperança novamente ocupada pelo MST, Gazeta do Povo, 07/01/1998.

²³ Clima de desordem se verificou em Santo Antônio, Gazeta do Povo, 20/10/1957.

²⁴ MST e CPT se unem contra a violência no campo, Gazeta do Povo, 09/12/1998.

de violência, tal reportagem se adequa ao *frame* responsabilidade, pois trata das ações das duas entidades que, juntas, queriam “pressionar o governo do estado” a reverter a situação da violência no campo.

O *frame moralidade* precisa responder as seguintes perguntas: Será que a história contém qualquer mensagem moral? Será que a história faz referência à moralidade, ética e outros princípios religiosos? Será que a história oferece específicas prescrições sociais sobre como se comportar? Este enquadramento não foi diagnosticado em nenhum momento. Por último, o enquadramento *consequências econômicas* responde a essas questões: Há uma menção de perdas financeiras ou ganhos agora ou no futuro? Existe uma menção do custo/grau de despesa envolvida? Existe uma referência às consequências econômicas? Nos casos de uma matéria responder positivamente a mais de um enquadramento prioriza-se o *frame* em que a reportagem sinalizou de forma positiva ao maior número de perguntas. Esta situação se encaixa, por exemplo, ao texto “Ameaça à estrutura econômica nacional”²⁵, publicada no dia 20/06/1951 (Figura 1). A matéria aborda que os eventos registrados em decorrência da Guerrilha de Porecatu podem ameaçar a “a região norte do Paraná, cujo valor econômico não tem igual”.

Figura 1- Ameaça à estrutura econômica nacional

“Ameaça à estrutura econômica nacional”
OS ACONTECIMENTOS DO NORTE DO ESTADO DE ACORDO COM ENTREVISTA QUE NOS CONCEDEU O CEL. ALBINO SILVA, CHEFE DE POLÍCIA

O caso da “Revista do Clube Militar”
REAÇÃO QUANTO À ORIENTAÇÃO DO ÓRGÃO, PARTIDA DA GUARNIÇÃO DO PARANÁ

Represália a grupos econômicos
IMPORTANTE PORTARIA BAIXADA PELO MINISTRO DA FAZENDA

ESTOURO DE BOMBAS NA POLÍTICA NACIONAL

Fonte: Gazeta do Povo, 20/06/1957.

²⁵ Ameaça à estrutura econômica nacional, Gazeta do Povo, 20/06/1951.

A classificação de Iyengar (1991), que divide os enquadramentos entre episódicos e temáticos, também foi utilizada. A matéria foi considerada episódica quando apenas relatava um fato, sem contextualizá-lo ou oferecer explicações detalhadas. Em contraste, o enquadramento temático apareceu nas matérias que se propuseram a abordar os temas de maneira mais contextualizada e aprofundada. “*The essential difference between episodic and thematic framing is that episodic framing depicts concrete events that illustrate issues, while thematic framing presents collective or general evidence*”²⁶ (1991, p.14).

Como explica Rothberg (2010), os enquadramentos temáticos são vistos como um meio de superar a fragmentação e a superficialidade. “Uma cobertura centrada em temas exige que os jornalistas saibam situar os diversos aspectos das políticas públicas em seu devido contexto. Eles devem explorar as relações entre antecedentes e consequências segundo diferentes perspectivas” (ibid, p.57). O autor explica ainda que os *frames* episódicos “apenas acentuam aspectos circunstanciais dos fatos enfocados” (p.56). Segundo o autor, no enquadramento temático, por exemplo, “*the news might consist of information bearing on general trends*”²⁷ (1990, p.22), que permitem reportagens mais contextualizadas.

Para exemplificar, correspondem ao enquadramento *temático* reportagens que procuraram ampliar a discussão sobre os temas abordados, como é o caso da matéria “Agitação que a posse de terra criou”²⁸, do dia 26 de junho de 1951. O texto não foca somente nos eventos factuais, mas procura avançar na discussão sobre o tema explicando as motivações do conflito, trazendo dois intertítulos para explicar o que a legislação da época previa e também aprofundar o assunto a partir contextualização histórica. Já as matérias *episódicas* trazem abordagens mais factuais, como a matéria “Governo vai cumprir reintegração de posse”²⁹, do dia 02 de dezembro de 1998, que apenas descreve um ato que será cumprido pelo governo estadual, sem – por exemplo – avançar no debate ou contextualizar o assunto.

Tais definições metodológicas norteiam a análise em relação ao material coletado. Como os enquadramentos indicam as saliências explicitadas na produção jornalística se faz necessário compreender como esse processo institucional inserido dentro das redações interfere na produção das notícias, como é apontado pela teoria construtivista.

²⁶ A diferença essencial entre o enquadramento episódico e temático é que o enquadramento episódico retrata acontecimentos concretos, enquanto o enquadramento temático apresenta evidências coletivas ou gerais (tradução livre).

²⁷ A notícia pode consistir de informações tendo como foco tendências gerais (tradução livre).

²⁸ Agitação que a posse de terra criou, Gazeta do Povo, 26/06/1951.

²⁹ Governo vai cumprir reintegração de posse, Gazeta do Povo, 02/12/1998.

Na medida em que a notícia consegue ‘presentificar’ certo assunto, também o constrói e o interpreta para determinado público, e, assim, participa do processo de instituição e construção da realidade social. Como salienta Alsina (2009, p.95), “no processo de descrição de um fato relevante, a notícia o define como tal e lhe dá a forma necessária”.

De alguma maneira ou outra os acontecimentos, tornando-se noticiáveis, irão interferir, inclusive, na formação de um imaginário coletivo. Como escreve Alsina (2009), a realidade não vem pronta, ela é selecionada. A construção social da mídia baseia-se, justamente, na redefinição e reconstrução de fatos que se apresentam definidos e construídos para e por determinados indivíduos ou grupos coletivos. E, como em um círculo vicioso, para tentar evitar que o caos tome conta da produção jornalística, a rotina é instalada – rotina e critérios de noticiabilidade andam lado a lado, uma indispensável à outra. Nessa rotina os valores-notícia funcionam como facilitadores dos jornalistas para que possam selecionar um fato – são regras práticas que guiam o procedimento do trabalho da redação que, por sua vez, irão refletir em determinados enquadramentos noticiosos, como se percebe nas análises das coberturas referentes ao MST, Levante de 1957 e Guerrilha de Porecatu.

CAPÍTULO 4

Os conflitos vistos a partir dos enquadramentos

A partir das definições teóricas e metodológicas expostas, parte-se neste capítulo para a análise da cobertura jornalística da Gazeta do Povo sobre os três conflitos envolvendo a luta pela terra no estado: Guerrilha de Porecatu (1951), Levante dos Posseiros (1957) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (1998). O material foi submetido à metodologia do enquadramento noticioso a fim de observar e problematizar técnicas e estratégias adotadas pelo referido meio de comunicação.

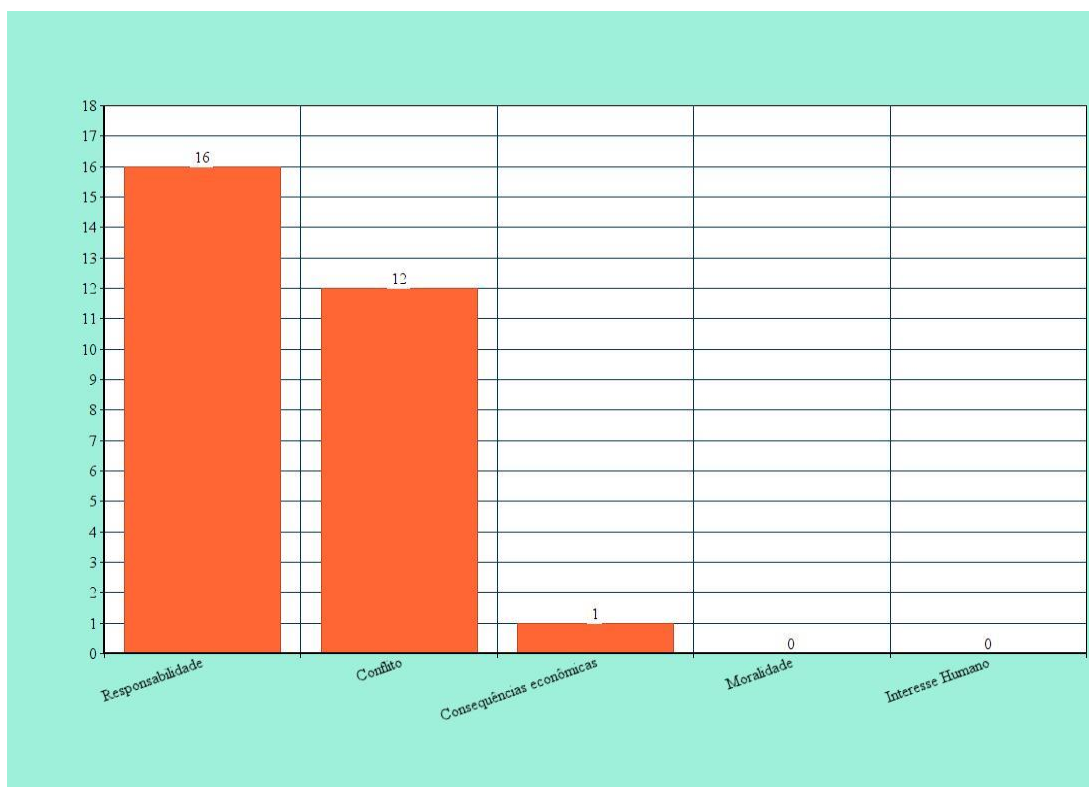
Portanto, as notícias foram enquadradas de acordo com os cinco enquadramentos genéricos propostos por Neumann et al (1992) e Semetko e Valkenburg (2000), a saber: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Também será utilizado o enquadramento proposto por Iyengar (1991), que separa os enquadramentos entre episódicos e temáticos.

Além disso, a análise será tensionada com a teoria construtivista, que entende – de uma forma geral – que a produção de notícias é uma das formas de construção social da realidade, bem como com o contexto histórico.

4.1. Guerrilha de Porecatu

Das 29 reportagens publicadas pela Gazeta do Povo, em 1951, acerca dos acontecimentos envolvendo a Guerrilha de Porecatu, dois enquadramentos genéricos tiveram mais preponderância: responsabilidade e conflito. No total, 16 matérias jornalísticas se enquadraram no *frame* responsabilidade – o que significa 55% de todas as reportagens. O enquadramento conflito corresponde a 12 matérias, ou seja, 41% do total. Apenas uma reportagem se insere no *frame* consequências econômicas e nenhuma se adequa aos enquadramentos de moralidade ou interesse humano, como pode ser visto no gráfico 1:

Gráfico 1: Porecatu sob a análise dos enquadramentos genéricos



Fonte: Elaboração própria

Foram constatadas as ausências dos enquadramentos moralidade e interesse humano. Ou seja, nenhuma matéria contém qualquer mensagem moral e nem oferece prescrições específicas sobre o acontecimento. Também nenhuma das 29 matérias teve como foco indivíduos e grupos afetados pelo conflito, sem criar relações com a vida cotidiana dos cidadãos, o que tende a levar a um distanciamento dos atores envolvidos para com o público leitor da Gazeta do Povo.

Como apontam Ashley e Olson (1998), os meios de comunicação usam dispositivos de enquadramento para minimizar ameaças ideológicas oferecidas pelos movimentos sociais. A ausência de ambos os enquadramentos, mais especificamente do *interesse humano*, sinaliza que o jornal optou por ocultar fatos que pudessem fazer com que a parcela da sociedade tivesse ciência a respeito de quem eram e como viviam os cidadãos afetados pela Guerrilha de Porecatu. Neste sentido, os acordos mútuos estabelecidos entre editores, chefes e repórteres provocaram uma espécie de “cegueira” a respeito dessa população. Haja visto, como apontado no primeiro capítulo, a tendência histórica de os meios de comunicação criminalizarem os movimentos sociais.

Mais uma vez vale mencionar as autoras Ashley e Olson (1998), que apontam que um dos efeitos mais poderosos da mídia é definir a forma com que os fatos serão transmitidos ao público. Escolhendo o que enfatizar, os meios acabam por organizar parte do mundo político para a população. Portanto, os critérios de noticiabilidade, ao priorizar determinados temas e enfoques, influenciam na maneira com que o evento será construído pelo jornal, fazendo com que algumas visões parciais da realidade sejam consideradas verdades. O fato de o jornal não trazer reportagens de interesse humano não apenas afasta o cidadão comum do fato que está sendo narrado, como interfere diretamente na percepção que esse cidadão terá a respeito do objetivo dos atores participantes da Guerrilha de Porecatu.

A única reportagem que se adequa ao *frame* consequências econômicas é uma matéria, sem assinatura, veiculada no dia 20 de junho de 1951 sob o título “Ameaça à estrutura econômica nacional”³⁰, que começa na primeira página, com continuação na página 5. A matéria tem como pano de fundo uma ação militar que, nas palavras do coronel e então chefe de polícia Albino Silva, visa “libertar os posseiros da coação que vem sofrendo”. A matéria enfatiza que a guerrilha que transcorria na região estava “visando a região norte do Paraná, cujo valor econômico não tem igual (...) é realmente uma séria ameaça àquilo sobre que repousa a estrutura econômica nacional”³¹.

Trazer apenas em um momento os impactos econômicos que a Guerrilha poderia provocar na região e no estado indica que a Gazeta do Povo não deu a devida importância aos fatos registrados. Sabe-se que se em uma localidade registram-se atos de violência, o setor econômico será afetado. Portanto, uma das explicações possíveis para tal fato é a de que, com um papel legitimado e institucionalizado perante a sociedade, o jornal preferiu fazer esse recorte da realidade com o intuito de preservar uma boa imagem da economia no estado. O enquadramento conflito, por sua vez, aparece principalmente quando o foco da reportagem é a descrição do conflito em si e também as disputas ideológicas que faziam parte daquele cenário. Uma reportagem de autoria da Agência Asapress, com o título “Levante Comunista no Norte do Estado”³² (Figura 2), publicada na página 8 do dia 14 de junho de 1951, afirma que “30 soldados armados com bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras partiram (...) com destino a Londrina e Porecatu a fim de dar combate à horda comunista que tenta sublevar as populações rurais alegando que estão sendo espoliados pelo governo do Estado.” (...) “Os vermelhos usam metralhadora e adotam a mesma tática de guerrilha”. Também é válido

³⁰ Ameaça à estrutura econômica nacional, Gazeta do Povo, 20/06/1951.

³¹ A consulta aos acervos da Gazeta do Povo foi realizada na Biblioteca Pública do Paraná por meio de microfilmagens. O acesso ao jornal físico é restrito na instituição.

³² Levante Comunista no Norte do Estado, Gazeta do Povo, 14/06/1951.

apontar que, embora os fatos tenham se concentrado no próprio estado em que a Gazeta está sediada, o jornal fez uso de materiais reproduzidos por outras agências sediadas em outros estados, como a Asapress, do grupo Diários Associados, com sede nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

Figura 2 – Levante Comunista no Norte do Estado

LEVANTE COMUNISTA NO NORTE DO ESTADO

REPERCUTE NO RIO O ENVIO ÀQUELA REGIÃO DE TROPA MILITAR COM O OBJETIVO DE MANter A ORDEM

RIO, 14 (Ampress) — Repetidas, aqui, a notícia de que os Curitibanos, cerca de 30 soldados armados, com bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras portáteis sob o comando do major João Alencar Filho com destino a Londrina e Porecatu afim de dar combate à horda comunista que tenta sublevar a região, pelo governo do Estado do que se informa aqui, os vermelhos usaram metralhadoras e adotaram a mesma tática da guerrilha já utilizada na revolução brasileira.

N.R. — A propósito do envio da tropa, poderíamos informar que nos dias 14 e 15, a tropa enviada para o norte do Estado, com o objetivo de manter a ordem, não conseguiu fazer nada de concreto, devido à falta de comunicação com a região.

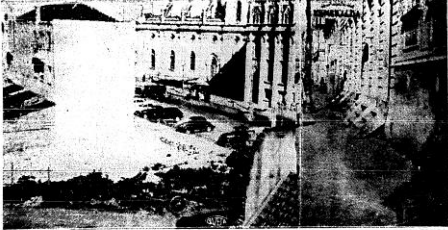
Em outro lado, o descontentamento levou em todos os municípios, principalmente no de Porecatu, graças à situação dessa comissão, provocando a situação em resolver os diversos casos de terras que lhe são apresentados sob um espírito e incoerente critério político, além da facilidade com que acusa de comunistas.

Da comissão nomeada pelo governo fazem parte três elementos filiados ao P.R.P., e por isso chamados de "integrantes" nos boletins que os comunistas distribuem na região, aconselhando aos interessados que se acutem longe das atividades desses membros.

Por outro lado, o descontentamento levou em todos os municípios, principalmente no de Porecatu, graças à situação dessa comissão, provocando a situação em resolver os diversos casos de terras que lhe são apresentados sob um espírito e incoerente critério político, além da facilidade com que acusa de comunistas.

Barão do Cerro Azul, a rua inacabada

Não lhe bastam, aquela artística iluminação e o asfalto com que foi pavimentada. Essas artérias, das ruas centrais e importantes de nossa Capital, está a exigir providências da nossa edilidade — Escadarias, alinhamento, calçadas e outros aspectos desagradáveis da importante via pública.



As escadarias e os pequenos baldios, riscam e caracterizam a rua inacabada.

A rua Barão do Cerro Azul, que tem uma iluminação artística e é pavimentada com pedras, ainda precisa de melhorias. A edilidade precisa providenciar escadarias, alinhamento, calçadas e outros aspectos desagradáveis da importante via pública.

As escadarias e os pequenos baldios, riscam e caracterizam a rua inacabada.

A rua Barão do Cerro Azul, que tem uma iluminação artística e é pavimentada com pedras, ainda precisa de melhorias. A edilidade precisa providenciar escadarias, alinhamento, calçadas e outros aspectos desagradáveis da importante via pública.

Fonte: Gazeta do Povo, 14/06/1951.

Após um parágrafo do texto da agência é publicado no mesmo texto uma “nota da redação” que atesta que a informação é “verdadeira” e dá mais detalhes: “objetivo de impedir qualquer movimento que vise a alteração da ordem”. Segundo a matéria, a situação na região é gravíssima devido aos “erros da comissão nomeada pelo governo para a redistribuição de terras de vários municípios do Norte”.

Neste trecho destacado da reportagem, que narra a ida da força policial para a região onde ocorria a Guerrilha de Porecatu, é possível perceber, ao menos, duas características relacionadas à forma como o jornal construiu e enquadrou tal episódio histórico. O primeiro que merece registro corresponde à angulação dos fatos. Integrantes da Polícia Militar são apresentados como os “heróis” que irão combater aqueles que estão provocando o caos na região, já que esses indivíduos estariam recrutando populações rurais para ingressarem na “guerrilha”.

Em um processo de narrativa, especialmente a jornalística, os personagens exercem papel fundamental. É a partir deles que, muitas vezes, os textos irão proporcionar ao público o entendimento acerca dos fatos narrados. Em um episódio conflituoso, como é o caso analisado, alguns desses personagens podem ser enquadrados como “bandidos” ou “heróis”. Quando a Gazeta do Povo aborda o tema elogiando e dignificando os policiais, ela opta por uma angulação que heroifica a figura dos policiais e, conseqüentemente, coloca os posseiros como os “vilões” da história.

Esse processo de angulação jornalística está umbilicalmente relacionado ao preceito formulado por Tuchman (1983), a “trama de facticidade”, que aponta que antes de publicar a notícia, o jornalista observa os acontecimentos, selecionando e excluindo os fatos. Neste exemplo, o processo de escolha dos fatos a serem narrados prioriza uma angulação favorável às forças governamentais, representadas pelos policiais e é a partir desses personagens, como foi exposto acima, que o jornal tende a influenciar na compreensão dos leitores a respeito do tema abordado na reportagem.

Uma segunda característica que merece atenção são os termos utilizados pela Gazeta do Povo para se referir aos manifestantes (“bandidos”, “horda comunista” e “vermelhos”, por exemplo). A seleção das palavras, como visto no terceiro capítulo, é um elemento de suma importância para entender o enquadramento e o tratamento dado ao evento narrado. Usar expressões pejorativas ou difamatórias, como o caso exemplificado, denota a opinião do jornal acerca do movimento e, conseqüentemente, a criminalização do mesmo por tal veículo noticioso. Novamente, citando as autoras Ashley e Olson (1998), os repórteres contribuem para moldar as percepções do público mediante a escolha das palavras.

A mesma explicação vale para outra reportagem apontada como “conflito”. Veiculada em 23 de junho, na página 8, a matéria – sem assinatura – “Os conflitos armados em Porecatu³³” (Figura 3) aponta que “os bandidos armados (...) são caracterizados como instrumentos de insufladores comunistas”. A palavra “bandidos” é mais uma vez utilizada para se referir aos posseiros que lutam por suas terras, e que serve como exemplo de que o processo de seleção das palavras e termo utilizados na produção jornalística tende a influenciar na percepção da sociedade a respeito do tema abordado. O texto foca nas ações dos posseiros na região e destaca que os conflitos armados permaneciam de maneira “grave”. A matéria ainda traz uma nota do Governo do Estado tentando tranquilizar a população, alegando que está tomando medidas para apaziguar a região de Porecatu.

³³ Os conflitos armados em Porecatu, Gazeta do Povo, 23/06/1951.

Figura 3 – Os conflitos armados em Porecatu



Fonte: Gazeta do Povo, 23/06/1951.

Também se adequa a este enquadramento a reportagem “Ação militar na Coreia Brasileira³⁴” (Figura 4), escrita pelo jornalista e enviado especial Bacilla Neto. A matéria foi publicada dia 24 de junho, na página 8 (contracapa), com continuação na página 5 – essa era uma prática comum naquela época: a contracapa funcionava como uma segunda capa e algumas matérias tinham continuidade no miolo do jornal.

A matéria relata a rotina dos conflitos na região de Porecatu e também as ações dos policiais militares na localidade. Em texto escrito em primeira pessoa, o repórter aponta que a “ação comunista, pelo que vimos, é um fato”.

³⁴ Ação militar na Coreia Brasileira, Gazeta do Povo, 24/06/1951.

Figura 4 – Ação militar na Coreia brasileira

Ação militar na Coreia brasileira

A SITUAÇÃO, EM PORECATU, VISTA PELA REPORTAGEM ESPECIAL DA "GAZETA DO POVO"
- FAZENDAS SAQUEADAS - ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

(Barbara Stein, enviada especial da GAZETA DO POVO: — Nesta reportagem que fazemos, sobre Paulo Roberto Campos, encontramos fatos que vêm sendo esquecidos nacional — procuramos o mais possível nos prender a fatos que os fatos não suportam. Não nos alongamos em comentários sobre as causas determinantes da atual situação e, também, não nos curamos de fazer comentários sobre as conseqüências. Na presente reportagem, vamos, apenas, citar e recomendar, a não se perder o contexto da situação, o tempo e ambiente que existe naquele momento paranaense.

Cinganos, em Londres, quando Paulo Roberto Campos chegou havia acordado a respeito de um encontro de elementos reconhecidos comunistas que, ao chegar

Ames vencem da ação policial re fazer presente, mostra reportagem, no Jân de ficar a par do momento daquela terra cheia de sinagoras. Uma que de todos como frangimento mais tarde, interconectou juntamente com jornalistas de São e São Paulo pelo o momento de sua beatitude, como o desdobramento.

Chegamos, inicialmente, à Fazenda de Tabapuã, São Irmão. O primeiro contato com o proprietário foi pelo sr. Jerônimo Nascimento Costa. A fazenda, com pouco, arca-se abandonada, pois o proprietário não quer mais a fazenda.

A reportagem verificou, então, o enorme cristal abandonado, plan tantes esperando o trabalho dos homens, grande quantidade, de

ativam em pleno sertão, sem recursos, a criança veio a falecer, segundo testemunha exclusiva, uma colônia doente.

José Nêlar, hoje, é um intruso perdido no mato, que não quer mais fazer parte das negociações com a atual Comissão de Terras, montada pelo Governo, para solucionar essas questões.

José Nêlar é um recolhido, que há dois meses está no mato, sozinho. . .

O PRIMEIRO DIA DE OPERAÇÕES MILITARES

As trinta missões de guerrilha, os jornalistas que estavam num lúre, em Pernambuco, foram chamados para o sertão, para fazerem parte da Delegação Forças Armadas. Na Delegação foram informados que, naquela noite e quatro horas, seriam feitas as operações militares finais, porquanto a faz

mandados respectivamente, pelos tenentes Gaja e Ari.

Comentou o Cel. Geste de Polícia theorica, com o mapa da região que tinham em leve peritêo, estavam recordando que, naquele momento, todas as entradas de Pôrto Alegre estavam guardadas e, constantemente, patrulhadas. Recordavam, ainda, da presença que os vários destacamentos tinham na zona o sulino da tropa. Uns acreditavam que os intrusos eram em número de cem, outros de duzentos e tinham armas e munição. Outros eram pouco de cada lado, disposto a tudo.

Recordando, ainda, os boatos que surgiam e que foram, finalmente, desmentidos, afirmou, de que, provavelmente os intrusos tinham metralhadoras e, portanto, estavam bem armados.

INCURSO ATE O RIBEIRAO DO TENENTE
Procuramos a tarde anterior, em grande caminhão. Caminhão (plástico, em estrada municipal De quando em vez encontravamos alguns tabuleiros que era interrogados.
Durante horas, algumas vezes e logo atrás das patrulhas seguíamos vigiando.
ENCERRAMENTO: UMA TRINCHEIRA ABANDONADA
Nas imediações da fazenda de Dr. Oscar Bandin, encontramos, nos trilhos abandonados e que

tora uanda há meses atrás. Pela primeira vez, detidamente, investigadores e respeito. Proseguem na jornada até encontrarem o túmulo do Tenente, não achando qualquer outro vestígio de caboclos amonizados.

Interessante frisar o sem número de famílias abandonadas ranchos semi-caboclos, que, talvez, não serão mais conhecidos o ÚLTIMO DIA DE OPERAÇÕES MILITARES

Voltamos à Vila Progresso, onde dormimos. Pela manhã iniciamos a segunda operação milita-

região, esta considerada muito perigosa.

Tinha chegado, com o capitão Walter Kott, um moinho anterior, um refúgio de quarenta homens, certamente o total de 130, muito bem armados.

Seria realizado o seguinte trajeto militar: O Major Alencar Guimardes e o capitão Kott comandariam tropas que partiriam de Cotacaciaba e que, paralelamente, guardando uma distância de vários quilômetros, deveriam atingir o rio Paranaíba. O ponto ideal do rio à polícia, possi-

vigilância, prende-la quem quiser. Foi feito, assim, um verdadeiro bolão, delimitado, aos lados, pelas tropas militares, de uma lado o Paranaíba e de outro o Ivaí, e no paralelo 28. Inta é a estrada que passa por Centenario.

Dentro desse bolão, deveriam estar os insurrectos.

Todo o dia de sexta-feira, foi feita intensa operação, acompanhada que foi pelos repórteres, à talve teve início, pelas pu-

(Continua na 5.ª Pág.)

DIÁRIO MATUTINO

DÉFICIT

Representação

Alimentado a convite da Companhia Pôrta e Lusa do Paraná, representantes da imprensa e do rádio desta Capital, estiveram, ontem, em visita a revenda da Vovoserra, estudando, no local,

**TAMPAO NOVO
RA MOTOR DE
GIPAO MAR**

TEMOS INTERESSE EM
OFERTAS COM URGENCIA FIA
F. MANN DO PARANA LTDA. P.

INTERCAMBIO

IMPRESSÃO
antes da imprensa vis
as dificuldades com que luta, h
le alguns tempo, espécie organi
zação, para o fornecimento de
energia elétrica à população
curtiçana.

COMPRAR EM TRANSMIS
CA IND. MOVENS GUA
Nápolis 10, Pórtos, June 2010

COMERCIAL

ROFESSOR DA EMPRESA ORA
INHO DE 1951

ONANTE D

ilum a repressa

Ficaram a representar, na-
quela noite, os seguintes jor-
nais: "O Estado de São Paulo",
"A Manhã", "O Dia", "A Tarde",
"O Povo", "O Trabalho", "Ma-
nchete", "Bom Gostinho" e "Matu-
do". Paulo Guadalupe e Ma-
chete Paranaíba, Acapulco, pre-
sente, e pelo sr. W. O. Greber, ge-
ral da Fôça e Luis, pelo sr.
Azeiteiro Romão e Waleirino
de Almeida, da Fôça e Silva,
representante dole daquela Com-
panhia. A Fôça, porém, não
em instalação exatista, na con-
tribuição dos sr. João João, Sâo
Paulista, e a Fôça, de Mar-
candineiro, na ocasião, de
combinamento, na ocasião, de
verdade mais verificada, no si-
tuado de caso grande e
pôra.

Os dados fornecidos pelo es-
tudo da Fôça e Luis
são "verdadeiramente impres-
sionantes", declara o presidente
da "Sociedade" semanal de estudos

FORÇA LIMITADA

DE ENERGIA

Vossoroca

Em milhã e doiscentos mil metros cúbicos de água represada, a Usina Hidrelétrica de Vossoroca tem volume 4 de 14 milhões de metros cúbicos, o que representa, para o Estado de São Paulo, o regime com o maior volume de água armazenada.

Diante dessa situação, a Companhia está obrigada a reduzir o consumo de energia elétrica em 10% a fim de evitar o comprometimento de energia elétrica para os demais setores da economia. A medida produzirá, de julho de 1979, uma redução de 10% na energia e, portanto, um aumento de 10% no preço da energia elétrica.

Até o fim de 1979, dois fluxos de energia, deverão estar instalados: o primeiro, com capacidade de 600.000 kilowatts, 50 centos e o segundo, com capacidade de 1.000.000 kilowatts, 50 centos.

Os investimentos necessários para a construção da usina são de 100 milhões de dólares, o que se aplica a diversos setores da economia, tais como: siderurgia, celulose, têxtil, mineração, etc.

DE UTÍDEGA

FLAGRANTES FOTOGRAFADOS

Indo pela legenda do P.T.N., promoveram "meetings" na Praça Rocha Pombo e no decurso do qual exploraram a situação em Foz-de-Iguaçu.

UM CASO DE INTRUSAGEM

Coloquei-nos o cdt. Alfredo Silva e o
a pai da assunção, tendo o sempre,
Alfonso Gustavsson, comandante
do grupo de voluntários, a lutar a

Depois da explanação do est.
Abílio Silva, houve uma apanha

Fremente-se referir à notificação do Banco do Brasil, publicadora dos jornais de 19 de maio último, e precisando que até agora dispõem a concessão de liberação de

Consequentemente, o Banco de
Brasil voltará a conceder da
nova forma simples, como via

PRONTA E
AUTOMOVEIS MOD.
MERCEDES

170 D (Diesel)

Fonte: Gazeta do Povo, 24/06/1951.

O repórter não apenas afirma que a região é alvo de uma ação comunista como omite informações. Ao descrever as ações militares, o jornalista apenas aponta que cinco soldados foram mortos. Mas não menciona posseiros assassinados ou feridos. Em outro trecho aponta que há “tensão dos soldados”, que estavam tendo uma alimentação precária e dormindo em “más acomodações”.

Ao passo que o texto sensibiliza o leitor sobre a complicada situação por qual passavam os policiais, a matéria também aponta que havia “gente [posseiros] clamando por vingança porque foram injustiçados” Além disso, o jornalista entrevista José Bilar, um posseiro que luta pela terra, e que é descrito como um “revoltado”. As palavras “vingança” e “revoltado”, mais uma vez, evidenciam uma seletividade de adjetivos e termos que desmoralizam a imagem de quem integra o movimento.

O *frame* que mais aparece, *responsabilidade*, está relacionado às reportagens que responsabilizam a falta de ação da Comissão de Terras do governo estadual para o desencadeamento da Guerrilha de Porecatu e também a ações que o governo tomou para tentar resolver o impasse. Uma matéria que exemplifica essa situação é a “Inquietação no Norte do Estado³⁵”, veiculada no dia 17 de junho, na página 8. A matéria não possui assinatura. Segundo o texto, “a atuação irregular da Comissão nomeada para resolver quanto às questões de terra criou perigosa situação na região”. [...] A atuação da comissão é do arco

³⁵ Inquietação no Norte do Estado, *Gazeta do Povo*, 17/06/1951.

da velha”. Em outro trecho a reportagem aponta que a comissão era formada por pessoas “residentes na capital e ignorantes do que ocorria na região”. A matéria ainda aponta que a “comissão não sai de Londrina receosa de visitar a região em disputa”. [...] Alguns são vistos à noite, divertindo-se com a vida noturna da cidade”.

Essa reportagem fornece elementos de como a Gazeta do Povo fazia oposição ao então governador Bento Munhoz da Rocha, adversário político de Moysés Lupion – que vale lembrar era um dos acionistas do jornal. Atacar a Comissão de Terras seria uma forma de atacar Munhoz da Rocha, já que tal comissão foi nomeada pelo próprio governo em abril de 1951 especificamente para analisar os acontecimentos na região de Porecatu. A seletividade dos termos e da própria forma como foi redigida a reportagem denotam que essas disputas políticas interferiam na forma como o jornal construía os fatos correspondentes à Guerrilha.

Outra reportagem que corresponde ao mesmo enquadramento ganhou o título “Convocado o secretário de Agricultura para prestar declaração³⁶”, do dia quatro de julho, sobre a apresentação de um requerimento do então deputado estadual José Hoffmann para que o secretário prestasse esclarecimentos sobre os “últimos e graves acontecimentos verificados em alguns municípios do norte do estado, principalmente em Porecatu”. Essa matéria se enquadra no *frame* responsabilidade pelo fato de o texto responsabilizar o governo como culpado por não conseguir terminar com a Guerrilha de Porecatu.

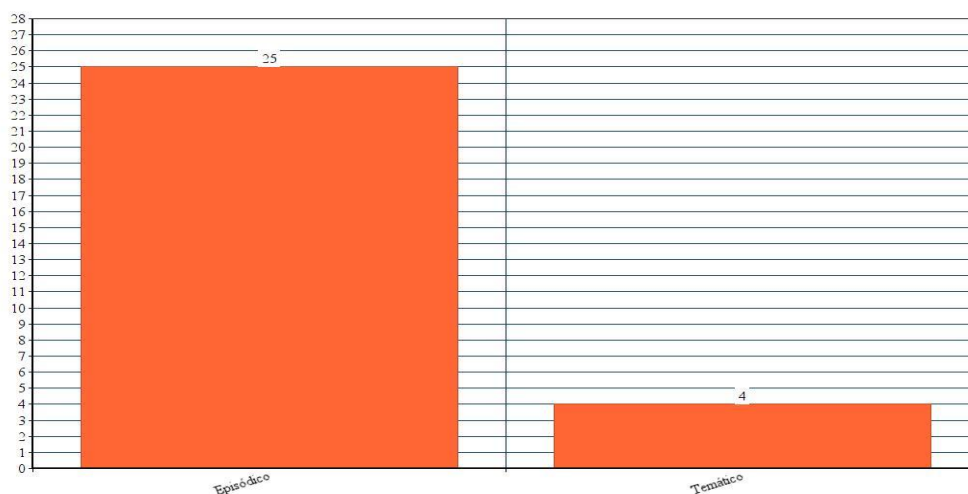
A matéria “Localização de Posseiros³⁷”, da página 8 do dia seis de outubro também trata da responsabilidade ao apontar que o governo estaria atuando para distribuir os posseiros na região. Segundo a publicação, o “trabalho de regularização das questões de terras do norte do Estado, a Comissão nomeada pelo governo instalou até o momento 310 posseiros em terras do Estado em Campo Mourão”.

Em relação à classificação dos textos jornalísticos sob a ótica de Iyengar, entre episódicos e temáticos, houve a prevalência do primeiro sobre o segundo, como mostra o gráfico 2:

³⁶ Convocado o secretário de Agricultura para prestar declaração, Gazeta do Povo, 04/07/1951.

³⁷ Localização de Posseiros, Gazeta do Povo, 06/10/1951.

Gráfico 2: Porecatu entre episódico e temático



Fonte: Elaboração própria

Apenas quatro matérias trataram o assunto sob o enquadramento temático. As outras 25 trataram o assunto como algo episódico, sem qualquer abordagem contextualizada. Essa predominância retrata um jornalismo completamente voltado aos acontecimentos pontuais.

O enquadramento temático foi percebido nas reportagens em que o jornal procurou contextualizar o fato e também trazer repercussões com atores políticos envolvidos no assunto. Uma dessas reportagens foi escrita pelo correspondente Bacilla Neto com o título “Aglomeração que a posse de terra criou³⁸”, do dia 26 de junho. A matéria elenca ao menos dois tópicos explicando as motivações do conflito: “Quem tem direito a terra?” e “Quem deu origem a esse estado de coisas” em que procura ampliar a discussão acerca do assunto.

Outra leva o título “Declaro a minha formal repulsa a essa manobra política³⁹”, publicada em sete de julho, em que o jornal traz uma reportagem que foca na opinião de Júlio Rocha Xavier, então presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Na reportagem, ele diverge da ação do governo: para Xavier, a expedição militar foi enviada “para despejar posseiros desprotegidos das terras que há vários anos ocupam e tornam produtivas para entregá-las a políticos e latifundiários – sob o falso pretexto de combate ao comunismo – além de consubstanciar profunda injustiça social e evidente invasão de poderes constitucionais do judiciário”.

³⁸ Aglomeração que a posse de terra criou, Gazeta do Povo, 26/06/1951.

³⁹ Declaro a minha formal repulsa a essa manobra política, Gazeta do Povo, 07/07/1951.

Os dois exemplos citados apresentam um contexto analítico mais amplo dos fatos, não se atendo tão somente em descrever os fatos. Ao contrário, trazem novos dados, pontos de vista e procura contextualizar os eventos ocorridos. Na última matéria, em especial, destaca-se, novamente, o viés da cobertura jornalística adotada pela Gazeta do Povo. Assim como apontado quando as matérias tratam da Comissão de Terras, o periódico optou por entrevistar uma personalidade política que critica as ações do governo e, ao mesmo tempo, é a única reportagem em que o entrevistado relata que é falsa a justificativa de que a ação teria como objetivo eliminar os riscos de uma revolução comunista dos posseiros.

Já a primeira reportagem citada como exemplo – “Aglomeração que a posse de terra criou⁴⁰” – traz visões que corroboram para que a opinião pública construa um ponto de vista negativo em relação aos posseiros. Além de afirmar que eles vivem armados, ainda aponta – por exemplo – que “os posseiros, isto é, os intrusos não tem direito [à terra] perante à lei”. A matéria já é construída a partir de um ponto de vista em que os integrantes deste movimento social sejam encarados como marginalizados e criminosos por parte do meio de comunicação.

Somados, estes dois exemplos dão o tom da cobertura da Gazeta do Povo: não defender com unhas e dentes a gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto e nem as ações dos posseiros – como será explicitado, novamente, nas próximas linhas. Era nessa “sinuca de bico” que se realizava a cobertura da Gazeta, demonstrando como, naquele período, havia uma complexidade nas relações de poder, fazendo com que o jornal mantivesse determinada linha política que fosse ao encontro dos anseios de um dos sócios do veículo, Moisés Lupion.

Já as matérias episódicas limitam-se a relatar acontecimentos de uma forma descritiva, como “O secretário da Agricultura no plenário da Assembleia⁴¹”, do dia 11 de agosto e que narra o comparecimento do então secretário e que teria respondido “satisfatoriamente sobre os quesitos formulados”. Também pode ser utilizada para exemplificar esse *frame* a matéria do dia 28 de junho intitulada “Surto subversivo no Norte do Paraná⁴²”, que aponta que a comissão parlamentar da Câmara Federal iria observar e analisar os acontecimentos registrados em Porecatu. Ambas as matérias não avançam em outras explicações para os eventos nem uma contextualização ou análise da Guerrilha de Porecatu.

Outra matéria episódica, veiculada no dia 23 de junho sob o título “Os conflitos armados em Porecatu⁴³” mostra como os combates estão se desenvolvendo na região e ainda aproveita para denotar uma angulação negativa das ações do governo e também dos posseiros:

⁴⁰ Aglomeração que a posse de terra criou, Gazeta do Povo, 26/06/1951.

⁴¹ O secretário da Agricultura no plenário da Assembleia, Gazeta do Povo, 11/08/1951.

⁴² Surto subversivo no Norte do Paraná, Gazeta do Povo, 28/06/1951.

⁴³ Os conflitos armados em Porecatu, Gazeta do Povo, 23/06/1951.

ao passo que a matéria ressalta “os bandos armados [...] são ora caracterizados como instrumentos de insufladores comunistas, ora como intrusos revoltados e ainda como simples bandoleiros”, a matéria traz uma nota em que o governador diz que “são as mais tranquilizadoras possíveis as notícias procedentes da região de Porecatu”. Ora, se o próprio título da Gazeta do Povo afirma que há conflito e, de uma maneira enviesada, aponta que há homens armados, não faz sentido afirmar que a região esteja pacificada. Publicar tal declaração contradiz todo o restante do texto e passa uma imagem de que o governador não está ciente da realidade dos fatos. Através deste texto, o jornal consegue construir a notícia de tal modo que ataca os posseiros e, também, mostra aos leitores que o governador está, minimamente, mal informado ou, ainda, que prefere ocultar a realidade.

Vale destacar que durante a cobertura, percebe-se que o jornal utilizava adjetivos e termos que, muitas vezes, denotava os interesses políticos do veículo. Nesse período, o então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, sofria oposição da Gazeta do Povo. Como ressalta Oliveira Filha (2004), Moysés Lupion – que esteve no posto de governador até janeiro daquele ano e era opositor de Munhoz da Rocha – detinha também 50% do capital da Gazeta do Povo. O reflexo disso é a postura adotada pelo jornal na cobertura dos eventos de Porecatu, que embora teve como ápice de conflito o ano de 1951, suas causas remontam, como visto no capítulo histórico, ao tempo em que Lupion era governador. Nenhuma matéria contextualiza esses fatos. Pelo contrário, o jornal, a fim de não atacar Lupion, aponta que as ações governamentais são insuficientes para estancar a crise de terras e, ao mesmo tempo, critica as ações dos posseiros que estariam “colocando em risco a segurança da localidade e promovendo a subversão” em uma região que Lupion tinha interesses políticos e econômicos. Lupion, retomando o capítulo histórico, tinha distribuído terras a seus correlegionários e ainda era acusado de ser dono de uma companhia de terras que atuava no local.

Uma consequência desse processo é a forma como se deram as construções das notícias, em que algumas saliências tiveram predomínios sobre outras, como o fato de culpar o então atual governo do estado e sua Comissão de Terras e a própria caracterização dos posseiros, tidos como “revoltados”, “vermelhos” (uma forma pejorativa de chamá-los de “comunistas”) e “intrusos”.

Essas características dialogam com o que Traquina (2008) e Alsina (2009) alertam de que o que será publicado está relacionado ao peso que os “valores-notícia” dos acontecimentos recebem por parte da política editorial do jornal. Ao selecionar parte da realidade para ser veiculada, a Gazeta do Povo transcreveu os acontecimentos como se o que tivesse sido publicado aparecesse como um discurso verídico.

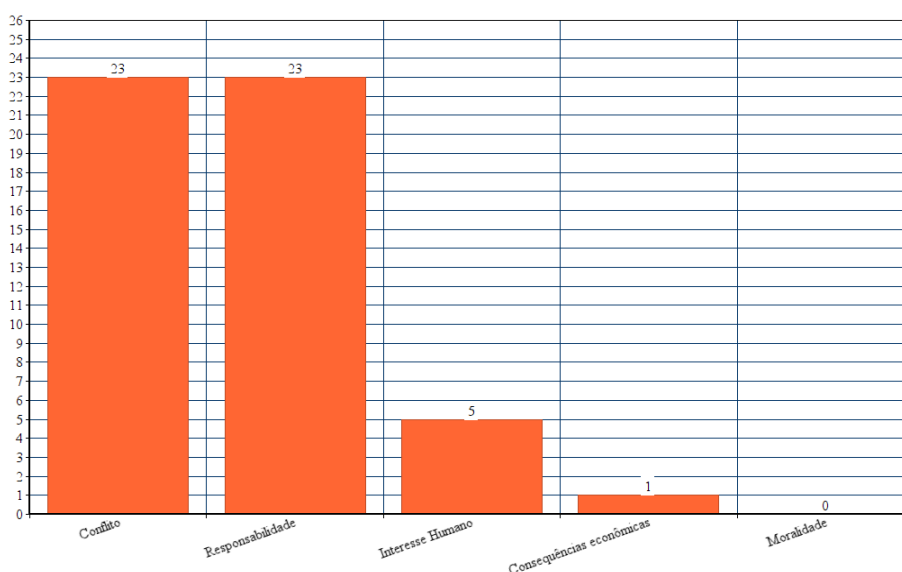
Neste ponto merece destaque o fato de que em apenas três das 26 reportagens os posseiros foram mencionados como fontes. Como aponta Sousa (2007), o campo jornalístico é permeável pelas fontes organizadas e institucionalizadas, em especial àquelas que são detentoras de algum tipo de poder – que é o que se observa nas análises da cobertura midiática da Gazeta do Povo em relação a esse episódio histórico.

O contrato invisível existente entre leitores e meios de comunicação (ALSINA, 2009), visa que a sociedade acredite nas notícias veiculadas. Os critérios de noticiabilidade sinalizam para uma forma específica de encaminhar a construção das notícias acerca do assunto: geralmente são fontes oficiais que ora criticam a falta de ação do governo ora criticam a ação dos posseiros.

4.2. Levante de 1957

A cobertura referente ao Levante de 1957 realizada pela Gazeta do Povo totalizou 52 matérias, sendo que os enquadramentos definidos como “conflito” e “responsabilidade” apareceram mais vezes: 23 reportagens se enquadraram em cada um desses *frames*. Cinco matérias apareceram como “interesse humano” e apenas uma como “consequências econômicas”. Nenhum texto, levando em conta os critérios metodológicos adotados, ofereceu prescrições morais sobre o assunto. O resultado da análise pode ser verificado conforme o gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3: Levante sob a análise dos enquadramentos genéricos.



Fonte: Elaboração própria

Ao contrário da análise referente à cobertura sobre a Guerrilha de Porecatu, as reportagens que dizem respeito ao Levante de 1957 trouxeram em cinco oportunidades o *frame* “interesse humano”, sinalizando que tais matérias tiveram como enfoque as ações dos indivíduos e grupos envolvidos neste conflito. Um desses exemplos é a matéria publicada na primeira página do dia 28 de setembro do referido ano com o título “Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas”⁴⁴ (Figura 5).

Figura 5 – Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas



Fonte: Gazeta do Povo, 29/09/1957

A matéria foca em como estaria o dia-a-dia dos colonos na região Sudoeste do Paraná, abordando que eles estariam retornando às corriqueiras atividades agrícolas. Mesmo tendo como alvo as ações dos colonos, a seleção do uso das palavras desta matéria sinaliza, por exemplo, que eles, os agricultores, estariam, até então, envolvidos em atividades perigosas, que não seriam “pacíficas”, como traz o título da própria matéria.

Além disso, a seleção da angulação, calcada nos critérios de noticiabilidade adotados pela Gazeta do Povo, também aponta que os fatos registrados na região estariam sendo utilizados para atacar o governador Moysés Lupion, como atesta este trecho da matéria: “Os adversários de sr. Moysés Lupion exploram os fatos, ampliando-os para impressionar as autoridades federais e a opinião pública do país”. Aí novamente residem os interesses

⁴⁴ Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas, Gazeta do Povo, 29/09/1957.

políticos do próprio meio de comunicação, haja vista que neste período o ex-governador permanecia como acionista da Gazeta do Povo. A seletividade das palavras e dos valores-notícias adotados pela redação influenciam no enquadramento noticioso conferido ao assunto que é objeto da reportagem.

Outro exemplo que se adequa ao *frame interesse humano* é a matéria “Conta o gaúcho Dorvalino o que houve em Santo Antônio⁴⁵”, publicada em 27 de outubro. A matéria foca na história de Dorvalino Brunka, de 22 anos, que – segundo o texto do jornal – pertencia à “insurreição” do Sudoeste. Mais uma vez a seleção das palavras denota uma imagem negativa dos movimentos registrados naquela região do estado do Paraná.

Da mesma forma que explicitado no exemplo anterior, esta reportagem vai ao encontro da linha editorial contrária ao movimento social. Como aponta Traquina (2008), os donos dos veículos podem interferir nos pesos dos valores-notícia, dando prioridades a temas e a seletividade de informação. Neste caso, Lupion era sócio da Gazeta do Povo e interessava a ele não dar visibilidade ao Levante dos Posseiros. As declarações do personagem Dorvalino se encaixaram exatamente nesta tendência discursiva do jornal. Ele estava preso em uma delegacia de Curitiba. Dorvalino havia chegado ao Sudoeste junto com seu tio e comprado terras em Santo Antônio.

Em menos de um mês de estada na região, Dorvalino, segundo a publicação, tornou-se um dos líderes do movimento naquela cidade. Através da entrevista com Dorvalino, o jornal procurou demonstrar que os revoltosos não tinham consciência do que faziam, não conheciam o contexto do problema e, mesmo assim, eram mandados e obedeciam. A reportagem aponta, segundo relato redigido a partir de uma entrevista com ele, que “deram-lhe um revólver. À noite perto das 22 horas participou do episódio que saiu ferido o dr. Licídio Barbosa”. O texto é narrado como se ele tivesse agido automaticamente porque alguém o teria simplesmente mandado e dado uma arma a ele.

Um último exemplo das reportagens de *interesse humano* é o relato de um médico chamado Flávio Cini na matéria “Clima de desordem se verificou em Santo Antônio⁴⁶”, publicada no dia 20 de outubro (Figura 6). A matéria mostra como Cini reagiu diante do Levante dos Posseiros naquela cidade: “Cini deixou o revólver na varanda de sua casa e foi ao encontro dos caboclos revoltosos que o prenderam”.

⁴⁵ Conta o gaúcho Dorvalino o que houve em Santo Antônio, Gazeta do Povo, 27/10/1957.

⁴⁶ Clima de desordem se verificou em Santo Antônio, Gazeta do Povo, 20/10/1957.

Figura 6 - Clima de desordem se verificou em Santo Antônio

CLIMA DE DESORDEM QUE SE VERIFICOU EM SANTO ANTONIO

Os revoltosos violaram a clausura do Instituto Nossa Senhora do Carmo - Depredações em várias residências - Ação prudente da polícia evitou o desenvolvimento de sangue - Presença do bandoleiro Pedro Santim - Escândalo durante várias dias, na residência do pai de Santo Antônio, o Dr. Flávio Cini escapou à sanha dos posseiros - Entrevista à "GAZETA DO POVO"



O DR. FLAVIO CINI, em palestra com o nosso redator

CLIMA DE DESORDEM QUE SE VERIFICOU EM SANTO ANTONIO

RESULTADO DA REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO REPUBLICANO, ONTEM À TARDE REUNIDO NA RESIDÊNCIA DO DR. MAURÍCIO CAMARGO - REPULSA ÀS MANOBRAS QUE VISAM A INTERVENÇÃO NO PARANÁ E, TAMBÉM, AO "IMPEACHMENT"

A reunião do diretório regional do Partido Republicano, ontem à tarde, reuniu-se na residência do Dr. Maurício Camargo, presidente do diretório regional, para discutir a situação política do Paraná e a possibilidade de intervenção federal no Estado.

O presidente do diretório regional, Dr. Maurício Camargo, afirmou que a situação política do Paraná é muito grave e que a intervenção federal é necessária para restaurar a ordem e a legalidade.

Ele também afirmou que a intervenção federal deve ser feita de forma rápida e decisiva, sem qualquer hesitação.

Os membros do diretório regional concordaram com a intervenção federal e decidiram enviar uma representação ao governo federal solicitando a intervenção.

DEBATE DIANTE DOS DEBATES PARTIDOS

Até a reunião de ontem, os debates políticos em Santo Antônio eram muito acalorados. Os membros do diretório regional estavam muito preocupados com a situação política do Estado e com a possibilidade de intervenção federal.

Os debates foram muito animados e os membros do diretório regional expressaram suas opiniões livremente.

Os debates também abordaram a possibilidade de intervenção federal e a importância de manter a ordem e a legalidade no Estado.

REUNIÃO COM O DR. FLAVIO CINI

O Dr. Flávio Cini, pai de Santo Antônio, foi entrevistado pelo nosso redator sobre a situação política do Estado e a possibilidade de intervenção federal.

O Dr. Cini afirmou que a situação política do Estado é muito grave e que a intervenção federal é necessária para restaurar a ordem e a legalidade.

Ele também afirmou que a intervenção federal deve ser feita de forma rápida e decisiva, sem qualquer hesitação.

O Dr. Cini também afirmou que ele não se envolveu em nenhuma atividade política e que ele apenas se preocupa com o bem-estar de sua família.

ENTREVISTA COM O DR. FLAVIO CINI

O Dr. Flávio Cini, pai de Santo Antônio, foi entrevistado pelo nosso redator sobre a situação política do Estado e a possibilidade de intervenção federal.

O Dr. Cini afirmou que a situação política do Estado é muito grave e que a intervenção federal é necessária para restaurar a ordem e a legalidade.

Ele também afirmou que a intervenção federal deve ser feita de forma rápida e decisiva, sem qualquer hesitação.

O Dr. Cini também afirmou que ele não se envolveu em nenhuma atividade política e que ele apenas se preocupa com o bem-estar de sua família.

ENTRE OS POLÍTIOS DO INTERIO

Os políticos do interior do Paraná estão muito preocupados com a situação política do Estado e com a possibilidade de intervenção federal.

Os políticos afirmam que a intervenção federal é necessária para restaurar a ordem e a legalidade no Estado.

Os políticos também afirmam que a intervenção federal deve ser feita de forma rápida e decisiva, sem qualquer hesitação.

AVISO DE QUE SEJA FALSO

Um aviso foi publicado afirmando que a intervenção federal não será feita e que a situação política do Estado será resolvida de forma pacífica.

O aviso afirmou que a intervenção federal não é necessária e que a situação política do Estado será resolvida de forma pacífica.

O aviso também afirmou que a intervenção federal não será feita e que a situação política do Estado será resolvida de forma pacífica.

CRIMES A RESIDÊNCIA

Um crime foi cometido na residência do Dr. Flávio Cini, pai de Santo Antônio.

O crime consistiu em uma tentativa de assassinato do Dr. Cini.

O crime foi cometido por um grupo de pessoas que estavam muito irritadas com a situação política do Estado.

O crime também foi cometido em uma tentativa de silenciar o Dr. Cini e de impedir que ele se envolva em atividades políticas.

MEASURES DE ECONOMIA

O governo federal está tomando medidas para reduzir o consumo de energia e de água.

As medidas incluem a redução da iluminação pública e a redução do consumo de água nas repartições públicas.

As medidas também incluem a redução do consumo de energia nas indústrias e no comércio.

ESCLAREÇA O DIRETOR DO DAE: REFORÇO DE EMERGENCIA PARA A FALTA D'ÁGUA NA CAPITAL

Consequência da vergonhosa problemática - Medidas de economia de consumo do produto - Solução dada momentaneamente - Fala à reportagem da "GAZETA DO POVO" o Dr. Ladislau Lachowski



O Diretor do DAE, Dr. Ladislau Lachowski, quando falou à reportagem

Um fato que não deve ser esquecido é a falta de água na capital, Curitiba, devido à falta de manutenção das obras de saneamento básico.

O fato também deve ser lembrado que a falta de água na capital é uma situação muito grave e que a solução deve ser encontrada o mais rápido possível.

O fato também deve ser lembrado que a falta de água na capital é uma situação muito grave e que a solução deve ser encontrada o mais rápido possível.

PROBLEMA GERAL

O problema geral da falta de água na capital é uma situação muito grave e que a solução deve ser encontrada o mais rápido possível.

O problema também deve ser lembrado que a falta de água na capital é uma situação muito grave e que a solução deve ser encontrada o mais rápido possível.

O problema também deve ser lembrado que a falta de água na capital é uma situação muito grave e que a solução deve ser encontrada o mais rápido possível.

Fonte: Gazeta do Povo, 20/10/1957.

A matéria detalha que um dos “caboclos” tinha sido “salvo” pelo médico após ser alvo de um tiro um ano antes. O próprio termo “caboclo” merece atenção, já que muitas vezes a palavra pode ser entendida de forma pejorativa e estereotipada.

A rotina instalada nas redações gera riscos de que os diversos pontos de vistas que dizem respeito à realidade sejam negados pelos veículos. Segundo Tuchman (1983), as reportagens informativas ajudam a dar forma a definição pública dos acontecimentos, atribuindo de maneira seletiva certos detalhes ou omitindo outros fatos dentro do mesmo acontecimento. Neste exemplo, apenas o lado do médico que diz ter sido vítima dos posseiros é contado.

A única reportagem que corresponde ao *frame* “consequências econômicas” foi veiculada no dia 24 de outubro com o título “Aspectos econômicos dos fatos ocorridos no

Sudoeste⁴⁷ (Figura 7). A matéria relata os riscos de uma eventual mudança da produção agrícola em virtude do Levante dos Posseiros, o que é classificado como “grave perigo”: “grupos humanos vindos do Sul poderão diminuir seus volumes migratórios”, o que, no entender da reportagem, colocaria em risco a expansão das lavouras no estado. Novamente, os critérios de noticiabilidade, a seletividade dos fatos e também das palavras denotam o posicionamento contrário do jornal perante o Levante dos Posseiros.

Figura 7 - Aspectos econômicos dos fatos ocorridos no Sudoeste



Fonte: Gazeta do Povo, 24/10/1957.

Além disso, de um escopo de 52 matérias, somente uma estar inserida no *frame* *consequências econômicas* e outras cinco como *interesse humano* sinalizam como a Gazeta do Povo procurou selecionar os enfoques da cobertura e interferir na construção dos fatos acerca do Levante dos Posseiros. O silêncio acerca dos impactos econômicos aponta que o jornal não valorizou este tema perante o público leitor. Não é possível apontar concretamente as razões para a adoção destes critérios. O máximo que se pode fazer é levantar algumas hipóteses a partir do contexto histórico e dos dados levantados pela presente pesquisa. Um eventual motivo é a de que não valeria a pena, seguindo a linha editorial adotada pelo jornal, demonstrar quão grande e importante era o movimento social na região a ponto de interferir na economia local. A outra é de que como o governador Lupion era um dos donos do jornal iria contra os princípios políticos e editoriais da Gazeta dar qualquer sinal de que o setor econômico na localidade estava sendo afetado, o que poderia denegrir a imagem do então mandatário do governo paranaense.

⁴⁷ Aspectos econômicos dos fatos ocorridos no Sudoeste, Gazeta do Povo, 24/10/1957.

Em relação ao baixo número de reportagens de interesse humano é possível, também, explicar essa lógica, pelo menos, dois outros motivos. Um é de que o jornal não enviou repórteres e fotógrafos para a região, o que impossibilita que os jornalistas consigam captar e contar histórias de vidas dos protagonistas de tal episódio. A segunda razão também está relacionada à seletividade de informações adotadas pela Gazeta do Povo e que não priorizou registrar o lado emocional e humano do assunto – quando o fez escutou personagens que não denegrissem a imagem do governador Lupion ou que elogiassem o Levante. Caso optasse em mostrar o lado humano dos personagens outros elementos poderiam vir à tona. A partir da história de vida dos entrevistados o jornal poderia mostrar aos leitores, por exemplo, as razões que levaram os posseiros a se mobilizar contra as ações realizadas. Além de mostrar a história dessas pessoas antes da ação das companhias de terra e como elas chegaram até a região onde residiam. Sem falar da possibilidade de mostrar o outro lado da história, ou seja, como esses posseiros estavam sendo ameaçados pelos jagunços e pelas companhias de terras ali instaladas. É através do olhar dos personagens que o jornalismo pode desnudar a realidade construída tão somente a partir das fontes oficiais. Não se pode descartar o fato de que o personagem também possa ser utilizado de maneira negativa a fim de criminalizar o movimento que está sendo abordado. Mas, em regra, quando o jornalismo simplesmente ignora o foco no *interesse humano* há maiores chances de se criar um distanciamento entre os sujeitos abordados na reportagem e os cidadãos.

O enquadramento “conflito” pode ser visto em, basicamente, duas situações. Ora caracterizando um conflito entre o governo e os posseiros, ora como conflito entre oposição política e governo. Na matéria do dia 15 de setembro de 1957 da Gazeta do Povo, sob o título “Tocaia armada em município do Oeste do Paraná⁴⁸”, publicada como manchete na primeira dobra da contracapa do primeiro caderno, trata de um suposto ato dos colonos no dia anterior que culminou com seis pessoas mortas. No entanto, o jornal não contextualizou todo o evento histórico que motivou a ação dos posseiros.

A reportagem, em tom de acusação, afirma que um “bando armado de posseiros foi o responsável por essa tragédia”. A única fonte ouvida foi, mais uma vez, o então chefe de Polícia do Estado, Pinheiro Júnior, que também era um dos diretores da própria Gazeta do Povo. A única menção a uma contextualização, ainda que vaga e parcial dos fatos, está na própria afirmação da fonte oficial, Pinheiro Júnior, que sugeriu “às companhias de terra a diminuir a venda dos lotes até se resolver o litígio da área”. Em seguida, a reportagem afirma

⁴⁸ Tocaia armada em município do Oeste do Paraná, Gazeta do Povo, 15/09/1957.

que “as companhias vendem lotes aos lavradores”, mas “há reação dos posseiros na aquisição das terras e aponta uma razão política: “partidos (estão) desaconselhando a aquisição”.

Outra reportagem que se enquadra neste *frame* é a veiculada na edição do dia 18 de setembro, com o título “Fixado em Capanema o centro de agitação dos posseiros⁴⁹”. Nesta notícia os posseiros são acusados pelo periódico de “trazer instabilidade para a região”. Estas duas reportagens exemplificam como o jornal procurou construir os fatos culpando os posseiros pelos atos conflituosos.

Já a matéria do dia 28 do mesmo mês, com o título “Intenção oculta de sublevar o país⁵⁰”, diz respeito à briga política entre oposição e governo. O texto traz o discurso do senador Gaspar Veloso, correligionário de Moisés Lupion, rebatendo a afirmação do senador oposicionista Othon Mader, em que aponta o então governador do Paraná como um dos sócios das companhias de terra. No entanto, a pesquisa não encontrou nenhuma publicação específica na Gazeta do Povo acerca do discurso de Mader. Segundo a publicação, Veloso “frizou (sic) que existe o propósito de criar clima político na capital com reflexo no Paraná (...), inocentando o governador Moysés Lupion e lendo o relatório do chefe de Polícia do Paraná que revela terem os colonos da região Oeste atacado armados empresas colonizadoras”. Em nenhum momento as aspas de Mader são transcritas.

O tema volta à tona em outras oportunidades. A edição do dia primeiro de outubro traz na primeira dobra da capa a reportagem – com um título parecido com a anterior, “Intenção oculta para sublevar o país⁵¹” (Figura 8) – que continua na página seis, ocupando cerca de um terço da página.

⁴⁹ Fixado em Capanema o centro de agitação dos posseiros, Gazeta do Povo, 18/09/1957.

⁵⁰ Intenção oculta de sublevar o país, Gazeta do Povo, 28/09/1957.

⁵¹ Intenção oculta para sublevar o país, Gazeta do Povo, 01/10/1957.

Figura 8 - Intenção oculta para sublevar o país



Fonte: Gazeta do Povo, 28/09/1957.

A matéria é baseada no discurso do senador Gaspar Veloso proferido no dia 27 do mês anterior, em que defende Moisés Lupion das acusações de ser um dos sócios das companhias de terra e acusa o movimento no sudoeste de ser um golpe político. A reportagem, novamente, não contextualiza o que estava ocorrendo na região e apenas publica a afirmação de Veloso de que “colonos armados (...) se haviam apossado da estação de rádio local, dos postos de polícia”. Em referência ao discurso de Othon Mader, o jornal publica trecho do discurso de Veloso: “Ficará mais uma vez provado que o governador do meu estado não tem interesse na referida companhia”.

Poucos dias depois, em cinco de outubro, uma matéria veiculada no rodapé da capa do jornal chama a atenção novamente para o discurso do oposicionista Othon Mader: “Refutadas na Câmara Federal, as declarações do senador Mader⁵²”. Dessa vez a notícia trouxe o discurso do deputado Mário Gomes negando que o governador Moisés Lupion tivesse participação em companhia de terra que estava atuando no Sudoeste do Paraná. Em ambos esses exemplos, a pesquisa não constatou nenhuma matéria se referindo exclusivamente às afirmações do senador oposicionista Othon Mader. Ele apenas é citado nas reportagens quando fontes favoráveis a Lupion rebatem o discurso de Mader, como pode ser observado, por exemplo, neste trecho da última matéria mencionada: “O sr. Mário Gomes, do PSD do Paraná,

⁵² Refutadas na Câmara Federal, as declarações do senador Mader, Gazeta do Povo, 05/10/1957.

refutando as declarações do senador Othon Mader, leu carta do governador Moysés Lupion (...). O orador garante que o sr. Moysés Lupion não faz, absolutamente, parte da companhia Clevelândia, ao contrário do que se tem dito”.

Também no dia cinco de outubro, na capa da segunda seção, que corresponde a um segundo caderno, a manchete foi: “Exploração política dos acontecimentos do Sudoeste do Paraná⁵³”, em que aponta que há uma entrevista com o então deputado estadual Machado de Oliveira Neto, que acusou a existência de uma “pretensão vã de uma eventual intervenção federal no Paraná”.

Em oito de outubro a manchete do jornal foi “Acusações, injúrias e calúnias fundadas no ódio pessoal⁵⁴”. A reportagem, que ocupou toda a primeira dobra do jornal, consistia em uma espécie de resposta do governador Moisés Lupion a reportagens publicadas na imprensa carioca em que ele era acusado de ser sócio das companhias de terra.

Esses trechos que dizem respeito a uma briga política entre oposicionistas e governistas denotam o tom político que a Gazeta do Povo adotou para cobrir os eventos no Sudoeste do Paraná. Ao passo que as afirmações da oposição são silenciadas, as defesas de governistas e do próprio Lupion são transcritas e reproduzidas como se fossem a verdade. Afinal, como um meio legitimado, o jornal possui a prerrogativa de não publicar mentiras, como aponta o contrato fiducionário descrito por Alsina (2009). No entanto, a seletividade dos fatos e das angulações noticiosas demonstra qual será o “lado da realidade” que o veículo optará por reproduzir. A institucionalização das ações dos repórteres está relacionada, nestes casos apontados, aos próprios interesses políticos do jornal, que se mostra favorável às ações governistas e contrárias às ações dos posseiros.

Por último, o *frame* “responsabilidade” corresponde, neste caso, a reportagens que apontam o governo como responsável por determinado ato; ou responsabiliza os colonos pelo Levante de 1957; ou ainda coloca o governo federal, o Congresso ou o Poder Judiciário como responsáveis por resolver o impasse.

Uma das matérias que corresponde a este enquadramento foi a do dia 26 de setembro, em que o jornal publicou uma notícia na capa sob o título “Retorna à tranquilidade o Sudoeste Paranaense⁵⁵”. Com nova entrevista do chefe de Polícia do Estado, Pinheiro Júnior, a matéria diz que os grupos armados na região foram desfeitos. Na entrevista, o delegado diz que

⁵³ Exploração política dos acontecimentos do Sudoeste do Paraná, Gazeta do Povo, 05/10/1957.

⁵⁴ Acusações, injúrias e calúnias fundadas no ódio pessoal, Gazeta do Povo, 08/10/1957.

⁵⁵ Retorna à tranquilidade o Sudoeste Paranaense, Gazeta do Povo, 26/09/1957.

funcionários das companhias de terra foram retirados da região. A matéria, portanto, aponta que o governo teria atuado para estabelecer a paz na localidade.

Porém, no dia 9 de outubro os levantes no Sudoeste ficaram ainda mais intensos. Nessa data, uma nova manchete, com continuação na página sete do jornal – ocupando praticamente toda página – abordou uma coletiva concedida por Lupion e pelo senador Gaspar Veloso. O título foi “O alvo visado não é o governador do Estado⁵⁶”. O então governador disse que caberia ao Supremo Tribunal Federal decidir: “Se o Estado vencer o pleito (no STF) irá exercitá-lo de acordo com sua própria legislação (...). Se forem as empresas particulares, só resta ao Estado, se for para tranquilizar a situação dos posseiros, nesse caso eles seriam os intrusos, o recurso de desapropriar as terras para poder colonizar”. Em nenhum momento, algum representante dos posseiros foi ouvido para repercutir tal afirmação.

A matéria do dia 11 de outubro foi “Não houve perturbação da ordem em Pato Branco⁵⁷”. A matéria afirma que foram “esgotados todos os meios pacíficos” por parte do governo estadual e que o chefe de Polícia do Estado, Pinheiro Júnior, determinou o fechamento de todas as companhias de terra da zona sudoeste até decisão do Judiciário. No entanto, não cita que o Exército também participou da ação.

Em reportagem publicada como manchete do segundo caderno sob o título “Repasto para o sensacionalismo e demagogia⁵⁸”, no dia seis de outubro, o jornal destaca “o risco” de uma intervenção federal no estado e chama a atenção para uma “campanha anti-paranista” na região, acusando ainda os posseiros de tentarem implantar outro estado na região, denominado “Território do Iguaçu”. Apesar de o texto afirmar ainda que os posseiros são responsáveis por atos “brutais” e “sangrentos”, o foco da matéria diz respeito a uma eventual ação da oposição que seria a responsável por fomentar a situação conflituosa na região para a criação do “Território do Iguaçu”.

Outro exemplo deste enquadramento é a matéria do dia 30 de novembro, com o título “Não foi assinado o decreto da desapropriação das terras do sudoeste⁵⁹”. A informação foi dada pelo presidente Juscelino Kubitschek, que visitava Curitiba e afirmou que isso deveria ser precedido “de consulta ao governador Moyses Lupion”. “Um decreto de desapropriação – disse o presidente – implicará (...) na necessidade ainda de consulta ao Congresso”, diz o texto.

⁵⁶ O alvo visado não é o governador do Estado, *Gazeta do Povo*, 09/10/1957.

⁵⁷ Não houve perturbação da ordem em Pato Branco, *Gazeta do Povo*, 11/10/1957.

⁵⁸ Repasto para o sensacionalismo e demagogia, *Gazeta do Povo*, 06/10/1957.

⁵⁹ Não foi assinado o decreto da desapropriação das terras do sudoeste, *Gazeta do Povo*, 30/10/1957.

Em todos os casos mencionados fica explícito que a seletividade das palavras e dos fatos, diretamente ligada a um processo rotineiro e padronizado de produzir notícia, salienta um lado pró-governo em detrimento do movimento social. O fato de se constatar a prevalência dos *frames* *responsabilidade* e *conflito* também sinalizam a opção editorial adotada pelo jornal para publicar eventos relacionados ao Levante de 1957. O jornal optou por explicitar que havia um conflito estabelecido entre oposição e governo e entre governo e movimentos sociais, fazendo com que o poder político do governo paranaense fosse tratado como vítima das ações dos manifestantes e também dos políticos oposicionistas. Além disso, procurou responsabilizar os posseiros pelos eventos negativos e conflitos registrados. Também responsabilizou o governo quando ações consideradas positivas eram realizadas e ainda cobrava ações do Judiciário ou governo federal para resolver o impasse. Assim como apontam Ashley e Olson (1998), a ideologia canalizada pelos meios de comunicação é susceptível de incluir ênfase na legitimidade das ações do estado.

Essa constatação pode ser percebida mediante a seleção das fontes no transcorrer da cobertura jornalística. Ao longo de toda a análise foi percebido que a Gazeta do Povo priorizou na maioria das vezes as fontes oficiais. Somente em duas circunstâncias fontes que não eram oficiais ou então favoráveis ao governo foram ouvidas. Ambas trazem fontes não oficiais que relatam situações negativas acerca dos posseiros, como é o caso da já mencionada “Conta o gaúcho Dorvalino o que houve em Santo Antônio”, e da “Calma, Tranquilidade e Ordem⁶⁰” (Figura 9), publicada em 29 de setembro. Essa reportagem traz entrevistas com o vigário de Capanema que estava em Curitiba e com o irmão do prefeito de Capanema – ambos discursam favoravelmente ao governo.

⁶⁰ Calma, Tranquilidade e Ordem, Gazeta do Povo, 29/09/1957.

Figura 9 – Calma, tranquilidade e ordem

Ang XXXIX – Curitiba – Paraná, Domingo, 29 de Setembro de 1957 – N.º 11.231

CALMA, TRANQUILIDADE E ORDEM

Radiogramas recebidos pela GAZETA DO POVO, da enviada especial, informam que em Copacabana e Santa Antônio o ambiente é de segurança — Entrevista com Padre João, Vigário de Copacabana — Na se incluem Intercomunicadas, Vigários, com o Suldeste — Regressou do Rio de Janeiro, o Dr. Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia — Todos os religiosos já voltaram da Argentina

Movimento Acadêmico de Federalistas

Magnífico Acontecimento Cultural
Inaugurado, ontem, nesta Capital, a Primeira Grande Feira Popular de Livros — A sociedade



Calma, tranquilidade e ordem — São Paulo, 28 de setembro. (Gazeta do Povo) — A enviada especial da Gazeta do Povo, Sr. João Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia, regressou ontem do Rio de Janeiro, onde esteve por alguns dias, realizando uma viagem de trabalho. O Sr. Pinheiro Júnior, que esteve em Copacabana e Santa Antônio, informou que o ambiente é de segurança e que todos os religiosos já voltaram da Argentina.

Radiogramas recebidos pela GAZETA DO POVO, da enviada especial, informam que em Copacabana e Santa Antônio o ambiente é de segurança — Entrevista com Padre João, Vigário de Copacabana — Na se incluem Intercomunicadas, Vigários, com o Suldeste — Regressou do Rio de Janeiro, o Dr. Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia — Todos os religiosos já voltaram da Argentina

Movimento Acadêmico de Federalistas

Magnífico Acontecimento Cultural
Inaugurado, ontem, nesta Capital, a Primeira Grande Feira Popular de Livros — A sociedade

Calma, tranquilidade e ordem — São Paulo, 28 de setembro. (Gazeta do Povo) — A enviada especial da Gazeta do Povo, Sr. João Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia, regressou ontem do Rio de Janeiro, onde esteve por alguns dias, realizando uma viagem de trabalho. O Sr. Pinheiro Júnior, que esteve em Copacabana e Santa Antônio, informou que o ambiente é de segurança e que todos os religiosos já voltaram da Argentina.

Radiogramas recebidos pela GAZETA DO POVO, da enviada especial, informam que em Copacabana e Santa Antônio o ambiente é de segurança — Entrevista com Padre João, Vigário de Copacabana — Na se incluem Intercomunicadas, Vigários, com o Suldeste — Regressou do Rio de Janeiro, o Dr. Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia — Todos os religiosos já voltaram da Argentina

Movimento Acadêmico de Federalistas

Magnífico Acontecimento Cultural
Inaugurado, ontem, nesta Capital, a Primeira Grande Feira Popular de Livros — A sociedade

Fonte: Gazeta do Povo, 29/09/1957.

Houve reportagens, como explicitado anteriormente, que citaram o senador oposicionista Othon Mader, mas em nenhum momento, conforme a pesquisa constatou, ele é ouvido como fonte de uma matéria.

Nas demais reportagens, um personagem constante é o delegado Pinheiro Júnior, que também era diretor do jornal na mesma época. A matéria do dia 28 de setembro, por exemplo, com o título “Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas⁶¹” traz o Chefe de Polícia do Estado, Pinheiro Júnior, como única fonte. Ele também era um dos diretores da própria Gazeta do Povo. Outras fontes oficiais que representavam o governo também apareciam ao longo da cobertura, como pode ser observado na reportagem do dia 16 de outubro intitulada “Razões dos acontecimentos em Santo Antônio⁶²”, em que a única fonte ouvida é o então membro do Departamento de Ordem Pública e Social (Dops), Lício Barbosa.

Estes exemplos corroboram para o fato de que o uso de determinadas técnicas institucionalizadas dentro das redações contribui para a seleção dos fatos e também para dar a impressão de que o material veiculado cumpre os requisitos da objetividade jornalística. As fontes podem também ser utilizadas e selecionadas de forma com que os jornalistas ou o jornal insiram no texto o que eles próprios pensam sobre determinado acontecimento. Isso vai ao encontro das características apontadas pela teoria da construção social da realidade de

⁶¹ Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas, Gazeta do Povo, 28/08/1957.

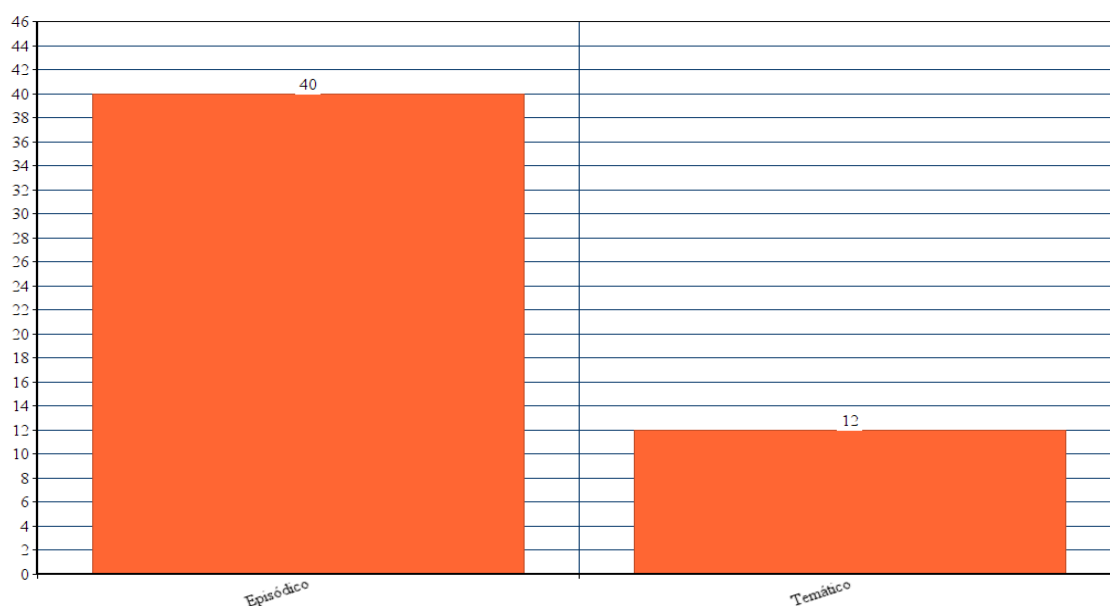
⁶² Razões dos acontecimentos em Santo Antônio, Gazeta do Povo, 16/10/1957.

que normalmente as fontes utilizadas pelos profissionais da imprensa são as de pessoas que detêm algum cargo e visibilidade institucionalizados.

A consequência é a construção social de uma realidade produzida de forma institucional, em que a permeabilidade das fontes oficiais se sobressai perante as demais. Esse fato denota, assim como constatado na análise referente à Guerrilha de Porecatu, que a conexão entre fontes e jornalistas tende a priorizar o interesse do governo contra a luta dos posseiros, fazendo com que as notícias reproduzam uma ideologia dominante. Soma-se a isso, o fato de os jornalistas serem, como salienta Alsina (2009, p.45-46), “socialmente legitimados para gerar construções da realidade”.

Em relação à classificação dos textos jornalísticos sob a ótica de Iyengar, entre episódicos e temáticos, houve a prevalência do primeiro, como mostra a seguir o gráfico 4:

Gráfico 4: Levante entre episódico e temático



Fonte: Elaboração própria

A maioria dos assuntos tratados era abordada mais factualmente, o que é característica inerente ao meio de comunicação analisado – jornal diário. Também não se pode desconsiderar que a própria rotina de produção tende a refletir no baixo índice de matérias mais amplas e contextualizadas. Com os prazos curtos, nem sempre há tempo para uma apuração mais detalhada e isso está diretamente ligado ao processo de institucionalização das

práticas jornalísticas que recaem na adoção de normas próprias de apuração. Com isso, a profundidade do discurso tende a ser afetada.

Nas matérias temáticas, destacam-se, na maior parte das vezes, reportagens baseadas em discursos de parlamentares que visavam explicar os fatos ou nas oratórias de deputados que procuram contextualizar os acontecimentos no Sudoeste do Paraná. Como é o caso da matéria “Não desfruta de autoridade quem não se opôs às violências e arbitrariedades⁶³”, publicada no dia 14 de agosto.

A matéria é baseada em uma oratória do então deputado Cândido Machado de Oliveira sobre os eventos na região. Ele relata, segundo sua visão, os motivos e razões que estavam levando ao confronto no campo. No discurso, o então parlamentar se refere aos supostos corretores das companhias de terra e não em jagunços, como a história apregoa: “Muitos desses corretores, homens estranhos àquela região, vindos não se sabe da onde, vinham forçando os colonos a assinarem contratos de compras de terra que estavam sob sua posse. Essa violência atribuiu-se ao fato de quererem tais corretores fazer jus aos 6% da comissão”. Essa reportagem, embora apresente um viés contrário aos posseiros, contextualiza os fatos registrados no Sudoeste, como a instalação dos escritórios das companhias de terra e ainda apregoa que a disputa das terras estava em litígio.

A reportagem “Não precisa o Paraná de intervenção federal⁶⁴” do dia 15 de outubro também sinaliza um viés temático ao trazer uma matéria que tem como fonte principal o prefeito de São Paulo e então presidente do PSD – partido de Lupion, Ademar de Barros. A reportagem contextualiza a situação violenta – segundo o jornal, registrada no Sudoeste, e também a possibilidade de uma intervenção federal no Paraná. Barros, então correligionário de Lupion, mostra-se contrário a qualquer intervenção no estado.

Outro exemplo de matéria *temática* é a “O alvo visado não é o governador do Estado⁶⁵”, veiculada no dia 9 de outubro e que repercute as motivações que levaram ao Levante dos Posseiros, não se atendo tão somente aos fatos, mas apontando os pretextos para as ocorrências no Sudoeste do Paraná. Já as reportagens *episódicas* focaram em eventos factuais, sem avançar no debate sobre as consequências e motivos dos fatos publicados. Para exemplificar, podem ser citadas “Normalidade na situação do sudoeste paranaense⁶⁶”, do dia 17 de outubro e “Nenhum atrito na região sudoeste paranaense⁶⁷”, do dia 25 de outubro.

⁶³ Não desfruta de autoridade quem não se opôs às violências e arbitrariedades, Gazeta do Povo, 14/08/1957.

⁶⁴ Não precisa o Paraná de intervenção federal, Gazeta do Povo, 15/10/1957.

⁶⁵ O alvo visado não é o governador do Estado, Gazeta do Povo, 09/10/1957.

⁶⁶ Normalidade na situação do sudoeste paranaense, Gazeta do Povo, 17/10/1957.

⁶⁷ Nenhum atrito na região sudoeste paranaense, Gazeta do Povo, 25/10/1957.

Ambas narram a visão governista de que a localidade estava sem conflitos, mas sem avançar nas causas e implicações dos eventos registrados.

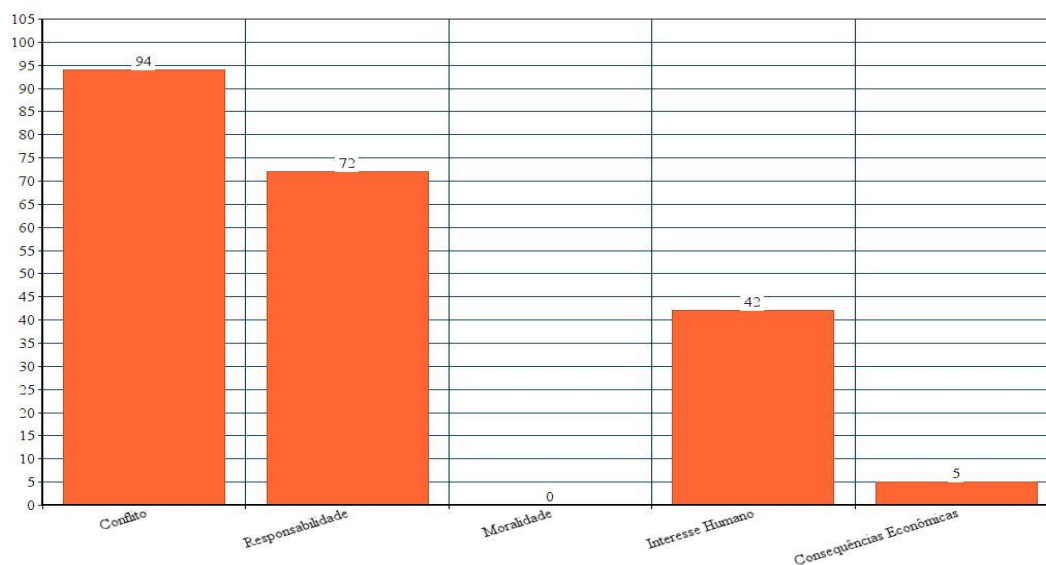
Portanto, percebe-se que, como já foi apontado acima, os critérios jornalísticos, de escolha das fontes, de escolha das angulações, dos temas abordados e das palavras influenciaram diretamente na imagem negativa que a Gazeta do Povo transmitiu aos seus leitores sobre o Levante dos Posseiros. Esses processos são reflexos da própria linha editorial, já que o delegado do estado era diretor do jornal e o governador um dos acionistas do meio de comunicação. A adoção desse viés editorial interferiu na rotina jornalística interferindo diretamente na produção do conteúdo jornalístico.

4.3. MST versus Lerner e UDR

A pesquisa acerca da cobertura referente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no ano de 1998, período em que mais foram contabilizadas mortes nos campos paranaenses, resultou em 213 matérias sobre o assunto. Nessa época o jornal já pertencia, desde a década de 60, a Francisco da Cunha Pereira Filho e a Edmundo Lemanski.

Do total de reportagens, a maior parte tratou o assunto a partir do enquadramento *conflito* – 94, ao todo. O *frame* que aparece em seguida é o de responsabilidade, com 72 inserções. “Moralidade”, mais uma vez, não surge em momento algum. Já o enquadramento *interesse humano* aparece em 42 oportunidades e “consequências econômicas”, em outras cinco, como aponta o gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5: MST sob a análise dos enquadramentos genéricos



Fonte: Elaboração própria

O *frame conflito* surge basicamente quando a matéria coloca os protagonistas do texto um contra o outro e, na maior parte das vezes, isso ocorre quando há disputas entre o MST e o governo estadual, que na época tinha como governador Jaime Lerner (ex-PFL), e entre a União Democrática Ruralista (UDR). Um dos textos identificados como *conflito*, por exemplo, é a matéria do dia 30 de janeiro, publicada na página 40 sob o título “Duas sem terra denunciam acampamento⁶⁸” (Figura 10). Neste caso específico a matéria mostra um conflito interno no próprio movimento, como pode ser demonstrado pela citação a seguir: “As sem terra Rosa Castro dos Santos, 35 anos, e Maristela Gonçalves da Cruz, 23 anos, deixaram no último final de semana o acampamento da Fazenda São Pedro, em Querência do Norte, Noroeste do estado, denunciando irregularidades praticadas pelo MST”. No texto, elas alegam que os integrantes do acampamento “retêm os documentos pessoais” e “entre as demais denúncias estão que nenhuma criança do acampamento vai para a escola”. Segundo a publicação, o MST rebate a afirmação através de entrevista com o então coordenador estadual do movimento, Nildemar da Silva, que afirma que as denúncias não procedem e são levianas.

⁶⁸ Duas sem terra denunciam acampamento, Gazeta do Povo, 30/01/1998.

Figura 10 - Duas sem terra denunciam acampamento

Com a força do vento, o telhado do salão paroquial acabou no chão.

Duas sem-terra denunciam acampamento

Querência do Norte — As sem-terra Rosa Castro dos Santos, 35 anos, e Maristela Gonçalves da Cruz, 23 anos, deixaram no último final de semana o acampamento da Fazenda São Pedro, em Querência do Norte, Noroeste do estado, denunciando irregularidades praticadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Elas denunciaram que quando entram num acampamento são obrigadas a ficar no local porque os líderes do MST retêm os documentos pessoais das pessoas.

Entre as demais denúncias estão que nenhuma criança do acampamento vai para escola, que passam fome; não têm condições de higiene; que os líderes do movimento instruem as crianças como se comportar durante as invasões; que autorizam a matança de gado para distribuir entre os integrantes do movimento e que

teriam ouvido um boato de que teria chegado um dinheiro do governo federal para ser repassado para os sem-terra, porém não foi distribuído. As denúncias foram formalizadas na manhã de ontem ao promotor público de Londrina, Joelson Pereira.

Para Nildemar da Silva, da coordenação estadual MST, as denúncias são levianas e as pessoas que ajudam a manter a pobreza no sistema estão se aproveitando da fraqueza das que têm problemas para desmoralizar o movimento. "A saída delas do acampamento aconteceu por um desentendimento particular com seus maridos. Não foi uma ação do MST. Acharmos que não tinhamos nem que nos defender disso, mas estamos divulgando uma nota nesta sexta-feira", afirmou Nildemar.

As duas mulheres, junto com suas famílias, estão há pelo menos dois anos no movimento, já participaram de várias invasões, mas até hoje não conseguiram um lote definitivo.

Cansadas de passar necessidade, ser iludidas e sofrer agressões dos companheiros, elas deixaram o acampamento e pretendem retornar para casa de familiares no Sudoeste do estado. Rosa saiu com um bebê de dois meses e deixou outros seis filhos, com idades entre 3 e 15 anos no acampamento com o marido. Já Maristela saiu com seu filho de 4 meses. Rosa pretende conseguir na Justiça a guarda dos outros filhos.

Para a UDR, com sede em Paranavai, a história das mulheres demonstra o quanto o MST ilude as pessoas. "Estamos vendo na nossa região um descontentamento geral nos acampamentos, e as mulheres é que estão tomando a iniciativa de abandonar", disse Tarciso Barbosa de Souza, coordenador-geral da UDR. As mulheres deixaram o acampamento no último sábado e foram até a Polícia Militar. Passaram pela delegacia de Querência, onde registraram queixa contra seus maridos por agressão física e acabaram sendo encaminhadas à UDR, onde estão recebendo apoio para retornar para casa de familiares.

O promotor Joelson Pereira disse que as declarações das sem-terra não trouxeram nada de novo além do que já se sabe sobre a vivência nos acampamentos de sem-terra. Não apresentaram nenhuma acusação concreta contra o MST ou algum líder. "O Ministério Público só poderá mover algum tipo de ação se tiver elementos concretos, o que vou verificar no boletim de ocorrência registrado na delegacia", afirmou o promotor.

São Luís do Purunã quer ser novo pólo de turismo rural

Balsa Nova — Um projeto envolvendo proprietários rurais de São Luís do Purunã, que fica a 50 km de Curitiba, e a prefeitura de Balsa Nova quer criar na região um centro de lazer e turismo. É o projeto Pólo de Turismo Rural de São Luís do Purunã — Turismo Rural dos Campos Gerais. "Nós queremos consolidar uma potencialidade que esta região tem em poder ser um centro de turismo, com a recuperação do patrimônio arquitetônico e o calçamento da rua principal, além da revitalização do lago que existe nas proximidades. "Queremos fazer do pólo uma referência no turismo em todos os seus aspectos ecológico e cultural".

Fases
Solera explicou que a idéia é estimular a criação de pousadas, desenvolver um centro gastronômico,



Fonte: Gazeta do Povo, 30/01/1998.

Esse exemplo aponta para uma estratégia adotada pelo jornal pra criminalizar o movimento. Como aponta Peruzzo (2015), de uma maneira geral, os veículos de comunicação ao tratarem sobre movimentos populares tendem a representá-los segundo visões ideologizadas, de maneira que desqualificam, criminalizam ou ridicularizam o movimento. Neste sentido, Ashley e Olson (1998) ressaltam que os meios de comunicação podem moldar um grupo de um movimento social de diversas maneiras: inviabilizando-o pela descrição dada ao manifestante; relatando os acontecimentos ao invés dos objetivos e interesses do grupo; ou marginalizando pontos de vista atribuindo-os a um desviante social. Elas também apontam que outra prática utilizada pelos meios de comunicação é publicar brigas internas como forma de deslegitimar o movimento: "*Groups are shown as illegitimate when quotation marks are used to trivialize and make light of movement language, appearance of protesters is included, protesters are undercounted, and internal dissension is emphasized*"⁶⁹ (1998, p.265).

No presente exemplo, explicita-se que o jornal priorizou um fato isolado em detrimento dos objetivos de todo grupo, passando ao público leitor uma visão deturpada e negativa do movimento. Isso ocorre pela seleção das angulações da notícia adotados no

⁶⁹ Os grupos são mostrados como ilegítimos quando as aspas são usadas para trivializar a linguagem de movimento, a aparência dos manifestantes é incluída, os manifestantes são subestimados, e a dissensão interna é enfatizada. (tradução própria)

processo rotineiro do jornal a partir dos valores-notícia, o que interferem no processo de construção do movimento por meio da Gazeta do Povo.

Estas mesmas situações e explicações também podem ser constadas em outra matéria que denota uma relação conflituosa, veiculada no dia 12 de fevereiro: “Sem terra usaram barulho para torturar namorados na fazenda⁷⁰” (Figura 11).

Figura 11 - Sem terra usaram barulho para torturar namorados na fazenda



Fonte: Gazeta do Povo, 12/02/1998.

Neste caso, apesar do MST ser ouvido como uma das fontes, os dados que servem para subsidiar as informações publicadas pelo jornal advêm do relato dos policiais que acompanharam o caso. Nesta matéria, a polícia acusa 50 membros do MST de terem feito um casal de namorados de refém e de terem realizados torturas psicológicas e ameaças. Novamente, a seleção dos fatos prioriza uma visão parcial a respeito do movimento, sem contextualizar os objetivos do MST ou, ao menos, relativizar que essa não é uma prática usual do MST e de que o que esses integrantes teriam praticado não é compatível com os anseios principais do movimento, como a reforma agrária.

Situações de combate no campo também foram enquadradas como “conflito”, como pode ser exemplificado pela reportagem “Dois sem terra são mortos em conflito agrário⁷¹”, do dia 28 de novembro. O texto diz: “Dezenas de pessoas ficaram feridas no confronto entre sem

⁷⁰ Sem terra usaram barulho para torturar namorados na fazenda, Gazeta do Povo, 12/02/1998.

⁷¹ Dois sem terra são mortos em conflito agrário, Gazeta do Povo, 28/11/1998.

terras e seguranças. Em Laranjal (...), o jovem José Rodrigues foi morto com arma de fogo”. A outra morte, citada pela reportagem, foi em Querência do Norte, em que o lavrador Sétimo Garibaldi, de 51 anos, foi morto com um tiro pelas costas.

Publicada no dia 1º de dezembro, a matéria “Tensão e medo em assentamento”⁷², também expõe o *frame* “conflito”: “Segundo a liderança do acampamento, pelo menos 30 pistoleiros sob comando de Antônio Martins, antigo arrendatário de terra e suposto mandante da morte de Rodrigues, continuam amedrontando as famílias no local, disparando tiros nos arredores”.

No dia 20 de fevereiro a reportagem “Sem terra é baleado durante desocupação de fazenda”⁷³ mostra a ação de desocupação de 220 pessoas de duas fazendas ocupadas pelo movimento. A situação acabou em conflito contra os 399 policiais militares e civis que participaram do ato: “Em uma das áreas desocupadas, a Fazenda Esperança, em Mamborê, (...) o sem terra José Fausto dos Santos, de 36, anos foi baleado na barriga”. A informação oficial da Secretaria Estadual de Segurança Pública, segundo a reportagem, era a de que “Santos é fugitivo da Justiça”.

Nestes exemplos pode ser constatado que o jornal procurou relatar os fatos norteados pelo discurso da objetividade. Ainda que não culpe diretamente o MST pelos atos de violência, a Gazeta do Povo seleciona e narra os fatos demonstrando que as ocupações das fazendas proporcionadas pelo movimento seriam as causas dos conflitos.

A seleção das fontes, por exemplo, inclui os relatos dos responsáveis pelos acampamentos daqueles que lutam pelo direito à terra. Também nota-se o uso de aspas como uma das estratégias adotadas no processo rotineiro para transmitir ao leitor uma visão imparcial do jornal.

Outra matéria enquadrada como *conflito* é a do dia 1º de julho, que evidenciou a relação conflituosa entre a UDR e o MST. Sob o título “Tensão entre sem terra e UDR”⁷⁴ (Figura 12), o texto coloca os dois como adversários um do outro, além de usar palavras como “tensão” e “denúncias” que reforçam a ideia de conflito entre os lados envolvidos.

⁷² Tensão e medo em assentamento, Gazeta do Povo, 01/12/1998.

⁷³ Sem terra é baleado durante desocupação de fazenda, Gazeta do Povo, 20/02/1998.

⁷⁴ Tensão entre sem terra e UDR, Gazeta do Povo, 01/07/1998.

Figura 12 - Tensão entre sem terra e UDR



Fonte: Gazeta do Povo, 01/07/1998.

O conflito também foi registrado entre o governo do estado e a UDR, como pode ser visto na matéria do dia 07 de agosto, publicada na página 16 com o título “UDR anuncia rompimento com o governador Lerner⁷⁵”. Segundo o texto, os produtores rurais iriam procurar o Supremo Tribunal Federal (STF) “para que determine o cumprimento de reintegração de posse contra o MST. Eles alegam que o governador não está atendendo as decisões dos juízes das comarcas do estado”.

Também havia uma relação conflituosa entre o governo estadual e a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), como fica evidenciado na reportagem “CPT critica ações do Estado contra sem terra⁷⁶”, veiculado no dia 21 de agosto. Baseado no relato do então presidente da CPT, Dom Ladislau Biernaski, a matéria foca nas críticas dele contra as ações do governo: “O governo combate o MST como se os seus integrantes fossem marginais”, afirmou, conforme a publicação.

Novamente, assim como percebido na análise dos movimentos anteriores, a seleção das palavras exerce papel fundamental para que a situação narrada tenha determinado tipo de enquadramento, influenciando na transmissão dos fatos e, consequentemente, na construção social de tais fatos. Além disso, percebe-se que os valores-notícia, intrinsecamente relacionados ao processo das rotinas de produção do jornalismo, são calcados pela

⁷⁵ UDR anuncia rompimento com o governador Lerner, Gazeta do Povo, 07/08/1998.

⁷⁶ CPT critica ações do Estado contra sem terra, Gazeta do Povo, 21/08/1998.

proeminência do *frame* conflito quando o assunto é o MST. Isso vai ao encontro do que apontam Ashley e Olson (1998), que entendem que por meio das técnicas de enquadramento, os meios de comunicação tendem a passar a impressão de que a existência de uma entidade como o MST é a responsável por disputas políticas e batalhas campais.

Dessa maneira, pode-se aferir que a seletividade das angulações e dos fatos a serem noticiados pela Gazeta do Povo prioriza tratar o movimento como protagonista em provocar discórdias e perturbar a ordem da localidade, provocando uma visão negativa da população acerca das reivindicações do MST – consequentemente há a tendência em criminalizar o movimento, como mencionado anteriormente.

O enquadramento *responsabilidade*, segundo de maior incidência, coloca, geralmente, algum órgão ou entidade, o governo, o Poder Judiciário, a UDR e o MST como responsáveis por determinado ato relatado na reportagem. Do total de 72 reportagens a partir deste *frame*, a maioria responsabiliza o MST (22 vezes), seguido pelo Incra⁷⁷ (20 vezes) e os governos municipais ou estadual aparecem em terceiro (19 vezes). O Poder Judiciário é tratado como responsável pelos atos em oito oportunidades, a UDR em apenas duas e a Pastoral da Terra em uma.

Ou seja, na maioria das vezes o jornal procurou colocar a responsabilidade pelos atos registrados no MST ou no Incra. Esse fato pode ser apontado na matéria “Incra assentará mais de 2 mil famílias no PR⁷⁸”, do dia 4 de janeiro, na qual denota que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estaria assumindo um compromisso de tentar atender às demandas para pacificar os conflitos no campo, e teria, consequentemente, uma responsabilidade sobre onde seria possível assentar os integrantes do Movimento dos Sem Terra.

Em reportagem do dia 19 de junho⁷⁹, o Incra também é responsabilizado pelo fato de 400 famílias em três fazendas da cidade de Mariluz estarem sem alimentos: “A situação se agravou há um mês, quando o Incra suspendeu o fornecimento de cestas básicas para os acampamentos”.

O MST foi responsabilizado em matérias que colocavam sob sua culpa eventos que poderiam trazer transtornos à população, como na matéria “MST nega organização de saques a supermercados⁸⁰” (Figura 13), veiculada na página 18 do dia 20 de maio.

⁷⁷ Destaca-se que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é um órgão do governo federal responsável pela realização da reforma agrária.

⁷⁸ Incra assentará mais de 2 mil famílias no PR, Gazeta do Povo, 04/01/1998.

⁷⁹ Sem-terra passam fome e comerciantes temem saque, Gazeta do Povo, 19/06/1998.

⁸⁰ MST nega organização de saques a supermercados, Gazeta do Povo, 20/05/1998.

Figura 13 - MST nega organização de saques a supermercados

GAZETA DO POVO
ESTADUAL

Curitiba, quarta-feira, 20 de maio de 1998

MST nega organização de saques a supermercados

Líder do movimento elogia a iniciativa da CUT de realizar protestos chamando atenção para o desemprego, mas condena radicalismo

Carlos Knapoch

O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná, Roberto Baggio, nega ontem, em Curitiba, que o movimento esteja organizando saques a supermercados no estado. "Não há nenhuma organização de saques no Paraná", declarou. "Isso apesar de termos muita pessoa passando fome no estado, por não terem terra, emprego ou alternativa de uma vida digna", completou.

Baggio disse que o movimento não aceita que aconteçam saques no Paraná. "Não por nossa iniciativa", mas ele disse que ninguém pode prever o que a crise econômica e o desemprego poderão produzir. "A situação poderá ser muito grave nos grandes centros urbanos", Baggio disse que a situação do estado é bem diferente da que existe no Nordeste.

Criminalização

"No Nordeste existem 30 mil famílias assentadas e a falta de incitação do governo para prover as condições da seca levou as famílias a se organizar e os saques ocorreram. Uma questão de vida ou de morte". Segundo ele, no Paraná a situação é diferente. "Mas não vamos falar com a solidariedade para aqueles que têm fome. Não podemos deixar que criminalizem o movimento porque defende a luta das que têm fome".

O coordenador disse que o MST apoia a iniciativa da CUT-PR de promover protestos em frente aos supermercados para chamar a atenção para o problema do desemprego. "Mas em momento algum se falou em saquear supermercados", afirmou, acrescentando com veemência notícia publicada anteriormente por um jornal de Curitiba.

Baggio elogiou a iniciativa da CUT em calçar os desempregados em todo o estado do Paraná. "Acha-mos que muitas destas pessoas poderão ser beneficiadas pelo processo da reforma agrária e que por isso poderão se integrar ao movimento". Segundo ele, a reforma agrária é uma forma de resolver o problema do desemprego no país. "Não custa caro e gera emprego".

Movimento vai pressionar Incra

O MST deverá intensificar suas ações nos próximos dias para pressionar o Incra a cumprir com o plano para assentar 6.000 famílias no Paraná. "As ocupações desde final de semana são um alerta. Há meses estamos esperando alguma atitude do governo, mas não acontece nada no Paraná por parte da superintendência do Incra", criticou o coordenador do MST no estado, Roberto Baggio.

Segundo ele, os sem-terra não descartam a possibilidade de pressionar o Incra em Curitiba. Baggio disse que o Incra se comprometeu a assentar as reivindicações do MST no Paraná no máximo até agosto. "Está em o prazo para que todos a 6.000 famílias estivessem assentadas e com emissão de posse das áreas, como foi tratado em março".

Incra

O superintendente do Incra no Paraná, Paulo Alberto, se recusou a comentar as recentes ações do MST e mandou recado através de uma das secretárias do órgão de "que não tem nada a falar sobre reforma agrária no Paraná" (CK).

UDR ameaça fazer protesto contra governo em Curitiba

Acácio Franco

de repúdio ao governador. De acordo com o coordenador da UDR, Tarcísio Barbosa de Souza, os produtores estão solidários aos proprietários das duas novas fazendas invadidas, Wilson Pereira e Fernando Trechmann. Com 250 cabeças de gado na Fazenda Vitória, Trechmann disse que vai colocar o gado em camêfios e os soltar no região, os dois novos acampamentos, que estão com 120 famílias, devem receber cerca de 40 famílias nas próximas horas. "Essas famílias estão vindo de outras áreas ocupadas", informou o movimento. Por outro lado, a UDR diz que as

nas desapropriações. Souza informou que por duas vezes ele e oficiais da PM estiveram nos dois novos acampamentos tomando a saída de forma amigável. Ele garante que a situação é pacífica nos dois acampamentos, porém a UDR denuncia que os acampados estão abateando gado e destruindo cercas.

Segundo a liderança do MST na região, os dois novos acampamentos, que estão com 120 famílias, devem receber cerca de 40 famílias nas próximas horas. "Essas famílias estão vindo de outras áreas ocupadas", informou o movimento. Por outro lado, a UDR diz que as

Toneladas de alimentos para flagelados do NE

Rosana Cavalcanti

Ponta Grossa — A 7ª Superintendência da 3ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Ponta Grossa pretende arrecadar até sexta-feira 25 toneladas de alimentos que serão doados aos flagelados da seca do Nordeste. Segundo o inspetor Nelson Ferreira da Silva, na próxima terça-feira as carretas de Ponta Grossa sairão para o Ceará, onde pelo menos 19 municípios cadastrados pela LBV receberão os doativos. As prefeituras beneficiadas res-

carreta com destino ao Nordeste.

O inspetor Nelson informou que está aceitando doações de alimentos perecíveis, como feijão, arroz, farinha de trigo, leite em embalagem longa vida e milho. As escolas e o comércio em geral têm colaborado com a campanha, que é uma iniciativa da própria superintendência. As cestas básicas serão compostas por cinco quilos de arroz, cinco de açúcar, quatro quilos de feijão, três quilos de leite, dois quilos de farinha de mandioca, uma lata de azeite, um quilo de sal e 250 gramas de café.

Terminada mais uma Vila Rural

Três Barras — O governo do estado, por meio da Companhia de Habitação do Paraná (Colhapar), concluiu a implantação de mais de uma unidade do programa Vila Rural no interior. A Vila Rural Amarela foi a primeira obra do governo construída no município de Três Barras, distante 95 quilômetros de Cascavel, no Oeste do estado.

Consistiu numa área de 187 mil metros quadrados, dotada de 25 lotes, com 25 casas com 50 metros quadrados, com instalações adequadas, com instalações adequadas, em lotes de cinco mil metros quadrados cada, para habitação de

Fonte: Gazeta do Povo, 20/05/1998.

O movimento, por meio do seu porta-voz, o então diretor do MST no estado, Roberto Baggio, afirmou que o assunto era boato. O movimento também foi considerado responsável por planejar mais “invasões”, segundo o jornal, como pode ser percebido na matéria “Sem-terra estuda mais invasão⁸¹”, do dia 06 de fevereiro: “No início da próxima semana, a diretoria regional do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Paraná definirá suas diretrizes para triplicar o número de ocupações de terra”. O mesmo é constatado na reportagem “Sem-terra ocupam três fazendas”, publicada na edição do dia dois de junho, que aponta o MST como responsável pelos atos: “As ocupações devem continuar como forma de pressionar o Incra para agilizar os processos de desapropriação”. O mesmo é percebido na matéria do dia 25 de fevereiro que teve o título “MST estimula os sem-terra a ocupar Fazenda Água Amarela⁸²”, que coloca mais uma vez o movimento como responsável por desencadear as batalhas no campo do Paraná.

⁸¹ Sem-terra estuda mais invasão, Gazeta do Povo, 06/02/1998.

⁸² MST estimula os sem-terra a ocupar Fazenda Água Amarela, Gazeta do Povo, 25/02/1998.

Inserir os dois órgãos que, em tese, lutam pela reforma agrária como os principais responsáveis ou culpados pelos fatos narrados transmite a visão de que o jornal seria contrário a essa política pública, haja vista que cobrar somente o Incra, por exemplo, faz com que o jornal não cobre com o mesmo peso o governo estadual para resolver os conflitos no campo. Ao passo que responsabilizar o MST gera uma visão tendenciosa, que, em geral, criminaliza o movimento e o coloca contra os anseios do restante da sociedade. Todavia, em nem todas as reportagens a responsabilidade tem um viés negativo.

Em uma matéria o MST é responsabilizado por investir na educação dos filhos dos integrantes do movimento. A reportagem “Investindo no futuro das gerações⁸³”, do dia 28 de junho, traz a informação de que “um dos grandes investimentos do MST hoje é a educação. A busca pelo conhecimento é priorizada nos assentamentos seja através da estruturação de escolas ou nos grupos de formação que reúnem todos os trabalhadores”. Todavia, em outros momentos o MST é enquadrado como responsável por fazer acordos, como na matéria “MST e CPT se unem contra violência no campo⁸⁴” (Figura 14), do dia 9 de dezembro. As duas entidades se uniram, segundo a publicação, para lutar por uma bandeira e pressionar o poder público.

Figura 14 – MST e CPT se unem contra a violência no campo

MST e CPT se unem contra a violência no campo

Até o final da semana, deverá ser encaminhado documento inédito para entidades de defesa dos direitos humanos sobre situação

Curitiba – Depois de várias denúncias sem resultados concretos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras entidades, que apóiam a reforma agrária no estado, resolveram se unir contra os “bandidos armados no meio rural”. Até o final da semana, um documento inédito será finalizado e enviado para entidades nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos com dados cronológicos da violência no campo. O objetivo da ação é pressionar o governo do estado a reverter o elevado número de violações contra os trabalhadores rurais.

Segundo Jélon de Oliveira, secretário executivo da CPT, somente neste ano já ocorreram 73 prisões, três assassinatos e mais de 40 conflitos de terra. Na década de 90, estes números totalizam 199, 21 e 300 respectivamente. “Dados como estes serão divulgados por meio do documento que estamos finalizando, em uma ação conjunta com várias entidades que lutam pela mesma bandeira. Só de tentativas de assassinatos os casos passaram de 50 nos últimos 10 anos, bem como de ameaças de morte que chegou a 50 e de vítimas de tortura, agressões, espancamentos sequestros em 250”, comenta.

Defesa

No documento, vários relatos de testemunhas estão sendo incluídos que apontam o envolvimento da Polícia Militar junto às milícias de guardas das fazendas. Para Rogério Antônio Mauro, da coordenação estadual do MST, há fortes indícios da participação da PM nos ataques aos acampamentos e espancamentos de agricultores sem-terra. “O pior de tudo é que o governo do estado sabe quem está por trás disso: são lideranças latifundistas, deputados e até prefeitos que assumem publicamente seus posicionamentos a respeito do assunto”, diz Mauro.

De acordo com informações do Comando de Policiamento do Interior (CPI) nenhuma denúncia de envolvimento de policiais em bandos armados chegou ao conhecimento da instituição. E caso uma informação dessa seja denunciada, o comando vai instaurar um procedimento administrativo para apurar a veracidade dos fatos.

Incra

Para o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Petrus Emile Abi-Abib, as acusações são frutos da emoção e da busca de culpados diante das mortes das últimas semanas. “Eu não acredito em hipótese alguma nos argumentos feitos. Com certeza o estado está adotando todos os procedimentos legais necessários para apressar os assentamentos. Não existe uma razão para o envolvimento do estado nesta questão, nem tão pouco apoio aos fazendeiros. O trabalho desenvolvido é imparcial”, diz.

Nas duas últimas semanas, três pessoas morreram em incidentes ocorridos em Querência do Norte e em Laranjal (Noroeste) – dois sem-terra e um pistoleiro.

Atentados contra sem-terra no Pr.

Prisões

- 1998: 73 pessoas
- Década de 90: 199 pessoas, dos quais 121 nos últimos quatro anos

Assassinatos

- 1998: três pessoas
- Década de 90: 21 vítimas
- Desde 1973: 59 mortes

Tentativas de assassinato

- Década de 90: mais de 40 pessoas

Ameaças de morte

- Década de 90: mais de 50 vítimas

Tortura, agressões e sequestro

- Década de 90: mais de 250 pessoas

Conflitos de terra

- 1998: mais de 40 casos
- Década de 90: mais de 300

Fonte: Gazeta do Povo, 09/12/1998.

Esses dois exemplos citados acima denotam um viés positivo sobre o MST. No primeiro o movimento é apontado como responsável por incentivar na educação das crianças e no segundo mostra o MST buscando acordos para resolver os problemas nos campos paranaenses. Isso demonstra que o enquadramento *responsabilidade* nem sempre é negativo

⁸³ Investindo no futuro das gerações, Gazeta do Povo, 28/06/1998.

⁸⁴ MST e CPT se unem contra violência no campo, Gazeta do Povo, 09/12/1998.

para o sujeito ao qual é atribuída a responsabilidade. Este enquadramento também pode ser atribuído quando há ações positivas.

Já Poder Judiciário é responsabilizado quando ele assume a tarefa de determinar reintegrações de posse, como pode ser constatado na reportagem “Fazenda Esperança novamente ocupada pelo MST⁸⁵”, de 7 de janeiro, a responsabilidade é direcionada ao Poder Judiciário: “O proprietário da Fazenda Esperança, Antônio Germano Wünsche, espera que a justiça determine ainda esta semana a manutenção da liminar de reintegração da posse de área, ocorrida em setembro de 1997”, diz o texto. A única menção ao MST está no trecho “os invasores dizem que dessa vez não vão sair da área”. Vale apenas salientar o termo “invasores”, publicado pelo jornal, que vai ao encontro da seleção de palavras que reforçam uma representação da realidade, podendo transmitir uma imagem negativa dos integrantes do MST.

Outras matérias que colocam o Judiciário como um ator responsável em sanar os problemas no campo são “Liminar favorável à reintegração⁸⁶”, do dia 07 de julho e “Justiça suspende desapropriação de fazenda⁸⁷”, do dia 20 de agosto. Ambas colocam que o Poder Judiciário estaria tomando medidas para resolver os impasses.

Os governos, em especial o estadual, são considerados responsáveis quando procuram atuar para solucionar os conflitos envolvendo o MST, como na matéria do dia 10 de fevereiro, que ganhou o título “Governo promete punir pistoleiros⁸⁸”. A reportagem coloca o governo do Paraná como um dos atores responsáveis pela investigação do caso reportado: “O governador Jaime Lerner condenou, ontem, a ação dos pistoleiros nas fazendas Santo Ângelo e Boa Sorte, no Noroeste do Estado, que culminou com a morte do agricultor Sebastião Camargo (...). Ele promete responsabilizar todos os culpados”.

Uma reportagem, considerada um ponto fora da curva ao longo da cobertura, é a do dia 23 de setembro: “PR deixa de investir R\$ 10 mi em reforma agrária⁸⁹”. Segundo os resultados da pesquisa essa é a única que responsabiliza o governo do estado por não aplicar verbas suficientes no setor: “Esse valor que fazia parte da fatia orçamentária para o estado não foi utilizada e por isso voltou ao governo federal”.

⁸⁵ Fazenda Esperança novamente ocupada pelo MST, Gazeta do Povo, 07/01/1998.

⁸⁶ Liminar favorável à reintegração, Gazeta do Povo, 07/07/1998.

⁸⁷ Justiça suspende desapropriação de fazenda, Gazeta do Povo, 20/08/1998.

⁸⁸ Governo promete punir pistoleiros, Gazeta do Povo, 10/02/1998.

⁸⁹ PR deixa de investir R\$ 10 mi em reforma agrária, Gazeta do Povo, 23/09/1998.

De modo geral, o governo é tratado com um viés de “salvador da pátria”, como pode ser exemplificado na matéria “Copel e Sanepar garante luz e água para o MST⁹⁰”, do dia 08 de setembro, e “Hospital Regional de Cascavel atende sem-terras⁹¹”, do dia 13 de agosto. Todas essas instituições pertencem integral ou parcialmente ao governo do estado. Também pode ser constatada essa mesma situação na matéria “Governo retira sem-terra de quatro áreas ocupadas⁹²”, do dia 10 de dezembro. O viés e a seleção dos fatos e angulações a respeito das ações do governo, comandando por Jaime Lerner, não criticam a imagem do governador e dá mostras de que o estado do Paraná estaria atuando para ajudar os sem-terra e também para impedir atos de violência.

Já o enquadramento de *interesse humano* foi verificado em matérias que focavam nos personagens ou em ações promovidas pelos movimentos que envolvessem a participação de integrantes das entidades citadas nas reportagens. Um exemplo é a matéria do dia 4 de março que levou o título “Sem terra pede demarcação de lotes e faz manifestação⁹³”. A matéria relata o ato dos manifestantes e não explicita nenhum tipo de confronto ou de oposição. Da mesma maneira pode ser verificado este perfil de texto na matéria “Sem terra faz manifestação em Curitiba⁹⁴”, do dia 17 de março: “Ontem cerca de mil integrantes, vindo de diversas regiões do estado, chegaram ao Parque Barigui no início da manhã e realizam uma marcha de uma hora pelo centro da cidade”.

Outro perfil de reportagem de “interesse humano” é a do dia 21 de março que foi publicada com o título “Ex-revolucionário critica ação do MST⁹⁵”. Nela o entrevistado é Walter Pecoits, um dos líderes do Levante de 1957. “O MST usa métodos antidemocráticos que podem acabar gerando um retrocesso na luta pela reforma agrária. A opinião não vem de nenhum ruralista ou latifundiário, mas do ex-líder de uma das maiores revoltas que o Paraná já teve”. Destaca-se que ninguém contrário a este ponto de vista foi ouvido.

No dia 28 de junho a Gazeta do Povo publicou uma série de reportagens especiais sobre o MST no hoje extinto caderno “Domingo Especial”. Nelas o foco humano prevaleceu, como nos textos “Ciganos do século 20⁹⁶”, que conta a saga do movimento e de quem o integra e “Brasiguaios aumentam ligação com os sem terra⁹⁷”, que teve como foco a biografia

⁹⁰ Copel e Sanepar garante luz e água para o MST, Gazeta do Povo, 08/09/1998.

⁹¹ Hospital Regional de Cascavel atende sem-terras, Gazeta do Povo, 13/08/1998.

⁹² Governo retira sem-terra de quatro áreas ocupadas, Gazeta do Povo, 10/12/1998.

⁹³ Sem terra pede demarcação de lotes e faz manifestação, Gazeta do Povo, 04/03/1998.

⁹⁴ Sem terra faz manifestação em Curitiba, Gazeta do Povo, 17/03/1998.

⁹⁵ Ex-revolucionário critica ação do MST, Gazeta do Povo, 21/03/1998.

⁹⁶ Ciganos do século 20, Gazeta do Povo, 28/06/1998.

⁹⁷ Brasiguaios aumentam ligação com os sem terra, Gazeta do Povo, 28/06/1998.

de um agricultor *brasiguai* identificado como Vitório Zoz, de 51 anos: “A história de Zoz é apenas a ponta de um drama que atinge milhares de agricultores”.

No dia 11 de agosto, na página 12, uma reportagem intitulada “Diarreia atinge filhos dos sem terra⁹⁸” alertou para o drama de saúde que afligia parte das crianças de acampamentos. “De acordo com levantamento realizado pela coordenação do acampamento, cerca de 300 crianças filhos de sem terra estão com diarreia e vômito (...). Os sem terra já não tem onde procurar ajuda, já que o município mais próximo, Ibema, se nega a atendê-los”.

Ações e histórias dos integrantes do movimento também ganharam as páginas do jornal, como as matérias do dia 14 de agosto. A primeira, “Sem terra debatem reforma agrária com alunos⁹⁹”, fala sobre um evento em que os sem terra participaram na Unioeste, em Cascavel. “Eles apresentaram proposta do MST a alunos da rede pública de ensino e universitários”. A segunda, “Agricultor de 74 anos é exemplo¹⁰⁰”, conta a história de José Inácio da Silva que participava da Marcha pelo Brasil – evento idealizado pelo MST naquele ano no Paraná. Foram, inclusive, nas matérias identificadas como *interesse humano* que as fontes não oficiais apareceram com mais frequência – em 20 das 42 matérias apontadas com este *frame* as fontes não oficiais são protagonistas.

Por fim, somente cinco abordaram a luta pelo direito à terra por um viés econômico, como a matéria do dia 18 de março “Os sem terra invadem Receita¹⁰¹”. Apesar de o foco do texto ser a ocupação do MST, a maior parte do texto se dedica aos trâmites econômicos reivindicados pelo próprio movimento: “[os manifestantes] pediram audiência para negociação econômica, como prorrogação para dois anos de todos os contratos de investimento das cooperativas e dos assentados, ampliação para 20% dos fundos constitucionais destinados ao Proterra e garantia do orçamento da União de R\$ 620 milhões”.

Outro exemplo é a matéria do dia 28 de dezembro que levou o título “Êxodo e desemprego no campo¹⁰²”, que foi produzida a partir de entrevista com o coordenador estadual do MST, Roberto Baggio. Ele previa que no ano seguinte a crise no campo iria se intensificar: “Entre os fatores que podem contribuir para essa situação está o aumento de concentração de terra. Como consequência imediata, o desaparecimento do pequeno produtor. Isso significa, na visão do sem terra, o desemprego no campo e o aumento do êxodo rural”.

⁹⁸ Diarreia atinge filhos dos sem terra, Gazeta do Povo, 11/08/1998.

⁹⁹ Sem terra debatem reforma agrária com alunos, Gazeta do Povo, 14/08/1998.

¹⁰⁰ Agricultor de 74 anos é exemplo, Gazeta do Povo, 14/08/1998.

¹⁰¹ Os sem terra invadem Receita, Gazeta do Povo, 18/03/1998.

¹⁰² Êxodo e desemprego no campo, Gazeta do Povo, 28/12/1998.

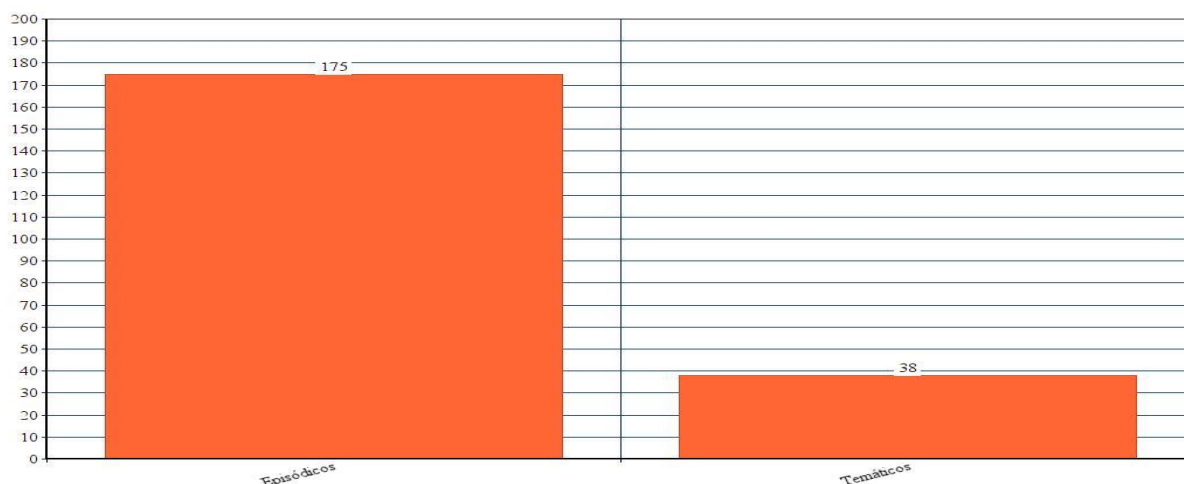
Chama a atenção para que dentro de um escopo tão grande de reportagens (213, ao todo) apenas cinco tenham como enquadramento noticioso os impactos econômicos. Da mesma maneira que foi constatado nas análises dos movimentos anteriores (Levante de 1957 e Guerrilha de Porecatu) pressupõe-se que não era do interesse do jornal publicar notícias que poderiam trazer impactos negativos em termos econômicos. Como o Paraná é, historicamente, conhecido por ser um estado com uma economia agrícola forte (em 1998, o Valor Bruto da Produção Agropecuária do Paraná, segundo a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, foi de aproximadamente R\$ 8 milhões – quase o dobro de quatro anos atrás), provavelmente trazer informações sobre eventuais riscos financeiros no campo poderia desestimular os proprietários e provocar uma recessão no sistema econômico do estado. Interessante perceber que mesmo que a luta pela terra não se desvincilhe dos conflitos que tem como origem uma situação econômica, o *frame* das *consequências econômicas* mostrou-se quase inexistente.

Ao longo de toda cobertura, destaca-se que integrantes do MST também foram fontes ouvidas pela reportagem. Em todas as reportagens analisadas percebeu-se que mesmo que o tom da matéria pudesse trazer impactos negativos ao movimento, a prerrogativa dos jornalistas era ouvir algum integrante do MST. Essa lógica está arraigada ao mito da objetividade, em que o jornal precisa transmitir um acontecimento com o máximo de isenção possível.

Para isso, a rotina de produção também traz o uso frequente das aspas, presente em todas as reportagens. Essas duas características – a pluralidade e o fato de transcrever afirmações dos entrevistados – tendem a passar a impressão de isenção. Segundo Alsina (2009), o uso das aspas faz parte do próprio processo jornalístico a fim de fazer com que os discursos publicados sejam tidos como verídicos. A seleção das aspas, das fontes e da angulação dos fatos influencia diretamente em como essa realidade será transmitida à sociedade. Além disso, a seleção dos assuntos abordados pelo jornal também impede que a totalidade dos fatos seja publicada – há um recorte dos fatos que ganharão espaço no jornal. Percebe-se, portanto, que os critérios de noticiabilidade, relacionados às linhas editoriais dos meios de comunicação, implicam em uma seleção do que será informado.

Em relação à classificação dos textos jornalísticos sob a ótica de Iyengar, entre episódicos e temáticos, mais uma vez o primeiro prevaleceu sobre o segundo, como aponta o gráfico a seguir:

Gráfico 6: MST entre episódico e temático



Fonte: Elaboração própria

Isso se explica por tratar-se de assuntos factuais, que são os alvos preferenciais de um jornal diário. As matérias identificadas como “temáticas” encontram-se em entrevistas com especialistas ou envolvidos no assunto e em reportagens que trazem levantamentos sobre ocupações no campo. No caderno especial publicado no dia 28 de junho pela Gazeta do Povo as quatro reportagens se enquadram de maneira temática por abordarem o assunto de uma maneira contextualizada. Uma delas, “Paraná tem 75 mil assentados¹⁰³”, contextualiza como estava a situação sobre a luta pela terra e das consequências negativas que o impasse sobre a reforma agrária poderia provocar no estado e também mostra as reivindicações dos fazendeiros e dos integrantes do MST.: “a luta pela posse de terra ameaça transformar o Paraná em um barril de pólvora (...). De um lado, uma massa de 75 mil pessoas ocupa atualmente assentamentos e áreas invadidas. Do outro, fazendeiros ameaçam recorrer a grupos armados para defender suas propriedades”.

Matérias que trazem repercussões sobre decisões e eventos relacionados ao assunto também foram consideradas “temáticas”, como o texto “Advogados denunciam despejos após as eleições¹⁰⁴”, do dia 03 de outubro, que trata de um panorama tenso que se configurava em cinco áreas próximas da cidade de Querência do Norte. A reportagem contextualiza a situação na região e aponta eventuais desdobramentos sobre a situação, já que, segundo o texto, essas localidades “poderiam ser palco de ações de despejo, articuladas pela Polícia Militar”.

¹⁰³ Paraná tem 75 mil assentados, Gazeta do Povo, 28/06/1998.

¹⁰⁴ Advogados denunciam despejos após as eleições, Gazeta do Povo, 03/10/1998.

Assim como as matérias que trazem as promessas governamentais para o setor, como a reportagem intitulada “Incra-PR quer R\$ 90 milhões para 1999¹⁰⁵”, veiculada no dia 16 de outubro, que aborda a necessidade de o governo federal repassar verba ao Incra para dar prosseguimento a 17 projetos de desapropriação. A matéria aponta ainda que outras 37 desapropriações seriam encaminhadas pelo órgão. A reportagem “Novo superintendente quer acelerar assentamentos¹⁰⁶”, publicada no dia 8 de janeiro, descreve os desafios que Petrus Abib, que estava assumindo a superintendência do Incra, teria pela frente: “O principal deles será administrar os conflitos gerados pela invasão de quatro propriedades dos militantes do Moimento dos Sem-Terra no fim do ano”.

As matérias episódicas encontram-se nas reportagens que ficam atreladas aos eventos factuais, sem apontar eventuais desdobramentos ou contextualização, como a matéria “Sem-terra é morto durante conflito¹⁰⁷”, do dia 8 de fevereiro, que se atém apenas ao conflito entre fazendeiros e seguranças da Fazenda Boa Sorte, da cidade de Marilena do Sul, e integrantes do MST. Também se adequa a este enquadramento a matéria “Trabalhadores rurais acampam em frente de prefeitura¹⁰⁸”, publicada em 28 de julho, que apenas relata uma manifestação na cidade de Ibema, caracterizando a situação como “tensa”.

4.4. Diferenças e semelhanças entre os três movimentos

A análise da cobertura da Gazeta do Povo sobre os três movimentos – Guerrilha de Porecatu, Levante de 1957 e MST – permite constatar diferenças e semelhanças na produção jornalística. Se na cobertura acerca de Porecatu o jornal se referia aos manifestantes através de palavras e expressões pejorativas de forma explícita, como “vermelhos” e “bandidos”, essa postura não se repete nem na cobertura do Levante dos Posseiros e nem na do MST. No entanto, a seleção das palavras que dão o tom do enquadramento adotado pelo jornal permaneceu durante os três momentos.

Se o jornal não usou mais a expressão “bandidos” para se referir ao MST optou por utilizar a expressão “invasores”, que dá a conotação de que estariam praticando algo não só ilegal, mas também injusto. O mesmo ocorre ao tratar os posseiros da região sudoeste, quando aponta que os manifestantes voltaram “às atividades pacíficas”, isto é, até então esses manifestantes estavam provocando transtornos e atos de violência, segundo o jornal.

¹⁰⁵ Incra-PR quer R\$ 90 milhões para 1999, Gazeta do Povo, 16/10/1998.

¹⁰⁶ Novo superintendente quer acelerar assentamentos, Gazeta do Povo, 08/01/1998.

¹⁰⁷ Sem-terra é morto durante conflito, Gazeta do Povo, 08/02/1998.

¹⁰⁸ Trabalhadores rurais acampam em frente de prefeitura, Gazeta do Povo, 28/07/1998.

A seletividade das palavras e das angulações dos fatos também está presente nos três momentos analisados. Percebe-se que a angulação favorável ao governo permanece ora de maneira mais explícita como nos dois primeiros movimentos, ora de maneira mais implícita, no caso do MST. Esse resultado era esperado devido à distância histórica entre cada um dos movimentos. Durante as cerca de quatro décadas que afastam os dois primeiros movimentos do terceiro, o jornalismo passou por mudanças.

Nesta fase, as empresas jornalísticas transformavam-se gradativamente em empresas economicamente consolidadas. As técnicas do jornalismo norte-americano, uso do *lead* e da pirâmide invertida, chegavam ao Brasil. De 1945 a 1964 os jornais brasileiros foram se adaptando a essas mudanças. Na presente análise, percebe-se que na cobertura sobre a Guerrilha de Porecatu não havia o uso do *lead*. Já nas reportagens a respeito do Levante de 1957 essa técnica surge em alguns momentos e na cobertura do MST é raro encontrar uma reportagem que não a contenha.

Além disso, a transformação dos jornais em empresas fazia com que a imparcialidade, calcada no discurso da objetividade, se fizesse transparecer. Para ter credibilidade era inviável manter um discurso explicitamente ofensivo nas reportagens. Havia um muro que separava a opinião da informação para que os negócios empresariais não ficassem restritos a um único público.

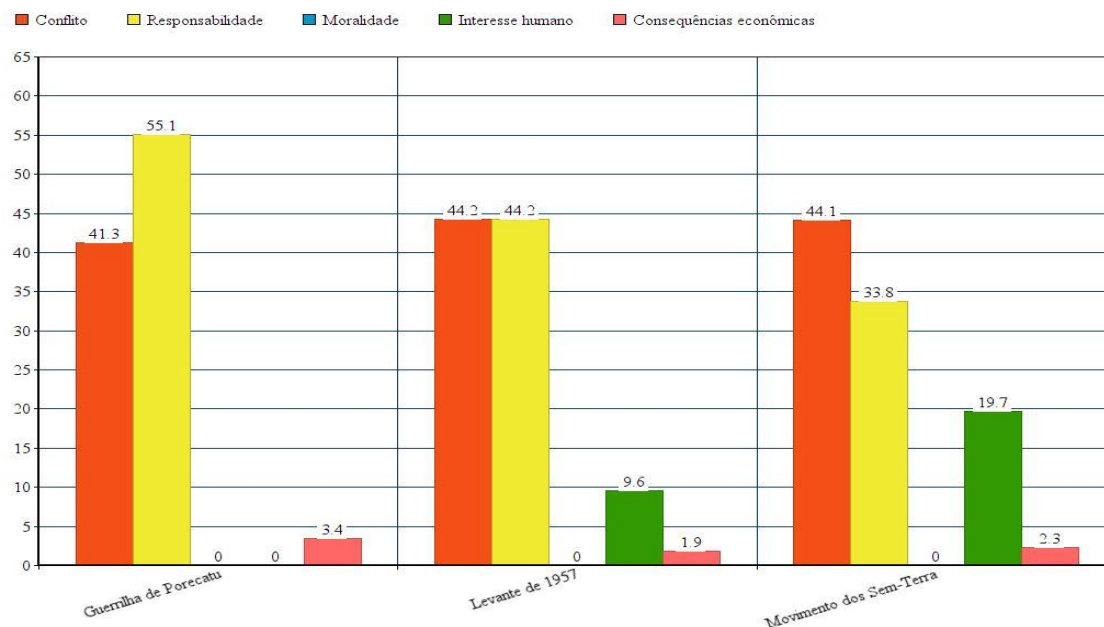
Contudo, como pôde ser constatado, em raros os momentos o governo de Jaime Lerner foi acusado ou cobrado para resolver o impasse no campo em relação à cobertura do MST. Pelo contrário, as publicações, na maioria das vezes, tratavam o governo como um órgão que estava tomando atitudes para minimizar e solucionar os problemas no campo. Como apontam Ashely e Olson (1998), a ideologia canalizada pelos meios de comunicação é susceptível de incluir ênfase na legitimidade das ações do estado.

Além disso, a seleção das fontes também fornece pistas sobre como esses movimentos foram retratados pela Gazeta do Povo. Ao passo que nas duas primeiras análises constata-se que vozes discordantes do governo não estavam inseridas diretamente nas reportagens, a cobertura acerca do MST procurou dar voz aos integrantes do movimento.

No entanto, essa é uma das características apontadas para que o jornal possa, novamente, transmitir uma ideia de isenção. Escutar o outro lado indica que pelo menos o veículo procurou mostrar a visão do MST. No entanto, sabe-se que a seleção do que é falado pela fonte é responsabilidade do jornalista e, além disso, a seleção de como tal fato será abordado passa pelo crivo do jornal. Isso pode resultar em omissões de dados ou afirmações que tendem a transmitir uma visão parcial dos fatos.

Comparando as três coberturas jornalísticas, é correto afirmar, como aponta o gráfico 7 abaixo, que os enquadramentos *responsabilidade* e *conflito* predominaram:

Gráfico 7 – Comparação dos *Generic Frames*



Fonte: Elaboração própria.

O enquadramento *conflito* surge de uma maneira muito parecida nas três situações: 41,3% dos casos na Guerrilha Porecatu, 44,2% no Levante de 1957 e 44,1% no Movimento dos Sem-Terra. Isso indica que, mesmo com a evolução jornalística citada acima, o jornal se prendeu mais aos eventos conflituosos dos assuntos abordados em todas as situações, abordando o assunto com uma visão maniqueísta, tratando a luta pela posse de terra como uma disputa entre o bem e o mal.

Da mesma forma, como se percebe no gráfico, o *frame responsabilidade* aparece com grande incidência nos três casos. Este enquadramento prevalece durante a cobertura da Guerrilha de Porecatu e figura como o segundo mais frequente durante a cobertura do MST e do Levante de 1957. O fato de nas três situações existir a prevalência dos *frames responsabilidade* e *conflito* indica a opção editorial adotada pelo jornal para realizar a cobertura dos três movimentos. O jornal, em todas as situações, optou por explicitar que havia um conflito estabelecido, culpando ou responsabilizando os movimentos sociais e também os governos.

Note-se ainda que nas três circunstâncias há elementos que atestam a existência de

discursos que criminalizam os movimentos, seja pela seletividade dos fatos a serem noticiados e das palavras utilizadas ou pela seleção das fontes.

A ausência, nas três coberturas, do enquadramento *moralidade* indica que em nenhum momento quaisquer das reportagens analisadas continham alguma mensagem moral, fizesse referência à moralidade, ética ou princípio religioso e nem oferecesse prescrições sociais especiais de como os indivíduos deveriam se comportar. Provavelmente o *frame moralidade* não foi constatado porque no jornalismo informativo, especialmente produzido pela imprensa diária, essas características não são comuns na produção dos textos. As prescrições morais, textos abordando ou fazendo referência à ética dos personagens e com o intuito de levar mensagens morais são mais comuns aos textos opinativos, como editorial, e não nas reportagens.

O *frame interesse humano*, ausente na cobertura de Porecatu, mostrou-se presente nas reportagens que trataram do Levante de 1957, com 9,6%, e nas do MST, com quase 20%. O aumento do índice deste enquadramento indica que, no decorrer das décadas, o jornal procurou mostrar histórias de vida que aproximassem os assuntos tratados do público-leitor. Por meio do relato dos personagens, algumas realidades, que ficam ausentes no discurso oficial, podem se mostrar pertinentes para ser propaladas pelo jornal, o que ampliaria o conhecimento da sociedade acerca do assunto retratado nas reportagens.

Já as *consequências econômicas* surgem em menos de 4% em todas as coberturas pesquisadas. Embora o próprio tema “disputa pela terra” corresponda – de uma maneira ou outra – a um assunto econômico, este *frame* pouco aparece. As poucas reportagens que tratam do assunto ficam restritas ao impacto das ações no mercado formal e não se discute, por exemplo, as implicações da falta de terra para a população e quais seriam as consequências deste fato para a sociedade. A cobertura que trata deste tema mostra-se muito presa aos discursos oficiais nas três coberturas, como foi constatado anteriormente.

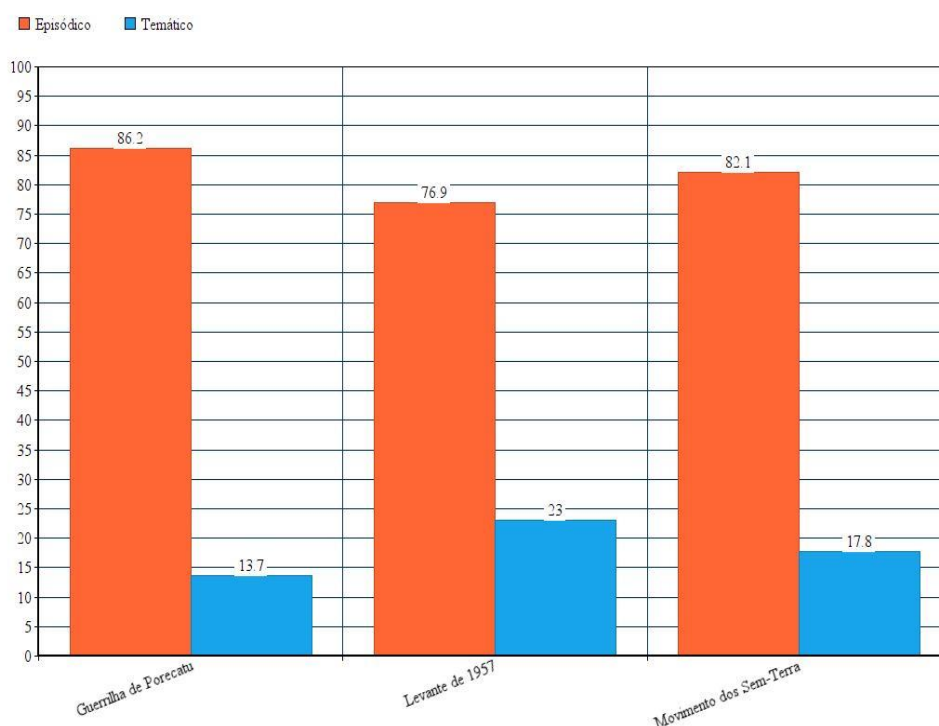
No Gráfico 7 também é possível perceber como o fazer jornalístico da Gazeta do Povo pouco se alterou durante as décadas. Ao longo do tempo, o veículo seguiu apostando em reportagens focadas em conflitos ou responsabilizando personagens e instituições. O cenário político justifica esta lógica.

Nos três momentos, o foco nos conflitos e na responsabilização dos atos foi predominante. Como o assunto nas três coberturas se trata da luta pela terra, é esperado que o *frame conflito* aparecesse com mais frequência, já que se trata de uma disputa que estava acontecendo. Quanto ao *frame responsabilidade* também é possível apontar que seria natural tal enquadramento ter uma predominância alta – superando o *frame conflito* em relação à

Guerrilha de Porecatu, inclusive –, pois quando há uma disputa em jogo há um processo natural de que as partes envolvidas tenham um grau de responsabilidade perante os atos desenvolvidos.

Por fim, percebe-se que nos três episódios analisados houve a predominância do enquadramento episódico sobre o temático, como pode ser observado no Gráfico 8:

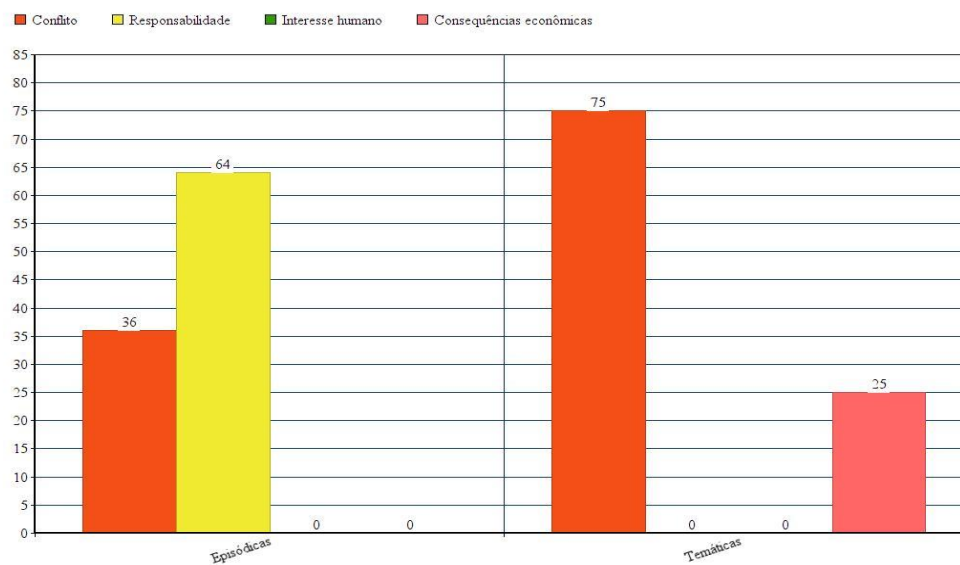
Gráfico 8 – Comparação enquadramentos episódico e temático



Fonte: Elaboração própria

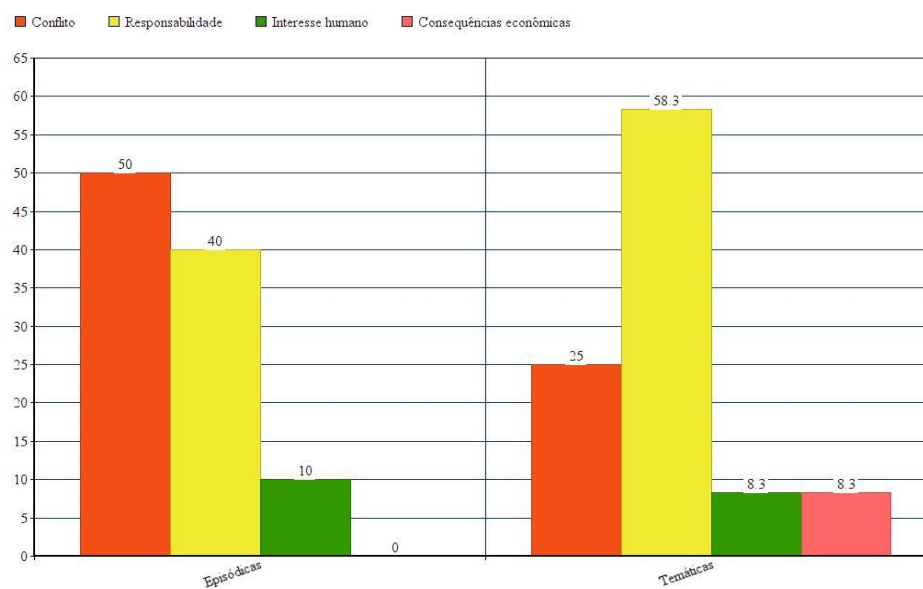
O *frame* episódico corresponde a matérias que apenas relatam um fato, sem contextualizá-lo ou oferecer explicações detalhada, sem oferecer informações para que os leitores desenvolvam um entendimento mais avançado e consistente dos acontecimentos. Também é possível comparar a incidência dos *frames conflito, responsabilidade, interesse humano e consequências econômicas* cruzando os dados com os enquadramentos *episódicos e temáticos*, como pode ser observado nos gráficos 9, 10 e 11:

Gráfico 9 – Episódios e temáticos na Guerrilha de Porecatu



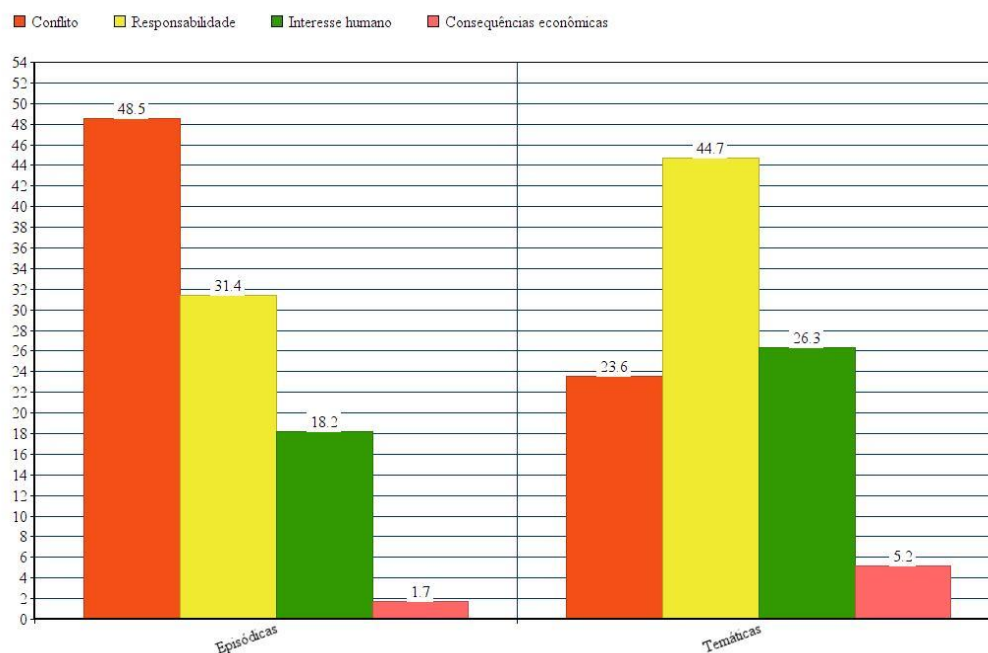
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 10 – Episódios e temáticos no Levante de 1957



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 11 – Episódios e temáticos no MST



Fonte: Elaboração própria

Na Guerrilha de Porecatu as reportagens episódicas possuem uma maior incidência do *frame responsabilidade* (64%), enquanto as reportagens temáticas têm a prevalência do enquadramento *conflito* (75%). Já na cobertura acerca do Levante de 1957 e na do MST há uma semelhança: em ambas as situações as reportagens episódicas possuem mais o enquadramento *conflito* – 50% e 48,5%, respectivamente – e nas matérias temáticas prevalecem o *frame responsabilidade* – 58,3% e 44,7%, respectivamente.

Os dados sinalizam que houve uma mudança de padrão jornalístico no decorrer dos anos. Se na cobertura sobre a Guerrilha de Porecatu as matérias *episódicas* possuem maior ocorrência – em termos percentuais – de reportagens sob o enquadramento *responsabilidade*, nas coberturas acerca do Levante e do MST é o *frame conflito* que predomina nas matérias episódicas. Essa lógica se inverte quando os textos são temáticos: na Guerrilha de Porecatu há uma incidência maior de *conflito* e nas coberturas dos outros dois movimentos prevalecem o *frame responsabilidade*. Não é possível, portanto, fazer uma generalização dos dados. Apenas percebe-se que houve uma alteração dos modelos de cobertura jornalística da Gazeta do Povo sobre a luta pela terra ao longo do período analisado. Essa mudança, contudo, pode indicar que o jornal passou a procurar outros assuntos a serem abordados, que não fosse apenas o

evento conflituoso em si, quando teve a iniciativa de produzir reportagens que fugissem do factual e visassem trazer a disputa pela terra de uma maneira mais contextualizada e aprofundada.

Em relação ao *frame interesse humano* constatou-se que ele foi ausente durante toda a cobertura da Guerrilha de Porecatu. Nas reportagens a respeito do Levante de 1957 este frame surge de maneira mais frequente nas reportagens episódicas, representando 10% do total destas matérias. Este *frame* aparece em 8,3% das matérias temáticas sobre o Levante. A situação muda na cobertura da Gazeta do Povo sobre o MST, onde se percebe que, proporcionalmente, houve uma predominância de reportagens de *interesse humano* quando as matérias foram temáticas (26,3% contra 18,2% do total das episódicas).

Esses dados podem indicar que, se em um primeiro momento, o foco nos personagens não era alvo das reportagens. Passou-se a ter, gradativamente, uma mudança no tratamento das fontes. Durante o Levante, os personagens foram objetos de reportagem, embora em um tom mais factual, e na cobertura sobre o MST os personagens passaram a ser mais frequentemente protagonistas das reportagens, em especial quando as matérias visavam abordar o tema de maneira mais ampla e contextualizada.

Levando em conta o *frame consequências econômicas*, as únicas reportagens enquadradas neste *frame* durante as coberturas de Porecatu e do Levante de Posseiros ocorreram em matérias temáticas. Na cobertura sobre MST, também houve uma predominância maior deste enquadramento nas matérias temáticas (5,2% contra 1,7% do total das episódicas). Esses dados indicam que quando os assuntos tendem a ser tratados de uma maneira diferenciada exige-se um processo de contextualização dos fatos, sendo inviável prender-se tão somente aos fatos do dia-a-dia.

Quando o veículo não prioriza tão somente o factual, outros elementos são abordados na cobertura jornalística. E é exatamente a possibilidade de trazer novos dados e angulações nas reportagens que vai ao encontro do papel fundamental do jornalismo, que é de tornar os fatos visíveis e contribuir para a discussão pública de tais fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de como a Gazeta do Povo construiu os movimentos sociais que lutam pela posse de terra no Paraná, bem como dos enquadramentos adotados pelo jornal, é possível compreender a relevância que os meios de comunicação possuem perante a sociedade. Conferir visibilidade à Guerrilha de Porecatu, ao Levante de 1957 e à luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) contribui para que os assuntos cheguem ao conhecimento do público. Mas é preciso discutir como tais assuntos serão abordados e construídos pelos meios de comunicação.

Os três movimentos tinham como ponto de união a luta pelo direito à posse de terra e forças governamentais que se opunham ferozmente contra eles. Conflitos armados, mortes e disputas políticas fazem parte do pano de fundo dos três movimentos sociais. Paralelo a isso é preciso contextualizar historicamente os momentos vividos pelo jornalismo para se compreender a forma de produção jornalística de cada período.

No começo da construção da imprensa no Brasil o cerceamento à liberdade se fez presente. Toda publicação deveria ter aval da Coroa lusitana. Tal medida visava impedir a difusão de outros ideais que não fossem os defendidos pelo governo português. Essas restrições permaneceram na época do Brasil Império, em que a liberdade constitucional da imprensa era limitada e poderia implicar em penas por crimes, como ofensa ao imperador ou propagação de ideias contrárias o regime.

Mesmo com o advento do período republicano, ser combativa ao regime ou crítica aos presidentes poderia resultar em retaliações políticas e econômicas à imprensa. Curiosamente, foi nessa época que a imprensa – até então produzida de maneira precária e artesanal – passou a assumir ares mais industriais, com estrutura mais comercial. Era a passagem da pequena para a chamada “grande imprensa”. Barbosa (2013) destaca que foi nesse período que o mito da objetividade começou a surgir, gradativamente, nos veículos. Mas foi durante o governo de Getúlio Vargas, que também foi marcado por repressão aos veículos comunicacionais, que a objetividade começou a se consolidar nas redações dos jornais Brasil afora.

Durante os anos 1945 a 1964, as redações passaram a adotar técnicas jornalísticas inspiradas no modelo dos Estados Unidos, com a adoção do *lead* e da pirâmide invertida. Claro que a adoção dessas técnicas variava conforme a região. Entretanto, na presente análise percebe-se que o *lead* não era usual na cobertura da Gazeta do Povo acerca da Guerrilha do

Porecatu (1951). Foi nessa fase, porém, que se pode afirmar que a imprensa passou por uma fase de consolidação como um negócio de grandes proporções.

Foi realizado ainda um estudo a respeito de como essa engrenagem das estruturas e hierarquias dos meios de comunicação, já consolidados como empresas que objetivam o lucro, refletem na construção social da realidade. Esse processo recai em analisar como são estabelecidas as rotinas produtivas e como, ao final do processo de apuração dos fatos, uma notícia irá retratar um fragmento do real, denotando que a objetividade pode ser considerada, no máximo, como uma aspiração dos jornalistas – nunca como um fato concreto, por isso é definido como um “mito”.

Por meio da utilização de algumas ferramentas institucionalizadas no seio das redações o jornalista seleciona os acontecimentos, tornando-os noticiáveis e, conseqüentemente, influenciando no processo de construção social da realidade. A própria apresentação da notícia deve passar essa imagem “objetiva”, com, por exemplo, a devida citação das fontes jornalísticas e o uso das aspas para marcar uma declaração ou fala. Como Tuchman (1983) ressalta, os jornalistas invocam os procedimentos rituais tanto para neutralizar potenciais críticas quanto para seguirem rotinas confinadas pelos limites da racionalidade provocadas pelo prazo de fechamento das reportagens, o chamado *dead line*.

Somado a isso, há ainda o processo de seleção de fontes que recai, na maior parte das vezes, no fato de o jornalista priorizar as fontes legitimadas institucionalmente e que na maioria das vezes representam determinado interesse, o que pode influenciar a percepção do jornalista quanto ao valor de notícia que pode estar inserido nos acontecimentos e nos assuntos relatados.

Tendo em vista esse processo, o jornalismo também irá influenciar em como determinado fato noticiado será enquadrado pelos meios de comunicação. As práticas institucionais adotadas nas redações interferem nos enquadramentos e angulações adotadas e priorizadas pela Gazeta do Povo em relação à cobertura dos três movimentos que são alvos da pesquisa. Privilegiar determinadas fontes oficiais em detrimento das não oficiais ou de uma angulação noticiosa, por exemplo, reflete diretamente na construção social do fato narrado. As rotinas produtivas e a escolha por uma angulação jornalística irão determinar como e com qual *frame* tal realidade será transmitida à sociedade.

Van Gorp (2007) é um dos autores que aponta que o enquadramento enfatiza o processo interativo com que a realidade social é construída. Para ele, o conteúdo midiático é resultado das rotinas jornalísticas e pressões externas à mídia.

Quanto à relação entre o periódico e as forças políticas, é importante destacar o fato de

que, durante os dois movimentos mais antigos (Guerrilha de Porecatu e Levante de 1957), a Gazeta do Povo estava umbilicalmente ligada a um político que é personagem central nesses eventos, o ex-governador Moisés Lupion. Durante a Guerrilha de Porecatu, desencadeada por atos ainda do primeiro governo Lupion, o seu opositor Bento Munhoz da Rocha estava no cargo de governador. O jornal se posicionou como um crítico das ações “ineficientes” do governo do estado e da ação dos posseiros, que eram taxados de “vermelhos” que visavam realizar um levante comunista na região. Já no Levante de 1957, Lupion estava em seu segundo mandato. Percebe-se que a Gazeta optou por defender as ações do governo e criticar as ações dos posseiros.

As análises de enquadramento aplicadas sob a ótica da perspectiva da construção social da realidade apontam que essa relação interferiu nos processos de seleção dos fatos, das fontes e das angulações jornalísticas adotadas pela Gazeta do Povo. As publicações se mostraram defesas de Lupion e críticas aos posseiros e aos seus demais opositores. A parcialidade das reportagens publicadas denota para um processo de criminalização dos movimentos sociais, que não tinham espaço para mostrar suas reais aspirações. Além disso, a utilização de palavras e expressões, como “bandidos”, reforça essa constatação.

Décadas mais tarde, a busca pela imparcialidade faz-se rotina dentro das redações. Assim, na cobertura do MST, o uso das aspas e da aparente pluralidade de fontes já são frequentes ao longo da cobertura. Se nos dois primeiros casos o posseiro não tem voz, na cobertura acerca do movimento dos Sem-terra eles estão presentes. Esse é um ponto que denota um processo evolutivo da cobertura jornalística.

No entanto, como a presente análise constatou, a seletividade dos fatos e das angulações corrobora para demonstrar que o movimento era o culpado e responsável pelos atos de violência estampados nas páginas do jornal. Ao passo que não há reportagens com foco cobrando ações do governo estadual. Pelo contrário, a maioria das matérias aponta que o governo estaria tomando ações para resolver o impasse nos campos do Paraná. Isso aponta para uma seleção de fatos que reforçou uma visão negativa dos leitores acerca do MST.

Vale destacar que nas três análises a ausência do enquadramento *moralidade* e o baixo número de reportagens que focaram nas *consequências econômicas* e no *interesse humano*. Também houve a predominância do enquadramento *episódico* sobre o *temático*. Quando o jornal optou por reportagens de cunho *temático* não houve a prevalência de matérias que focaram em eventos conflituosos, o que sinaliza que nos momentos em que a Gazeta do Povo tratou o tema de maneira mais ampla foi possível observar outros elementos envolvidos que não diziam respeito tão somente a uma disputa entre o “mocinho” e o “bandido”.

O enquadramento *consequências econômicas* surgiu apenas, nas três circunstâncias, quando as matérias eram *temáticas*. Entende-se que as publicações que foram inseridas nesse *frame* foram alvo de reportagens mais contextualizadas, que fugissem do factual. Com uma abordagem mais aprofundada em relação às demais. Contudo, tanto o enquadramento *temático* quanto o *frame consequências econômicas* foram encontrados em poucas oportunidades.

Em relação aos os enquadramentos *conflito* e *responsabilidade*, a pesquisa acerca da cobertura sobre a Guerrilha de Porecatu indicou que as reportagens episódicas possuem uma maior incidência do *frame responsabilidade* (64%), enquanto as reportagens temáticas têm a prevalência do enquadramento *conflito* (75%). No Levante de 1957 e na do MST há uma semelhança: em ambas as situações as reportagens episódicas possuem mais o enquadramento *conflito* – 50% e 48,5%, respectivamente – e nas matérias temáticas prevalecem o *frame responsabilidade* – 58,3% e 44,7%, respectivamente.

Esses dois – *conflito* e *responsabilidade* – foram os que mais sobressaíram em termos percentuais durante as três coberturas. Isso indica que o jornal se prendeu mais aos eventos conflituosos dos assuntos abordando a luta pela terra com uma visão maniqueísta. Da mesma forma, o *frame responsabilidade*, que possui grande incidência em todos os casos. O fato de se constatar a prevalência dos frames *responsabilidade* e *conflito* sinaliza que, em todas as situações, o jornal optou por explicitar que havia um conflito estabelecido, culpando ou responsabilizando os movimentos sociais ou a ação dos governos.

É preciso também reconhecer também que a metodologia adotada estabelece, sim, algumas restrições. Tais resultados obtidos foram mediante um critério metodológico em que os enquadramentos deveriam responder positivamente ao maior número de perguntas. Mas também não significa que em nenhum momento, por exemplo, não foi encontrado traço algum do *frame moralidade*. Um exemplo é a matéria ‘Levante Comunista no Norte do Estado, do dia 14 de junho de 1951, em que registra ações dignificando as ações policiais para evitar “alterações da ordem”. Teria, sim, traços que dizem respeito ao julgamento moral, no entanto, ao submeter tal publicação às perguntas utilizadas como parâmetros metodológicos, o enquadramento *conflito* predominou.

Em relação aos resultados da análise, percebe-se que a cobertura noticiosa, levando em conta o intervalo de tempo entre os movimentos, sofreu pouca alteração. Os mesmos artifícios foram utilizados nas três coberturas, tratando ora com naturalidade os conflitos no campo, ora criminalizando aqueles que lutam pelo direito à terra. Há a prevalência de reportagens episódicas que ora focam na responsabilidade de alguém ou de algum movimento, ora focam

em eventos conflituosos. O que se percebe é um processo de naturalização da construção noticiosa.

Para elucidar tais afirmações, vale rememorar que em 1951, quando se registrou o ápice da Guerrilha de Porecatu. Um dos acionistas da Gazeta do Povo era o ex-governador Moisés Lupion, adversário do então governador Bento Munhoz da Rocha. O jornal não poderia defender as ações dos posseiros na região, mas também não poderia defender as ações do governo para resolver os conflitos de terra. Qualquer uma das alternativas feria os interesses de Lupion. Era uma linha tênue de um processo político complexo. O jornal optou, como já apontado durante a pesquisa, por se posicionar contrário às ações de “guerrilha” dos posseiros – ou como a Gazeta escrevia, “vermelhos” ou “comunistas”. O próprio uso dos termos era uma das maneiras para criminalizar o movimento.

Mas, como o veículo também deveria se opor ao governo criticava as ações desenvolvidas pelos seus órgãos, como a Comissão de Terras. A Gazeta apontava que os membros eram incapazes; do “arco da velha”. Além disso, ressaltava que a Comissão era formada por pessoas “residentes na capital e ignorantes do que ocorria na região” e ainda acusava que seus membros não visitavam a região em disputa e preferiam se divertir na vida noturna de cidades da região, como Londrina. O que estava em jogo não era a informação em si, mas os interesses políticos que essas informações significavam.

Outro exemplo é da cobertura do Levante de 1957, quando Lupion ocupava pela segunda vez o cargo de governador do Paraná. A cobertura muitas vezes deixou o conflito e o impasse dos posseiros em segundo plano. Tratou os posseiros como “massa de manobra” da oposição política contra Lupion. Tratou durante toda a cobertura o governo como vítima das ações do movimento dos posseiros, além de responsabilizá-los por atos de violência e de conflito.

No caso da cobertura do MST, em relação ao ano de 1998, as relações políticas não eram explícitas. Todavia, a lógica de criminalização do movimento social se manteve presente, com o uso, por exemplo, de publicações de matérias focando brigas internas do MST a fim de deslegitimar o movimento. Também responsabilizava o movimento nos conflitos registrados se não de maneira direta, mas destacando que as ocupações das fazendas foram provocadas pelos sem terra e essas seriam as causas dos conflitos. Por outro lado, destacava positivamente ações de órgãos governamentais, como hospitais estaduais, por atenderem crianças de acampamentos doentes. Vale salientar que na saúde pública não se pode escolher paciente. É obrigação de o estado atender qualquer cidadão.

A forma pasteurizada de se produzir notícia deveria deixar de lado os motivos ideológicos ou políticos, e ter a consciência de que os meios de comunicação exercem papel preponderante para a formação da opinião pública. Para tanto, é essencial (re)pensar na forma como as rotinas produtivas estão sendo adotadas nas redações e como a imprensa pode avançar para que outros lados de uma mesma história possam ganhar visibilidade nas páginas dos jornais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ASHLEY, Laura e OLSON, Beth. **Constructing Reality: print's media framing of the women – 1966 to 1986**. IN: JeMC Quarterly, vol. 75, nº 2 Summer, 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Imprensa Brasileira: Dois Séculos de História**. Disponível em <http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2>. Acesso em fevereiro de 2016.

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX E XX**. IN: Revista Educação & Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. Editora Martins, 1960.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 36.^a edição, 2014.

CARVALHO, Carlos Alberto. **O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo**. Anais XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2.^a edição, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Histórico de assassinatos. Disponível em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/5-assassinatos?start=10>

DE VREESE, Claes H. **News framing: theory and typology**. Information DesignJournal, pp. 51-622005.

DE VREESE, Claes H; PETER, Jochen; SEMETKO, Holli. **Framing Politics at the Launch of the Euro: A Cross-National Comparative Study of Frames in the News**. *Political Communication*, pp. 107-122, 2001.

ENTMAN, Robert. **Framing: toward a clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v.43, n.4, 1993.

_____. Framing U.S. **Coverage of International News**: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air Incidents. *Journal of Communication*, v.41, n.4, 1991, pp. 6-27.

GADINI, Sérgio Luiz. **Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo**. IN: Porto Alegre: Revista Famecos. Agosto de 2007.

GAMSON, William. CROTEAU, David Croteau. HOYNES, William. SASSON, Theodore Sasson. **Media Images and the Social Construction of Reality**. Annual Review of Sociology, Vol. 18, 1992, pp. 373-393

GOMES, Iria Zanoni. **1957: A revolta dos posseiros**. Edições Criar, 1986.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social** – uma perspectiva de análise. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

HOHLFEDT, Antonio. **Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação**. IN: HOHLFEDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA (org.), Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 10.^a edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

IYENGAR, Shanto. **Is Anyone Responsible?: how television frames political issues**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIMA, Venício A. de. **Mídia – Teoria e Política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2^a ed. 2012.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Uma história marcada por censura e resistência**. IN: Jornal online da Universidade de São Paulo (USP). Ano XXIII nº831 de 2 a 6 de junho de 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, n. 55-56, pp. 155-184, 2002.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda – A mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar narrativamente os conflitos políticos**. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, p.137-151, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa História**. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia>.

NEUMAN, W Russel; JUST, Marion; CRIGLER, Ann. **Common Knowledge: news and the construction of political meaning**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

NUNES, Jordão Horta. **Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman**. Editora UFG, 2004.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Uma experiência de imprensa gratuita**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2781-1.pdf>. p.1-15.

_____. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”**. In: Cadernos da Escola de Comunicação UniBrasil. Volume 1, número 2, 2004.

PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. **Framing analysis: An approach to news discourse** Annenberg School for Communication, University of Pennsylvania. Ohio State University - Version of record first published: 04 May 2010.

PARK, R. E. **As notícias como uma forma de conhecimento**: um capítulo na sociologia do conhecimento. In: ESTEVES, J. P. Comunicação e Sociedade: Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. **Revolta dos posseiros de 1957**: consensos e desacordos de algumas interpretações. Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.

PRUDENCIO, Kelly; GOSS, Karine P. O conceito de movimentos sociais revisitado. IN: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

PORTO, Mauro P. **A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do Jornal Folha de S. Paulo**. *Cadernos do CEAM*, Ano II, n. 6, pp. 11-32, 2001.

_____. **Enquadramentos da Mídia e Política**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2002, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2002.

REIS, Daniel Aarão; ROLLEMBERG, Denise. **Censura nos meios de comunicação**. Memórias Reveladas. Sem data. Disponível em <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/censura-nos-meios-de-comunicacao/>

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. **Memória e narrativa jornalística**. IN: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves(orgs). Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X,

2007.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly e SILVA, Michele. **Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento.** Artigo apresentado na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de 2015. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-5d3a9803-a2e8-4721-adac-8168b7435a6f_2783.pdf. Acesso em 15 de março de 2016.

RIZZOTTO, Carla. ANTONELLI, Diego. FERRACIOLI, Paulo. **A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso.** Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 13, p. 84-95, 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O campo dos media - Discursividade, Narratividade, Máquinas.** 2ª ed., Lisboa, Vega, s. d.

ROTHBERG, Danilo. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. IN: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org). **Vitrine e vitraço: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo.** Covilha: Livros LabCom, 2010.

SANTOS, Alexandre Correia dos. **O Jornalismo de região em consonância com a história do seu povo: um breve estudo da trajetória da Gazeta Do Povo.** In: Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo. Ponta Grossa, v.1, n.8, p. 19-47, jan. a jun. 2011.

SANTOS, Rogério. Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. In: Traquina, N. **O jornalismo português em análise de casos.** Lisboa: Caminho, 2001.

SCHEUFELE, Dietram. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, pp. 103-122, 1999.

SEMETKO, Holli A; VALKENBURG, Patti M. **Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News.** *Journal of Communication*, pp. 93-109, 2000.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias.** Edição 10. Julho-dezembro de 2011.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Censura durante o regime autoritário.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.4 n.10 Rio de Janeiro jun. 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica.** . IN: Revista Eletrônica da Biblioteca On-line em Comunicação (www.bocc.pt). Portugal, 2007.

_____. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media.** Porto: 2ª

edição revista e ampliada, 2006.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais**. IN: Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Unisinos, 2002.

_____. **Teorias do Jornalismo – volume 1 – porque as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo – volume 2 – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções da objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.) **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Vega, 1993

_____. **As notícias como uma realidade construída**. In: ESTEVES, J. P. Comunicação e Sociedade: Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

_____. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gili, 1983.

VAN GORP, Baldwin. **The constructionist approach to framing: bringing culture back in**. Journal of Communication, 2007.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. **Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora, Rio de Janeiro, v.3, n.2, dezembro de 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 6ª ed. Martins Fontes, 2012.

ZATTA, Ronaldo; RIPPEL, Leomar. **Os “heróis” da revolta dos posseiros no sudoeste paranaense**. Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional.

Disponível em:

www.upf.br/historiaregional/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=187

Acesso em 14 de abril de 2015.

ANEXO
LISTA DAS REPORTAGENS ANALISADAS

Guerrilha de Porecatu – ano 1951

1. As ocorrências de Porecatu – 15/02
2. Violências praticadas pela polícia – 22/02
3. Ainda os acontecimentos de Porecatu – 27/02
4. Desapropriação de terras no norte do Estado – 15/03
5. Questões de terras do Norte – 03/04
6. Levante Comunista no Norte do Estado – 14/06
7. Inquietação no Norte do Estado – 17/06
8. Ameaça à estrutura econômica nacional – 20/06
9. Movimento comunista no Norte do Paraná – 21/06
10. Grave ainda a situação de Porecatu – 22/06
11. Os conflitos armados em Porecatu – 23/06
12. A conflagração no Norte do PR – 24/06
13. Ação militar na Coreia brasileira – 24/06
14. Agitação que a posse de terra criou – 26/06
15. Prisão preventiva de comunistas – 27/06
16. Felicitação ao chefe de política – 27/06
17. Surto subversivo no Norte do Paraná – 28/06
18. Influência comunista nos acontecimentos de Porecatu – 28/06
19. A situação em Porecatu – 03/07
20. Convocado o secretário da Agricultura para prestar declarações – 04/07
21. “Declaro a minha formal repulsa a essa manobra política” – 07/07
22. “Não está o eleitorado subordinado à vontade do governador” – 03/08
23. Comparecimento do secretário de Agricultura – 10/08
24. O secretário da Agricultura no Plenário da Assembleia – 11/08
25. Foram ao Rio protestar contra atividades da comissão de terras – 17/08
26. O governo desintrusa terras de particulares – 24/08
27. Violências policiais intimidam posseiros – 05/09
28. A terra seria vendida aos posseiros pelo dobro do preço – 05/10
29. Localização dos posseiros – 06/10

Levante de 1957

1. Falhou o ‘e o céu é o limite’ da oposição preparado contra o secretário de governo – 09/04
2. Problema dos ocupantes de terras devolutas – 18/07
3. “Não desfruta de autoridade quem não se opôs às violências e arbitrariedades” – 14/08
4. Posseiros (Anibelli relata situação criada por posseiros em sua região) – 09/08
5. Na Assembleia Legislativa do estado (Anibelli volta a discursar sobre os posseiros) – 10/08
6. Confusão de orador sobre acontecimentos do Sudoeste – 13/09
7. Tocaia armada em município do Oeste do Paraná – 15/09
8. Fixado em Capanaema o centro de agitação dos posseiros – 18/09
9. Retorna à tranquilidade o Sudoeste paranaense – 26/09
10. Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas – 28/09
11. Intenção oculta de subelevar o país – 28/09
12. Calma, tranquilidade e ordem – 29/09
13. Intenção oculta para subelevar o país – 01/10
14. Refutadas, na Câmara Federal, as declarações do senador Mader – 05/10
15. Exploração política dos acontecimentos do Sudoeste do PR – 05/10
16. Repasto para o sensacionalismo e demagogia – 06/10
17. “Acusações, injúrias e calúnias fundadas no ódio pessoal” – 08/10
18. O alvo visado não é o governador do Estado – 09/10
19. Repto aos inveterados acusadores – 10/10
20. Intenção pré-determinada de perturbar a ordem pública do PR – 11/10
21. Não houve perturbação da ordem em Pato Branco – 11/10
22. Apelo ao comércio e à indústria de Pato Branco – 12/10
23. Bancada trabalhista mantém na tona o caso sudoeste – 13/10
24. Não precisa o Paraná de intervenção federal – 15/10
25. Estabelecimento da ordem no Sudoeste – 15/10
26. Atirado pelas costas o delegado da Dops – 15/10
27. Escusos objetivos políticos por trás do “caso sudoeste” – 15/10
28. Ação do chefe de polícia no sudoeste do Paraná – 15/10
29. Perturbação da ordem com proposta política – 15/10
30. “O governo do estado tem garantido a ordem nas zonas em litígio” – 16/10
31. Restabelecimento da ordem no sudoeste – 16/10

32. Razões dos acontecimentos em Santo Antônio – 16/10
33. Normalidade na situação do sudoeste paranaense – 17/10
34. Aspectos dos movimentos armados no sudoeste paranaense – 18/10
35. Clima de desordem se verificou em Santo Antônio – 20/10
36. Relações de Othon Mader na Citla – 23/10
37. Aspectos econômicos dos fatos ocorridos no sudoeste – 24/10
38. Nenhum atrito na região sudoeste paranaense – 25/10
39. Posição jurídica do Estado frente ao caso de terras no sudoeste – 26/10
40. Não houve violência na cidade de Clevelândia – 27/10
41. Conta o gaúcho Dorvalino o que houve em Santo Antônio – 27/10
42. Falsários sobre os acontecimentos do sudoeste – 30/10
43. Anistia para os revoltosos do sudoeste paranaense – 31/10
44. Solidariedade ao governador Lupion – 01/11
45. “Nunca vi ação tão baixa à serviço de frustrações políticas” – 02/11
46. E a ‘Última Hora’ continua a “guerra” no sudoeste” – 08/11
47. Questões de terra da Citla – 14/11
48. Prossegue na revolução do boato e do sensacionalismo – 14/11
49. Fundação paranaense de colonização do sudoeste – 20/11
50. Não foi assinado o decreto de desapropriação das terras do sudoeste – 30/11
51. Ação serena e patriótica do governo no sudoeste – 01/12
52. Discurso falho e inconsequente sobre as terras do sudoeste – 03/12

MST – 1998

1. Incra assentará mais de 2 mil família no PR – 04/01
2. Fazenda Esperança novamente ocupada pelo MST – 07/01
3. Novo superintendente quer acelerar assentamentos – 08/01
4. Juiz manda desocupar área – 08/01
5. Sem-terra invadem fazenda no Oeste – 10/01
6. Sem-terra denunciam clima tenso na Fazenda Corumbataí – 21/01
7. Duas sem-terra denunciam acampamento – 30/01
8. Fazendeiros fazem denúncia contra os sem-terra – 03/02
9. Sem-terra estuda mais invasão – 06/02
10. Sem-terra é morto durante conflito – 08/02
11. Depois do enterro, sem-terra s invadem fazenda – 09/02

12. Governo promete punir pistoleiros – 10/02
13. Presidente da UDR é acusado de formar quadrilha – 11/02
14. Sem-terra usaram barulho para torturar namorados na fazenda – 12/02
15. Sem-terra fazem assembleia no Noroeste do estado – 13/02
16. Sem-terra protesta junto a banco – 14/02
17. Sem-terra é baleado durante desocupação de fazenda – 20/02
18. Sem-terra organiza resistência à ordem de despejo – 21/02
19. Sem-terra volta a invadir fazenda – 22/02
20. MST faz acordo – 24/02
21. MST estimula os sem-terra a ocuparem fazenda Água Amarela – 25/02
22. Incra não dever interferir no conflito de Água Amarela – 26/02
23. Governo quer assentar 900 famílias sem-terra 27/02
24. Sem-terra invade fazenda no Centro-Oeste do PR – 03/03
25. Sem-terra pede demarcação de lotes e faz manifestação – 04/03
26. Fazenda Anomi terá rápida solução, afirma Petrus Abib – 05/03
27. Sem-terras ferem policial e depredam uma delegacia – 06/03
28. MST considera pacote contra invasões ‘inócuo’ – 08/03
29. Produtor rural protesta – 15/03
30. Sem-terra faz manifestação em Curitiba – 17/03
31. Os sem-terra invadem a Receita – 18/03
32. Sem-terras têm reunião com o superintendente do Incra – 19/03
33. Incra faz críticas aos métodos usados pelo MST – 20/03
34. Ex-revolucionário critica ação do MST – 21/03
35. Sem-terra é assassinado – 07/04
36. Lançada campanha mundial pela reforma agrária – 18/04
37. MST no PR diz que não alimenta ilusões – 02/05
38. UDR quer receber a mesma atenção dada a sem-terra – 06/05
39. Sem-terra ocupam mais duas fazendas em Querência – 19/05
40. MST nega organização de saques a supermercados – 20/05
41. UDR ameaça fazer protesto contra governo em Curitiba – 20/05
42. Sem-terra ocupam duas fazendas – 26/05
43. MST invade cinco agências do Banestado no interior do Paraná – 26/05
44. Dois feridos na retirada dos sem-terras em Colorado – 27/05
45. Sem-terras são transferidos para Maringá – 28/05

46. OAB critica omissão do governo em saques e invasões – 30/05
47. Sem-terras ocupam três fazendas – 02/06
48. Produtores rurais dizem que Paraná é campeão em invasões – 03/06
49. MST apresenta reivindicações – 03/06
50. Sem-terra desocupam fazenda – 04/06
51. Anulada desapropriação da fazenda Sete Mil – 05/06
52. Fazendeiro vai pedir intervenção no Estado do PR – 07/06
53. Incra libera R\$ 5 mil para os assentamentos - 16/06
54. Sem-terras passam fome e comerciantes temem saque – 19/06
55. Sem-terras invadem postos na BR-376 e liberam cobrança – 23/06
56. Distribuição de cesta básica para sem-terra – 23/06
57. Invasão na região Noroeste – 24/06
58. Ciganos do século 20 – 28/06
59. Brasiguaios aumentam legião dos sem-terra – 28/06
60. Paraná tem 75 mil assentados – 28/06
61. Desnutrição equivalente ao Nordeste – 28/06
62. Investindo no futuro das novas gerações – 28/06
63. Aumenta tensão na região Oeste com chegada de mais brasiguaios – 30/06
64. Tensão entre sem-terra e UDR – 01/07
65. Sem-terra ameaçam invadir Incra 02/07
66. Sem-terra ocupam fazenda Grégio – 05/07
67. Sem-terra roubam e são presos – 07/07
68. Liminar favorável à reintegração – 07/07
69. Famílias de sem-terra querem decisão do Incra – 08/07
70. Sem-terras presos durante desocupação – 10/07
71. Ruralistas exigem reintegração – 11/07
72. Sem-terras denunciam violência na desocupação de fazenda – 11/07
73. Sem-terra deixam fazenda ocupada e aguardam o Incra – 14/07
74. MST denuncia desaparecimento de 35 pessoas – 15/07
75. Sem-terra desocupam fazenda – 16/07
76. Assentados ocupam prefeitura – 22/07
77. Acaba ocupação na Prefeitura de Rio Bonito – 23/07
78. Dobra o número de famílias acampadas em Ibema – 24/07
79. Comida em Ibema dá para quatro dias e prefeitura teme risco de saque – 25/07

80. Rio Bonito vai precisar aumentar receita para atender os assentados – 25/07
81. Trabalhadores rurais acampam em frente da prefeitura – 28/07
82. Acampamento do MST é ameaçado por pistoleiros – 28/07
83. Sem-terra deixam Ibema e voltam para acampamento – 29/07
84. Jungmann confirma só duas áreas de confronto – 31/07
85. PR é o segundo em conflito de terras – 31/07
86. MST prepara 100 marchas para dar apoio a Lula – 03/08
87. Manifestação de sem-terra fecha avenida em Foz do Iguaçu – 04/08
88. Sem-terra marcha para Curitiba – 05/08
89. Para UDR, ato deve ser reprimido – 05/08
90. Caminhada termina no dia 9 – 05/08
91. Marcha faz panfletagem hoje em Santa Terezinha – 06/08
92. UDR anuncia rompimento com o governador Lerner – 07/08
93. Caravana percorre 120 km – 07/08
94. Sem-terra liberam pedágio na 277 – 07/08
95. Sem-terra recebem apoio do prefeito de Medianeira – 08/08
96. Pequeno agricultor participa da marcha do MST – 09/08
97. Diarreia atinge filhos de sem-terra – 11/08
98. UDR prepara ação contra Lerner – 11/08
99. Trabalhadores fecham pedágio – 11/08
100. Sem-terra protestam em posto de pedágio – 12/08
101. Pastoral preocupada com a situação de risco das crianças – 12/08
102. Hospital Regional de Cascavel atende sem-terras – 13/08
103. Sem-terra debate reforma agrária com alunos – 14/08
104. Agricultor de 74 anos é exemplo – 14/08
105. Ministro anuncia desapropriação de oito áreas no PR – 18/08
106. 300 trabalhadores acampam em Apucarana – 18/08
107. Pedido reintegração de posse – 18/08
108. UDR afirma que desapropriações são arbitrárias – 19/08
109. Justiça suspende desapropriação de fazenda – 20/08
110. CPT critica ações do estado contra sem-terra – 21/08
111. Incra vai tentar cassar liminar de São Joaquim – 21/08
112. MST ocupa a 11ª fazenda em Querência do Norte – 22/08
113. Romaria reúne sem-terra em Paranacity – 23/08

114. Romaria reúne 10 mil sem terra em Paranacity – 24/08
115. UDR pede apoio policial para desocupar área – 24/08
116. Colunas seguem hoje para Assaí – 24/08
117. Sem-terras ocupam fazenda e prometem resistir – 25/08
118. Incra negocia compra de fazenda – 26/08
119. Produtor apreensivo com invasões – 26/08
120. UDR pede intervenção federal em conflitos – 27/08
121. Sem-terra divide área da Sete Mil – 27/08
122. Nova ocupação no Noroeste do PR – 28/08
123. Sem-terra é preso com arma – 29/08
124. Marcha espera reunir 2 mil sem-terras em Curitiba – 01/09
125. Movimento não impede aulas de alfabetização para adultos – 01/09
126. Coluna tem apoio de moradores – 01/09
127. Comissão vistoria área ocupada por sem-terra – 02/09
128. Lucro com a colheita racha o MST da Fazenda Mitacoré – 03/09
129. Coluna Contestado chega em Araucária e distribui panfletos – 03/09
130. Clima é tenso no Centro-Oeste – 04/09
131. Sem-terra chega à região dos Campos Gerais – 04/09
132. PM desocupa Fazenda Cachoeira e prende sem-terra – 05/09
133. Trabalhadores rurais chegam hoje pela manhã em Ponta Grossa – 05/09
134. Fogos e música recepcionam marcha em PG – 06/09
135. Sem-terras continuam detidos em Sapopema – 06/09
136. Protesto contra ação da PM – 06/09
137. Copel e Sanepar garantem luz e água para MST - 08/09
138. Marcha pelo Brasil libera pedágio em São Luiz – 09/09
139. MST quer reunir 5 mil em Curitiba – 09/09
140. Marcha reúne 4 mil manifestantes em Curitiba – 10/09
141. Sem-terras de Sapopema deixam hoje a prisão – 11/09
142. Governo volta a prometer solução a sem-terra – 12/09
143. MST e UDR discordam do número de áreas ocupadas – 14/09
144. Animais somem de área ocupada – 16/09
145. Sem-terra continuam acampados – 16/09
146. Desocupação preocupa sem-terra – 18/09
147. Faep divulga relatório sobre ocupações de terra no PR – 19/09

148. PR deixa de investir R\$ 10 mi em reforma agrária – 23/09
149. Delegado deve tomar primeiro depoimento hoje – 23/09
150. MST e Incra discutem uma nova solução para a Fazenda Sete Mil – 27/09
151. Sem-terra firmam pacto com os donos da Fazenda Sete Mil – 30/09
152. MST ameaça fazer novas ocupações – 02/10
153. Advogados denunciam despejos após as eleições – 03/10
154. Incra negocia retirada de sem-terra de Guarapuava – 08/10
155. Famílias deixam áreas ocupadas por sem-terra – 09/10
156. MST ocupa mais uma fazenda no Noroeste do PR – 10/10
157. Sem-terra voltam a ocupar cinco áreas da região Noroeste do PR – 14/10
158. Tiroteio e morte em assentamento – 14/10
159. Líder pede nova vitória – 14/10
160. Dívidas transformam os avicultores em sem-terra – 15/10
161. MST quer acelerar assentamentos – 15/10
162. Sem-terra e segurança são indiciados – 16/10
163. MST faz sua quinta ocupação no estado em menos de uma semana – 16/10
164. Incra-PR quer R\$ 90 milhões para 1999 – 16/10
165. Ruralistas ameaçam retirar famílias de sem-terra – 17/10
166. Polêmica entre sem-terra e concessionária – 20/10
167. MST ocupa área do Banco do Brasil – 22/10
168. Polícia Militar retira famílias da Fazenda São Carlos em Arapongas – 23/10
169. Sem-terra mantém bloqueio de estrada no Oeste – 23/10
170. Ruralistas pedem intervenção federal no PR – 24/10
171. Sem-terra não liberam estrada em Palmital – 24/10
172. Passeata reúne 2 mil ruralistas no Noroeste do PR – 26/10
173. Áreas invadidas pelo MST serão desocupadas – 28/10
174. Sem-terra querem 60 hectares de mata na Região Oeste – 28/10
175. Reunião define situação de mil sem-terra no Paraná – 29/10
176. Acordo viabiliza desocupação de 10 fazendas – 30/10
177. Novo mapa traça assentamentos no Paraná – 31/10
178. Briga deixa clima tenso em Rio Bonito do Iguaçu – 05/11
179. Famílias certam divisão de terras – 05/11
180. Desocupação em dez áreas do PR pode ter atrasos – 06/11
181. Sem-terra deixam áreas ocupadas – 07/11

182. UDR quer mais desocupações de fazenda – 08/11
183. MST exige ressarcimento para desocupar área – 10/11
184. Ruralistas do PR pedem mais ação ao ministro – 11/11
185. Ruralistas levam reivindicações hoje ao ministro – 12/11
186. Produtores do Paraná decidem fortalecer a UDR – 13/11
187. Ruralistas querem reunião para definir protesto – 13/11
188. UDR só faz acordo se fazendas forem desocupadas – 16/11
189. Incra prepara desapropriação de 42 novas áreas – 17/11
190. Ruralistas preocupados com a decisão do Incra – 18/11
191. Seguranças evitam nova invasão no Noroeste – 20/11
192. Florão não aceita exigência – 20/11
193. PR tem 81 fazendas desapropriadas – 22/11
194. Vem de Londrina a solução para atender sem-terra – 24/11
195. Sem-terra entram em conflito durante invasão – 26/11
196. Incra-PR promete assentar todos os cadastrados – 26/11
197. Dois sem-terra são mortos em conflito agrário – 28/11
198. MST protesta contra morte de sem-terra em Querência – 29/11
199. Tensão e medo em assentamento – 01/12
200. Governo vai cumprir reintegração em Laranjal – 02/12
201. Sem-terra sequestram advogados – 02/12
202. Incra-PR faz nova oferta para ‘Sete Mil’ – 02/12
203. Ex-arrendatário desaparece de área no Laranjal – 03/12
204. Incra recolhe informações sobre conflitos no Paraná – 08/12
205. Sem-terras denunciam a situação à organização de direitos humanos – 08/12
206. MST e CPT se unem contra a violência no campo – 09/12
207. Governo retira sem-terra de quatro áreas ocupadas – 10/12
208. Clima tenso em Rio Bonito com assentamento do Incra – 16/12
209. Para Incra, excedentes não passam de 30 – 17/12
210. MST nega estar buscando reforços para ocupações – 18/12
211. Natal de apreensão em acampamento de sem-terra – 25/12
212. Êxodo e desemprego no campo – 28/12
213. Fazenda será demarcada pelo Incra – 30/12